

Viagem à Província do Espírito Santo

**Imigração e Colonização Suíça
1860**

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado do Espírito Santo

NEUSA MARIA MENDES
Secretária de Estado da Cultura

AGOSTINO LAZZARO
Diretor-Geral
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CILMAR FRANCESCHETTO
Coordenador de Apoio Técnico
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

1856 - 2004
Edição Comemorativa
aos 148 anos da Imigração Suíça
no Espírito Santo

Aos descendentes de imigrantes helvéticos que em todo o território capixaba participam da construção de um Estado mais solidário e mais justo continuando a luta de seus antepassados iniciada há 148 anos.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Pedro Palácios, 76 – Cidade Alta, Vitória, Espírito Santo, Brasil
Cep.: 29015.160
www.ape.es.gov.br – ape@es.gov.br

Johann Jakob von Tschudi

Viagem à Província do Espírito Santo

Imigração e Colonização Suíça
1860

Relatório do Enviado Extraordinário ao Brasil, Sr. de Tschudi,
sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo
Traduzido do francês

Viagem à Província do Espírito Santo
Traduzido do alemão

Posfácio
com fotografias inéditas de

Victor Frond

Espírito Santo – 1860



Coleção Canaã

VOLUME 5

VITÓRIA, NOVEMBRO 2004

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Esta obra foi publicada graças ao generoso apoio da

swissinfo

Rádio Suíça Internacional (SRI)

Giacomettistrasse 1 CH – 3000 Berna, 15
www.swissinfo.org E-mail: info@swissinfo.ch
telefone: +41.31.350.92.22 – fax: +41.31.350.95.44

Apoio

Ronald Mansur

e

Associação Cultural e Recreativa Campinho

Domingos Martins – ES

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

-
- T881v Tschudi, Johann Jakob von, 1818-1889.
Viagem à província do Espírito Santo : imigração e colonização suíça 1860 /
Johann Jakob von Tschudi ; posfácio com fotografias inéditas de Victor Frond;
[coordenação editorial e posfácio de Cilmar Franceschetto]. – Vitória : Arquivo
Público do Estado do Espírito Santo, 2004.
173 p. : il. – (Coleção Canaã ; v.5)
- “Relatório do enviado extraordinário ao Brasil, sr. de Tschudi, sobre as colônias
de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo. Traduzido do francês”.
- “Viagem à província do Espírito Santo. Traduzido do alemão”.
- Inclui bibliografia.
1. Imigrantes. 2. Suíços – Brasil. 3. Suíça – Migração. 4. Espírito Santo (Estado) –
Descrições e viagens – 1860. I. Franceschetto, Cilmar, 1969- II. Frond, Victor, 1821-
1881. III. Título.

CDU: 981.52

Coordenação Editorial

Cilmar Franceschetto

Tradutores

1. Nara Saletto, do original em francês, *Rapport de L'Envoyé Extraordinaire au Bresil. Mr de Tschudi sur les Colonies de Santa Isabel, Santa Leopoldina et Rio Novo, etc.*

Revisão da tradutora.

2. Erlon José Paschoal, do original em alemão, *Reisen durch Südamerika* (Espírito Santo)

Revisão: Rossana Frizzera Bastos

Diagramação, Programação visual e Capa

Cilmar Franceschetto

Foto da capa: *Entrada da baía de Vitória*, Victor Frond (1860)

Logomarca da Coleção Canaã: desenho do pintor suíço Hans Erni.

Equipe de Apoio Técnico

Diovani Favoreto Alves

Rogério Frigério Piva

Agradecimentos

Gilda Rocha, Nara Saletto, Ronald Mansur, Sonia Doyle (Biblioteca do Itamaraty), Hilda Braun, Joel Guilherme Velten, Camilo Hämerly, Esther Caldas Bertoletti, Joaquim Marçal, Cláudio de Carvalho Xavier (Biblioteca Nacional), José Antônio Martinuzzo, Stephenson Groberio, Silvana Vicentini (Biblioteca Central/Ufes), Francisco Moraes.

Apresentação

A memória se faz de lembranças, mas também de esquecimentos. E, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, é uma obra do presente.

É passado lembrado e organizado de acordo com as referências e interesses do hoje, e sempre com vistas a um futuro desejável.

Um mesmo passado pode ser visto e contado de formas diversas. Um fato concreto pode emanar diferentes memórias, dependendo de como foi registrado no tempo próximo de seu acontecimento e, principalmente, do tempo de quem o relembra, de quem o relê e o reconta.

E por que a memória é importante? Importa pelo fato de ela ser a principal referência para a constituição de nossa identidade. Entendendo-se identidade como o auto-conhecimento e a diferenciação em relação ao outro, a memória é o que nos dá elementos para nos conhecermos e demarcarmos nossas peculiaridades diante do próximo.

Essa publicação é sinal dessas duas características da memória: primeiramente, a particularidade de quem descreve os fatos, com as várias possíveis interpretações acerca de tal narrativa; e também a importância estratégica da recuperação de trajetórias históricas para o processo de fortalecimento da nossa identidade.

O cotidiano dos primeiros anos dos imigrantes suíços em terras capixabas, e de todos os demais, é narrado com vigor e intensidade pelo barão de Tschudi. Designado pelo governo da Suíça para averiguar as condições de vida dos imigrantes na América do Sul, na década de 1860, Tschudi colocou no papel o seu desencanto com o presente e a descrença quanto ao futuro.

Sobre Santa Isabel, disse: “Não creio que ela tenha um futuro muito próspero”. “A colônia de Santa Leopoldina não tem futuro”. Acerca do empreendimento privado de Rio Novo, apesar de salientar o potencial

da terra e do clima, assinalou: “Sob a miserável administração atual, pode-se dizer que a colônia de Rio Novo não tem qualquer possibilidade de futuro”.

A vida dos imigrantes realmente não foi fácil. Como bem relata o barão, a fome, a subnutrição, as doenças, o trabalho extenuante, a inexistência de condições mínimas de vida digna, a exploração, a desatenção dos poderes públicos e a morte (de famílias inteiras, muitas vezes restavam apenas viúvos, pois velhos e crianças ficavam no meio do caminho de uma nova história) não permitiam que se vislumbrasse qualquer futuro.

Felizmente, as perspectivas particulares não podem ser tomadas como verdades absolutas – são apenas visões. Os imigrantes que ajudaram a criar Santa Leopoldina, Santa Isabel (núcleo original de Domingos Martins) e Rio Novo superaram os obstáculos de então e não confirmaram as previsões de Tschudi.

Mas se as previsões não se concretizaram, então por que, depois de mais de um século, editar um livro no qual elas têm espaço de destaque? Qual a importância dessas narrativas para a identidade do capixaba? Por que lembrar, em vez de esquecer?

O precioso desses importantes textos, que pela primeira vez são traduzidos no Brasil e reunidos em um único exemplar, a partir da iniciativa do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, com o apoio da Rádio Suíça Internacional, por intermédio da Associação Cultural e Recreativa Campinho, é o relato pormenorizado e vívido de uma época crucial e decisiva para o Espírito Santo moderno e contemporâneo, ou seja, de um passado próximo de nós. Um passado que ganhou imagens com a descoberta internacional que o fotógrafo, jornalista e pesquisador Cilmar Franceschetto fez, durante a preparação desta edição, de fotografias do francês Victor Frond. Os primeiros registros fotográficos do Espírito Santo, encomendados pelo imperador Dom Pedro II e até então anônimos e sem identificação na Biblioteca Nacional, recuperam imagens perdidas de nosso passado e enriquecem não apenas a nossa memória, mas toda a cultura ocidental. Nossos tempos antigos ficaram mais ricos e perscrutáveis.

Fato relevante, pois, do passado, mais que lembrança, devemos

aprender ensinamentos. A recordação da ultrapassagem de obstáculos nos é valiosa, fortalece-nos. Tomar consciência de nossa capacidade de superar adversidades, saber que já vencemos e que, portanto, somos capazes de vencer novamente, é fundamental num momento em que estamos, todos nós – poderes públicos, sociedade civil organizada e cidadãos –, diante de um dos maiores desafios de nossa história: a reconstrução das instituições públicas capixabas como fator essencial ao alcance de uma realidade com ampliado e sustentado desenvolvimento socioeconômico e igualdade de oportunidades.

Saber dos sacrifícios da caminhada faz-nos mais comprometidos com o presente e o futuro, afinal, somos os herdeiros não apenas das conquistas de nossos antepassados, mas também eternos portadores e guardiões de suas lutas, vitórias e perdas.

O passado que muitas vezes se quer glorioso, aqui se expõe com crueza e até inspira compaixão. No entanto, a memória que se quer constituir, a partir da recuperação dessas narrativas, é aquela da bravura, da dedicação, da fé, da perseverança de nossos antepassados. Buscamos reavivar na identidade capixaba os mesmos traços de bravura, dedicação, fé e perseverança daqueles que nos antecederam, assim como despertar o respeito com aqueles que viveram por nós e também o compromisso com aqueles que virão.

O ímpeto, a força, a coragem, o olhar para além do presente muitas vezes indigno e desalentador, a capacidade de soerguimento, a vocação e o dom de sonhar e realizar, como bem mostra este livro, são mais que características dos capixabas de hoje, são marcas ancestrais que compõem a identidade capixaba.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

Tschudi e a condição humana

“Terra arável do sonho! Quem fala em construir?
– Eu vi a terra distribuída em vastos espaços e
meu pensamento não se distrai do navegador.”

Saint-John Perse

I. Memória rediviva

Sou descendente, através de meu avô materno, de uma imigrante suíça da qual infelizmente não consegui até o presente momento informações mais precisas sobre a sua linhagem familiar. Desde criança a presença dessa mulher imigrante nos foi transmitida através dos relatos orais de minha avó materna, Julia Lazzaro – por sua vez, filha de imigrantes italianos – que com sua sensível lucidez manteve viva a lembrança daquela mulher imigrante, avó de seu marido.

Falecido ainda relativamente novo devido a um colapso cardíaco – como consta na certidão de óbito – meu avô materno, segundo relatos familiares, morreu mesmo em consequência de um erro fatal do farmacêutico que lhe aplicou (após ter sido atacado por um cão nas imediações da fazenda onde trabalhava como administrador e vivia com a família) um medicamento inadequado. Esse erro gravíssimo, além de nos impedir de conhecê-lo, teve consequências desastrosas para a família de minha avó materna que, viúva e ainda com duas filhas pequenas, sofreu toda a sorte de dificuldades para criá-las. Mas o que chegou até nós, sobre nossa trisavó suíça, nos foi transmitido por ela, através de sua sabedoria e humildade – mal sabia falar o português macarrônico aprendido ainda menina nas relações interpessoais como trabalhadora braçal, junto aos pais imigrantes na fazenda Santa Maria, em Muniz Freire. Sim, repito orgulhosamente: devo a minha avó materna, Julia Lazzaro, o prodígio de uma valiosa transmissão oral que manteve viva, através de relatos despretensiosos e sinceros, a lembrança de uma outra mulher, também camponesa e trabalhadora numa terra estrangeira. Uma mulher que ela sequer conhecera pessoalmente, acredito eu, mas que o marido, como que num lampejo de lucidez, lhe confiara involuntariamente a missão de mantê-la sempre viva na memória das gerações futuras. Este foi o seu precioso legado, pois segundo a certidão de óbito, o falecido não deixara bens materiais. Porém, para nós, seus netos, deixou um fragmento luminoso da sua delicadeza ao

conseguir perpetuar a lembrança daquela mulher estrangeira que fora a sua avó: uma mulher simbólica, metaforicamente helvética, metaforicamente alpina, diluída quem sabe no rosto de outras mulheres de nossa família, tanto em seus traços físicos quanto no temperamento reservado, mas profundamente irascível quando atingidas em sua dignidade. Essa mulher imigrante, envolta na névoa de sua solidão incondicional, nos acompanha hoje e sempre, e permanece presente entre nós, seus descendentes, como um sopro primaveril dos vales e montanhas de algum Cantão da Confederação Helvética. Talvez seja essa a razão para que ela, sendo um rosto simbólico e coletivo, nunca tenha, para nós, envelhecido, pois nos lembra sempre um rosto de mulher jovem e de tez rosada que chega do campo, após mais um dia exaustivo de trabalho, com um leve sorriso nos lábios. Creio que esse sorriso contido e marcado pelo drama da imigração, mas ao mesmo tempo profundamente esperançoso e motivador, está helvética e irreversivelmente impregnado no rosto de cada uma das mulheres de nossa família materna.

Este é, portanto, o legado de nosso avô: a nossa valiosa e indizível Suíça, com todos os seus misteriosos cantões, a permanecer suave e primaveril dentro de cada um de nós, descendentes dessa mulher imigrante de quem mantemos, ainda acesa, a misteriosa chama da sua presença.

II. Das dificuldades para se editar uma obra de valor histórico e coletivo

Há exatos sete anos vimos tentando trazer à luz, em português, os relatórios do suíço Johann Jakob von Tschudi sobre a sua viagem ao Espírito Santo no século XIX. A indicação para a tradução e edição, devido a sua importância para a historiografia capixaba, partiu da historiadora Gilda Rocha, estudiosa do nosso passado e cuja tese de mestrado, *Imigração Estrangeira no Espírito Santo*, já se tornou um clássico sobre o tema.

A ***Coleção Canaã*** (cuja logomarca foi coincidentemente elaborada a partir de um desenho do excelente pintor suíço Hans Erni)* nasceu com objetivo fundamental de editar obras raras, que se refiram diretamente à história espírito-santense, algumas inéditas em português, portanto, de difícil acesso para a coletividade.

Infelizmente, entre o nosso desejo e o momento histórico que nos permite realizá-lo, existe um longo caminho a ser superado. O caminho das dificuldades

(*) Desenho estampado no selo *Europa* emitido em Berna, aos 16/05/1995.

inerentes à falta de recursos para pesquisa e, principalmente, para os custos de publicação (tradução, revisão, editoração e impressão).

A última publicação da *Coleção Canaã* ocorreu em 1998. Somente agora com a colaboração imprescindível da *Swissinfo* e da *Associação Cultural e Recreativa Campinho*, juntamente com o incentivo de incansáveis lutadores, amigos do Arquivo Público, conseguimos retomar a série de publicações de obras raras sobre a nossa história – que já conta com o apoio irrestrito do Exmo. Sr. Governador do Estado, para esta e para as futuras publicações.

A despeito das dificuldades encontradas, finalmente conseguimos editar esta reveladora *Viagem à Província do Espírito Santo*. O que para nós representa um avanço ao recuperarmos um fragmento importantíssimo da nossa história: a ocupação sistemática – implementada pelo governo da época – de grande parte do território espírito-santense.

Portanto, os relatos da viagem de Tschudi ao Espírito Santo, além de abrirem uma nova perspectiva para a historiografia capixaba, possibilitam a sua discussão e socialização, ao narrarem o drama da imigração suíça no Espírito Santo, no século XIX, bem como da imigração em geral – pois não deixa de ser um problema sério e atualíssimo quando milhares de capixabas emigram em busca de melhores condições de vida e de trabalho para vários países do mundo. Apesar do contexto ser outro, os dramas humanos são recorrentes.

Paradoxalmente, o Espírito Santo, terra de imigração – a Canaã mítica tão bem retratada por Graça Aranha – tornou-se hoje terra de emigração. Segundo testemunhos, já são tantos os trabalhadores capixabas numa cidade famosa do norte da Itália que uma de suas ruas já é denominada *Via Espírito Santo*.

Contudo, os dois relatos de Tschudi, ao versarem sobre o mesmo assunto e até mesmo se repetirem, se complementam e se interagem, constituindo-se num painel abrangente sobre a situação das colônias estrangeiras no Espírito Santo, fazendo-nos refletir também sobre o problema social da emigração nos dias atuais.

A descoberta da autoria das imagens fotográficas, até o presente momento, mais antigas sobre o Espírito Santo existentes na Biblioteca Nacional (relatadas no posfácio desta publicação), foi para nós uma bela e sensível viagem ao passado do nosso Estado.

Esperamos que a publicação desta obra venha contribuir para a ampliação dos estudos e pesquisas sobre a história espírito-santense.

Agostino Lazzaro

Escritor, Cientista Social e
Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>Tschudi e a condição humana</i>	11
<i>Prefácio</i>	17

Parte I

Relatório do Enviado Extraordinário ao Brasil, Sr. de Tschudi, sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo	27
Colônia de Santa Isabel	28
Colônia de Santa Leopoldina	32
Colônia de Rio Novo	43

Parte II

Viagem à Província do Espírito Santo	57
---	----

Posfácio

Victor Frond: o pioneiro da fotografia no Espírito Santo	123
Dados sociológicos da imigração suíça no Espírito Santo	153
Dados biográficos de J. J. von Tschudi	171

Prefácio

Na época em que estava envolvida com a coleta de dados para minha dissertação de mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense, tomei conhecimento de um documento intitulado *Rapport de l'Envoyé Extraordinaire de la Confédération Suisse au Brésil*, de autoria de Johann von Tschudi, através de um ensaio do professor Renato José da Costa Pacheco¹. Percebi que ali estava uma fonte importante a ser utilizada no meu trabalho e decidi buscar informações adicionais àquelas, já valiosas, fornecidas pelo professor Renato que indicava o caminho das pedras: Coleção Varnhagen do Itamaraty. A minha alegria ao ter em mãos aquele relatório é conhecida por todo pesquisador que reconhece a importância de um documento para o trabalho que está realizando. As informações ali contidas foram preciosas para o desenvolvimento da minha monografia, e hoje tenho a sensação de que deveria tê-lo explorado mais e melhor – ou será isso um velho “cacoete” de todo pesquisador?

Quando o diretor do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo me convidou para fazer o prefácio de um texto de “um velho conhecido” meu (palavras suas) eu não tinha nenhuma dúvida de que se tratava do documento que eu tivera em mãos e que agora, traduzido, seria publicado. Qual não foi minha surpresa quando, ao ler a tradução da obra de Tschudi que me fora entregue, percebi que se tratava de outro documento, ainda que o conteúdo fosse bastante semelhante àquele que eu havia usado em minha pesquisa. Essa semelhança é explicável: o Relatório de 1860 (redigido em francês) produzido aqui no Brasil na época da 2ª viagem de Tschudi ao país (maio de 1860 a outubro de 1861) e *Viagem à Província do Espírito Santo* – tradução de parte do original da obra intitulada *Reisen durch Südamerika (Viagens à América do Sul)*, editada entre 1866 e 1869 em Leipzig – têm a mesma origem, a saber: o resultado das observações feitas por Tschudi na qualidade de representante do governo suíço incumbido de fiscalizar e propor melhorias nas colônias de

imigrantes aqui instaladas. São, portanto, documentos que se completam.

É de se notar que o relato sobre o Espírito Santo que integra a obra *Viagens à América do Sul* é bem mais agressivo do que o relatório que Tschudi deixou no Brasil em 1860 e que agora integra este volume por sugestão minha ao diretor do Arquivo. A razão disso, no meu entender, é que, já na Europa, escrevendo uma obra que não tinha mais conotação oficial nem diplomática, Tschudi se sentiu à vontade para expor com tintas mais carregadas tudo aquilo que havia observado. O primeiro texto se distingue do segundo por ser bem mais detalhado, apresentado-se como um verdadeiro “diário” de viagem que contém, ademais, observações sobre outras regiões da Província percorridas por Tschudi, enquanto o Relatório de 1860, certamente pelo fato de se tratar de um documento oficial, é bem mais “enxuto”, não deixando, entretanto, de apresentar um notável interesse histórico ao expor a situação em que se encontravam as famílias dos suíços instalados nas diversas colônias.

Quando percebi que J. J. von Tschudi não me era tão conhecido como julgara o diretor do Arquivo senti a necessidade de reverter um pouco a situação e colocá-lo numa lente de aumento. E a sorte trabalhou a meu favor: ao expor minhas inquietações a Agostino Lazzaro, este me entregou um livro intitulado *A Província Brasileira de Minas Gerais*,² de autoria do mesmo Tschudi, originalmente editado em 1862 com o nome *Die Brasilianische Minas Geraes*. Essa obra contém um resumo sobre geografia, ecologia, história, economia e administração de Minas incluindo um mapa da referida província. O ensaio crítico que precede o texto revela um Tschudi de dimensões bem maiores que aquelas até então conhecidas por mim e, acredito, por uma grande maioria daqueles que lidam com a história da imigração no Espírito Santo, onde seu nome é ligado apenas ao papel de representante do governo suíço. Por isso, sem me alongar em detalhes, me parece importante frisar alguns pontos que aparecem no referido ensaio, como segue.

Viagem à Província do Espírito Santo, repito, é parte integrante da obra já citada *Viagens à América do Sul*: esta se apresenta em cinco volumes ilustrados contendo relatos das 2ª e 3ª viagens de Tschudi à América do Sul (1857-58 e 1860-61, respectivamente). A parte referente ao Espírito Santo se encontra, na edição original, no 3º volume; nesse mesmo volume estão suas observações sobre as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, feitas quando de sua 2ª viagem ao Brasil (3ª à América do Sul).

Tschudi fez anteriormente duas viagens à América do Sul: a primeira,

que não incluiu o Brasil, se prolongou de 1838 a 1842 quando participou de uma expedição científica, ocasião em que se dedicou a “estudos antropológicos, arqueológicos, etnológicos e lingüísticos sobre a América pré-colombiana e a civilização inca”, tendo além disso se voltado para a “coleta de espécimes zoológicos e botânicos”.³ Eis aí a outra face desconhecida de Tschudi: além de ter se diplomado em medicina, ele era filósofo, naturalista e autor de importantes trabalhos de cunho científico tais como *Fauna Peruana*, *Antiguidades Peruanas*, além de um estudo sobre a língua geral do antigo império inca, o Quetchua.

Entre novembro de 1857 e dezembro de 1858 J. J. von Tschudi fez uma 2ª viagem à América do Sul, agora incluindo o Brasil, que ele visitava pela primeira vez. O desembarque se deu no Rio de Janeiro e o roteiro incluiu Minas Gerais, algumas cidades do sul da Bahia, daí voltando ao Rio, ocasião em que passou por Vitória.⁴ Do Rio continuou seu percurso em direção ao sul, visitando São Paulo, Paraná e Santa Catarina e a cidade do Rio Grande (porto do Rio Grande do Sul), de onde deixou o Brasil para percorrer diversos países da América do Sul. A volta para a Europa aconteceu em princípios de dezembro de 1858.

Quando Johann Jakob von Tschudi visitou o Espírito Santo em 1860 a província contava com três colônias de imigrantes, a saber: Santa Isabel, Santa Leopoldina (estabelecimentos oficiais) e Rio Novo (empreendimento particular).

A criação dessas colônias foi possível graças ao desenvolvimento de uma política imigrantista levada a cabo pelo Governo Imperial que visava, naquele momento, a promover o povoamento de imensas áreas desabitadas – e o Espírito Santo, pelas suas condições demográficas e econômicas, logrou beneficiar-se dessa política. No entanto, é preciso que se diga, já nessa ocasião pairava em muitas mentes a idéia de colonização como um meio de promover a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Essa idéia se fortaleceu mais tarde, em inícios da década de 80, com a prevalência de uma política que advogava a introdução de imigrantes europeus como mão-de-obra para a grande lavoura, prevalência que foi uma conseqüência da grande expansão cafeeira do oeste paulista, sendo o Espírito Santo grandemente prejudicado por essa nova orientação da política imigrantista brasileira.⁵

Relatos de viajantes estrangeiros se constituem em documentos importantes na medida em que nos dão uma visão diferenciada daquela que nos é oferecida pelas autoridades oficiais. A narrativa de Tschudi sobre o

Espírito Santo tem esse mérito, pois sabemos que as “falas” e relatórios dos presidentes de província, nomeados que eram pelo Governo Imperial, não primavam pela imparcialidade. Primeiro porque eram políticos que quase sempre desconheciam a realidade do Espírito Santo (e isso é válido para todos os presidentes de província do império) e, também, porque pouco ou mesmo nenhum compromisso tinham com a terra que governavam, sendo meros executores das ordens do Governo Central. Se por um lado a grande maioria dos homens que ocupavam esse cargo dele se serviam para subir na hierarquia da elite política do império, por outro a monarquia deles se servia para ganhar eleições: “em vez de serem árbitros objetivos, estavam os presidentes envolvidos nas lutas locais, sendo para eleger-se pessoalmente num cargo legislativo na corte, sendo para assegurar a vitória eleitoral para o governo central”.⁶ Segundo, e por conseqüência, procuravam mostrar em seus relatórios e demais documentos, serviços e ações que nem sempre condiziam com a realidade – e em seu Relatório, Tschudi já colocava o dedo nessa ferida.

No entanto, na minha concepção, é preciso distinguir dois tipos de literatura de viajantes estrangeiros, e refiro-me aqui estritamente ao Espírito Santo: o primeiro é representado por aqueles que aqui chegaram sem nenhuma vinculação com o governo de seus países de origem, sendo apenas visitantes e observadores que se propunham a narrar suas impressões de viagem, a exemplo do príncipe Maximiliano de Wied Newied (1816), de Auguste de Saint-Hilaire (1818) e de Auguste-François Biard (1858/1859).

Já o segundo tipo é representado por aqueles que visitaram a Província/Estado do Espírito Santo investidos de prerrogativas oficiais (dos seus países), tendo uma missão determinada a cumprir; nesse último caso estão, por ordem cronológica, Johann Jakob von Tschudi (1860), Carlos Nagar (1895), já traduzido e publicado pelo APEES, e R. Rizzetto (1901). Nos três nota-se que não há muitas concessões ao estilo puramente narrativo e o objetivo é muito claro: oferecer aos governos aos quais serviam um retrato fiel (ao menos assim lhes parecia) das condições em que aqui viviam seus compatriotas.

Sem dúvida Tschudi é, dos três, o mais contundente: ele não hesita em denunciar, atacar, acusar e até mesmo ridicularizar. Com seu olhar europeu “civilizado” ele se refere com freqüência à “indolência” dos brasileiros (ponto de vista, aliás, compartilhado por grande parte da elite intelectual e política do Brasil); fala da “sujeira” que ele vê em toda parte, da falta de presteza para se fazer as coisas – “... não se tem pressa no Brasil e é preciso ter paciência...”;

trata com menosprezo a cultura local ao relatar com detalhes uma “apresentação beneficente da prima dona do Teatro Municipal de Vitória”, menosprezo que é compartilhado pelo seu anfitrião, o então presidente, Antonio Alves de Souza Carvalho, um pernambucano que ele considerava um “exilado” no Espírito Santo.

Mas, justiça se faça: mesmo que às vezes se exceda em suas críticas – e ele mesmo o reconhece posteriormente – Tschudi nos oferece um retrato muito próximo não somente das mazelas em que se envolveram muitas das autoridades encarregadas dos assuntos referentes à imigração, mas também dos desacertos e enganos cometidos por essas mesmas autoridades – e que muitas vezes são reconhecidos por estas: má escolha de locais para assentar os colonos, promessas de um eldorado que não existia, superfaturamento nas obras dos núcleos coloniais, conluio entre agentes governamentais e os próprios colonos para se apropriarem do dinheiro público, enriquecimento ilícito, funcionários mal preparados para exercer suas funções, falta de instrumentos apropriados para medição de lotes, dificuldade de comunicações entre os núcleos coloniais e entre estes e os mercados mais próximos. Tudo isso se encontra nos documentos agora publicados, sem contar a denúncia da antiga e tão atual prática do nepotismo.

É preciso que se diga, também, que Tschudi reconhece que parte dos imigrantes tinha sua parcela de culpa diante da situação pouco favorável das colônias: ao se referir a Santa Leopoldina ele afirma que havia muitos colonos “preguiçosos, patifes e gananciosos” e que os holandeses ali instalados eram “vadios e decadentes”. Reconhece, ainda, que muitas das queixas que lhe foram feitas pelos colonos desse estabelecimento eram exageradas ou infundadas. É sintomático, no entanto, que essa apreciação desfavorável em relação aos colonos apareça em toda sua plenitude em *Viagem à Província do Espírito Santo* enquanto no documento de 1860 Tschudi se esquivava desse julgamento.

O relatório produzido por Tschudi em 1860 provocou a reação do presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Em seu extenso Relatório de 23 de maio de 1861 ele alude, sem citar nomes, às “...calúnias e falsidades de maldizentes que em grande parte receberam os dons da liberal hospitalidade brasileira...”, referindo-se à propaganda negativa feita na Europa em relação aos serviços de imigração. É muito pouco provável que Costa Pereira Júnior, naquela altura, desconhecesse o documento de Tschudi, sendo portanto quase certo que ao escrever essas palavras ele estivesse se referindo ao diplomata

suíço. Mas no seu relatório do ano seguinte apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, o mesmo presidente faz referência explícita à “injusta condenação” de que foi vítima a Colônia de Santa Leopoldina por parte do “Sr. barão de Tschudi enviado da Confederação Helvética” cuja opinião, segundo Costa Pereira Júnior, “não foi o resultado do estudo prolongado e paciente que as circunstâncias especiais da colônia exigiam”, faltando-lhe o tempo suficiente para melhor avaliar a situação do estabelecimento.⁸ Imaginemos qual não teria sido a reação de Costa Pereira Júnior ao tomar conhecimento do relato ampliado de Tschudi contido em *Viagens à América do Sul*.

Particularmente duro na avaliação de Santa Leopoldina, colônia que ele condenou de maneira irremediável, não vislumbrando para ela nenhum futuro, Tschudi revelou-se um mau profeta. O desenrolar dos acontecimentos mostrou que, apesar das dificuldades iniciais, Santa Leopoldina alcançou um expressivo progresso populacional e econômico, chegando mesmo a ocupar o lugar de 2º maior município exportador de café do Estado em 1896.⁹

Quanto às colônias de Santa Isabel e Rio Novo, Tschudi demonstra um relativo otimismo em relação às mesmas. Falando da primeira, ele prognosticou para ela um futuro “favorável”, mas duvidando que seria “significativo”. E essa previsão revelou-se acertada. Um documento publicado em 1884 em “O Cachoeirano” afirmava, a propósito da ex-colônia, que “os colonos gozam de notável bem estar e até de riqueza”¹⁰, e Renzo Grosselli demonstra que se em 1866 as importações eram superiores às exportações, vinte anos depois esse quadro negativo havia sido superado, com as exportações atingindo um superávit de 25:201\$000.¹¹ Por outro lado é de se notar que, uma vez emancipada (1866), Santa Isabel não mais recebeu imigrantes sob os auspícios do governo, deixando de beneficiar-se da entrada no Espírito Santo das grandes levas de imigrantes italianos que aqui entraram a partir de 1875, diferentemente de Santa Leopoldina e Rio Novo que mesmo depois da passagem para o regime comum continuaram a receber colonos, tanto na fase imperial quanto na fase republicana.

No que se refere a Rio Novo, Tschudi faz elogios à qualidade do terreno e ao clima saudável (que aliás, não era tão saudável como ele supunha). No entanto encontrou o estabelecimento em completa desordem por falta de uma administração eficiente e, também, pela propaganda enganosa que era feita na Europa pela associação dirigida por Caetano Dias da Silva. O Governo Imperial chegou a amparar financeiramente o empreendimento, mas isso não

evitou seu fracasso. Fracasso inicial, diga-se de passagem, que pode ser avaliado por esses números: dos 929 colonos instalados pela associação restavam, em 1862, apenas 387.¹² Diante dessa situação o Governo Central, certamente com o intuito de evitar o descrédito de sua política imigrantista, resolveu encampar a colônia (outubro/1861). É bem provável que o relatório de Tschudi tenha influenciado para que essa decisão fosse tomada: o diplomata suíço, como se pode ver, não apenas sugere ao Governo a compra da colônia como também enumera uma série de providências a serem tomadas no sentido de salvá-la do fracasso.

Uma vez sob a proteção governamental, Rio Novo ainda enfrentou inúmeros obstáculos – problemas administrativos; revoltas de colonos; epidemias; imigrantes que se recusavam a se estabelecer, preferindo como destino o sul do país, etc.¹³ Esses obstáculos foram, no entanto, corajosamente enfrentados por um homem que foi a maior figura da história da imigração no Espírito Santo, o engenheiro Joaquim Adolpho Pinto Pacca. Nomeado diretor da colônia em fins de 1871, ele permaneceu no cargo até a data de sua emancipação (6/3/1880) e foi durante sua gestão que o estabelecimento colonial tomou novo impulso: ao território inicial foram agregados mais quatro territórios entre 1875 e 1878, e sua população teve um incremento expressivo entre 1872 e 1879, com uma taxa de crescimento médio anual superior a 53%, enquanto a exportação de café, produto que era o esteio das colônias de imigrantes no Espírito Santo, passou de 6.500 arrobas em 1873 para 135.566 arrobas em 1885.¹⁴

Resta enfatizar a relevância da presente publicação que torna esses documentos acessíveis a um público bem mais amplo, o que certamente contribuirá para um maior desenvolvimento das pesquisas sobre a história do Espírito Santo.

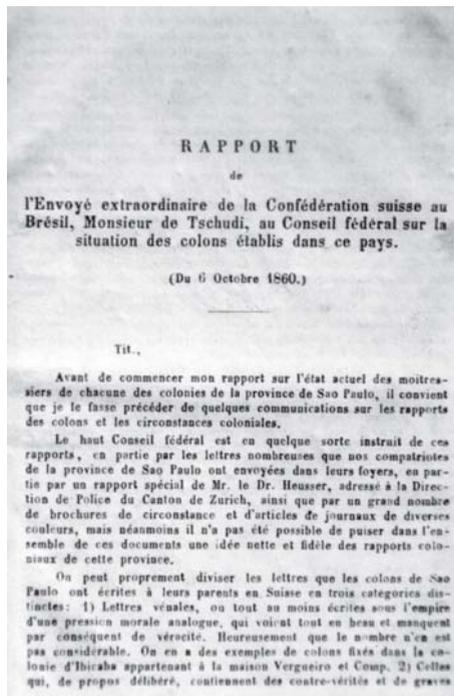
Gilda Rocha

Historiadora,
ex-Diretora do Arquivo Público Estadual

Notas do Prefácio

- 1) PACHECO, Renato José da Costa. Os Primeiros Anos (conflitos nas colônias agrícolas espírito-santenses. 1847-1882), in **Estudos em Homenagem a Ceciliano Abel de Almeida**, Vitória, Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1978.
- 2) HALFELD, H.G.F e TSCHUDI, J.J. von. **A Província Brasileira de Minas Gerais**, tradução de Myriam Ávila, ensaio crítico, notas e revisão da tradução de Roberto Borges Martins, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- 3) idem, p. 17.
- 4) Tschudi faz alusão a essa passagem por Vitória em **Viagem à Província do Espírito Santo**, ora publicado.
- 5) Para maiores detalhes sobre a política imigrantista no Império ver ROCHA, Gilda. **Imigração Estrangeira no Espírito Santo. 1847-1896**, Vitória, edição da autora, 2000.
- 6) BANCK, Geert A. As garras do poder central nas brigas de um estado esquecido, in **Revista do IJSN**, ano V, nº 1, Vitória, 1986, p. 33. Para as relações entre Presidentes de Província e Governo Central ver também GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do Século XIX**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1977.
- 7) Relatório do presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior de 23 de maio de 1861, p. 76.
- 8) Relatório do presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior de 25 de maio de 1862, p. 37.
- 9) Cf. Relatório da Diretoria Central de Terras e Colonização do Estado do Espírito Santo, para o período de 1892 a 1896, Rio de Janeiro, 1897, p. 8.
- 10) O CACHOEIRANO, ano VII, nº 10, 9 de março de 1884.
- 11) GROSSELLI, Renzo M. **Colonie Imperiali nella Terra del Caffé**, Trento, 1987, p. 141.
- 12) Relatório do presidente Costa Pereira Júnior de 1862, p. 50.
- 13) Para maiores detalhes sobre a Colônia de Rio Novo ver COSTA, Luciano Osório. **A Colônia de Rio Novo (1854-1880)**, dissertação de mestrado, USP, 1981 e GROSSELLI, Renzo M., obra citada.
- 14) ROCHA, Gilda, obra citada, pp. 86 e 92.

Parte I



Tradução
Nara Saletto

Relatório
do
Enviado Extraordinário ao Brasil,
Sr. de Tschudi, sobre as colônias de
Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo

20 de dezembro de 1860

Embarquei no dia 25 de outubro, acompanhado do cônsul-geral suíço, sr. Raffard, a bordo do vapor São Mateus, e cheguei na manhã de 28 a Vitória, capital da Província do Espírito Santo. Como não há hotel na cidade (bem como em toda a Província), S. Excia., o Presidente da Província, sr. Antônio Alves de Souza Carvalho, prevenido de nossa chegada, enviou a bordo seu secretário para nos convidar a hospedarmo-nos no palácio do Governo, o que aceitamos.

Eu dediquei os dois dias seguintes a um exame atento dos documentos relativos às colônias da Província, bem como aos decretos e correspondências oficiais dos arquivos da Secretaria da Província, que o presidente pôs à minha disposição com a mais louvável solícitude.

Assim, já antes de minha visita às colônias, eu havia adquirido um conhecimento claro e exato não apenas dos interesses gerais das colônias, mas também da situação das diversas famílias que nelas se encontram. Pude me convencer por essas pesquisas que o Governo Imperial está imbuído das melhores intenções, que não negligencia nada no intuito de favorecer a colonização e não recua diante de nenhum sacrifício nesse sentido, porém, se não atinge seu objetivo, a culpa é essencialmente dos agentes subalternos e das circunstâncias que exporei mais adiante.

Colônia de Santa Isabel

No dia 31 de outubro parti para a colônia do Governo, Santa Isabel.

Essa colônia foi fundada em 1846 por ordem do Governo, pelo Presidente da Província, o conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, com 38 famílias da Prússia Renana. Está situada na direção sudoeste, a oito léguas da capital da Província, entre os rios Jucu, ao norte, e seu afluente Braço do Sul, ao sul. O primeiro é navegável por canoas, ao longo de um certo trecho, mas não até a colônia propriamente dita. A nova estrada que vai de Porto Velho, na vizinhança da capital (situada numa ilha), até a colônia, não é carroçável, mas está bem conservada e foi convenientemente construída. Desde que o aumento da exportação a torne necessário, ela poderá facilmente ser transformada em estrada para viaturas até o centro da colônia. Da via principal partem boas trilhas para mulas, levando a maior parte dos lotes. Segundo o plano do Governo, cada propriedade deverá ser provida de um caminho desse tipo.

O território da colônia, cuja extensão é calculada em quatro léguas quadradas, consiste em vales estreitos e colinas em mata. O solo é de qualidade média, mas, submetido a um cultivo adequado, recompensa largamente o trabalho. Apenas o feijão, um dos principais alimentos do Brasil, não vinga, enquanto a cultura do café, a maior esperança do colono, prospera. O clima é saudável, o calor nunca se torna insuportável a ponto de impedir os colonos de trabalharem no campo. Ao longo deste ano, que em todo o Brasil se caracterizou por uma seca terrível, os ratos do mato causaram um grande prejuízo, aqui e em boa parte da província.

A direção de Santa Isabel foi confiada a um ex-oficial prussiano, sr. Adalbert Jahn, homem de perfeita probidade que, aliando a seus vastos conhecimentos um caráter firme e uma rigorosa imparcialidade, cumpre sua missão de maneira honrosa.

A colônia possui uma capela protestante e uma igreja católica bastante ampla; a primeira está situada na extremidade da colônia e é pouco frequen-

tada, a outra, localizada mais ao centro, ainda não está acabada. O serviço religioso é celebrado por um pastor protestante e um capuchinho do Tyrol. O novo pastor chegou durante minha estada em Vitória. Dois de seus antecessores morreram na colônia nos últimos anos; um de enfraquecimento progressivo, o outro de febre tifóide. Os proventos pagos pelo Governo ao pastor são de 800 mil-réis; os do capuchinho de 360 mil-réis. O ensino escolar católico é ministrado pelo sacerdote dessa confissão, enquanto a escola protestante é provisoriamente dirigida por um regente que dá aulas duas vezes por semana na vizinhança do centro, e outras duas na extremidade da colônia, a duas léguas de distância. O pastor protestante se encarregará certamente desse ensino.

Um médico brasileiro, assalariado pelo Governo, está ligado à colônia.

Somente há dois anos, isto é, depois que a direção foi entregue ao sr. Jahn, a colônia tomou um impulso considerável; anteriormente, tudo estava na maior desordem e não havia sequer uma lista nominativa dos colonos. O primeiro diretor ou superintendente era um capuchinho austríaco fanático, padre Wendelin; depois de sua partida um colono quase sem instrução foi chamado a sucedê-lo, e a colônia teria caminhado para a ruína total se ficasse sob sua direção. Enfim, em 1858, o sr. Jahn foi nomeado diretor, e é de se desejar, no interesse do Governo tanto quanto dos colonos, que ele possa continuar a gerir a administração ainda por muitos anos.

Nenhum dos colonos se queixou a mim, seja do Governo Imperial, seja da direção, mas uma parte dos imigrantes alemães fez muitas críticas sobre a maneira como foram aliciados e enganados pelos agentes de emigração. As recriminações mais vivas tinham como objeto um certo agente Textor, de Frankfurt.

Há algum tempo, um mal se enraizou nessa colônia: a intolerância religiosa e a mania de proselitismo. O primeiro impulso foi dado, sem dúvida, pelo capuchinho austríaco Wendelin; seu exemplo foi seguido por seus sucessores, os dois capuchinhos tirolezes, F. Pedro Regalado e P. Hadrian Lauschner, que estenderam sua ação às duas colônias de Santa Isabel e Santa Leopoldina. Não posso porém omitir que a mesma crítica pode ser dirigida a um dos pastores protestantes precedentes.

Não é intenção do Governo Imperial que a intolerância seja praticada de uma maneira ou de outra. Assim, a 18 de agosto de 1858, o ministro do Interior, Marquês de Olinda, deu ao presidente da Província ordem formal

de cuidar no sentido de que a maior tolerância fosse observada nas colônias, e escreveu nessa ocasião : “Deveis esclarecer a todos a quem isso concerne, que o Governo Imperial pretende fazer cumprir as prescrições da Constituição do Império, a qual garante a todos o culto de sua religião, a fim de que se respeitem reciprocamente.”

Dois dias antes de minha visita a Santa Isabel, teve lugar a conversão ao catolicismo de um colono protestante, em circunstâncias que haviam provocado uma grande indignação entre os protestantes. O Presidente da Província dirigiu então uma nota ao sacerdote católico, na qual lhe dizia : “O Governo Imperial não trouxe colonos ao Brasil para ganhar almas para a fé católica, mas a fim de lhes assegurar uma existência e um futuro; ele proíbe, em consequência, qualquer conversão nas próprias colônias; se um colono sentir a necessidade de mudar de confissão, precisa ir à capital e apresentar-se a ele, presidente, a fim de que ele se convença de que a conversão se deu espontaneamente, e o ato deve se dar numa igreja de Vitória.” Essa ordem é um testemunho do desejo do Governo Imperial de combater, tanto quanto possível, o proselitismo.

Encontrando-se o padre Hadrian Lauschner em Vitória durante minha estada naquela cidade, o presidente chamou-o em minha presença, e eu aproveitei a ocasião para lhe dirigir sérias advertências sobre a importância da manutenção da boa harmonia religiosa entre os colonos.

Estes, na maior parte alemães, são geralmente bons trabalhadores; alguns poucos entre eles, particularmente de Hesse-Darmstadt, que chegaram em completa penúria e já pertenciam em sua pátria à pior parte da população, devem ser dados à bebida e terminarão mal.

Aquí, como em tantas outras colônias, encontram-se pessoas pouco diligentes que, para os menores serviços, fazem exigências exorbitantes.

Como ainda se fazem medições de terras para futuros assentamentos, os colonos atuais encontram um bom salário trabalhando para os agrimensores, que os empregam para traçar as picadas na floresta. O trabalho é duro e os trabalhadores alternam uma semana na medição e outra em suas próprias plantações, podendo desse modo obter de 80 a 100 francos por mês; pelo trabalho na abertura de estradas na colônia eles recebem quatro francos de salário por dia¹.

A Colônia de Santa Isabel é constituída atualmente de 147 famílias, contando 628 pessoas. Há apenas alguns suíços, a saber:

1. **Werfeli**, Samuel, de Bottwyl, distrito de Zofingue, Cantão de Aargau, anteriormente colono parceiro do fazendeiro Castro, em Ubatuba, com a mulher e um filho pequeno. O diretor tem em alta conta essa família honesta, trabalhadora e econômica. Werfeli, que está há cerca de três anos na colônia, plantou mais de 1000 cafeeiros e fez belas plantações de milho e mandioca; já prepara para a venda uma quantidade considerável de farinha de mandioca. Possui atualmente cinco cabeças de gado e pretende desmatar terra suficiente para criar cinquenta animais. Werfeli está contente com sua situação e como é jovem, trabalhador e ordeiro, tem toda a chance de progredir.

2. **Ginsberg**, Friedrich, de Mettmensstetten, Cantão de Zürich, quatro pessoas. Segundo me asseguraram, os capuchinhos lhe prometeram, no primeiro ano após sua chegada, auxílio e assistência se ele se convertesse ao catolicismo; Ginsberg se deixou levar e mudou de confissão; mas, como acontece geralmente nesses casos, se viu rejeitado pelos católicos e pelos protestantes; como também não é bom trabalhador, até agora pouco progrediu.

3. **Baumgartner**, Elisabeth, viúva com seu filho Christovan, de Engi, Cantão de Glarus. Como é uma pessoa bastante idosa e fraca, seu filho fica sobrecarregado. Ela me pediu para interceder a fim de que obtivesse uma subvenção trimestral do Governo, o que lhe permitiria contratar trabalhadores e desmatar uma área da floresta. O presidente, ao qual expus o caso, deu imediatamente a ordem para que fosse concedido o subsídio à viúva, embora ela não esteja nas boas graças da Secretaria da Província.

Enfim, há ainda nessa colônia uma suíça, a viúva Marie Agnes **Schopp**, que reside com seu genro, um prussiano chamado Velten.

O Governo Imperial não deixa de aumentar essa colônia, enviando novos colonos, e deu ordem para que seja construída uma sede nas proximidades da igreja católica, em local para isso reservado.

O estado atual da colônia pode ser considerado perfeitamente regular, e uma vez cessadas as intrigas por causa de religião, nada haverá a censurar. Não creio, entretanto, que ela tenha um futuro muito próspero; o solo é na maior parte muito acidentado para que possa ser mais tarde trabalhado com a charua,² e a distância da capital é tão considerável que o transporte dos produtos não deixa de acarretar para os colonos um gasto bastante grande de tempo e dinheiro.

Colônia de Santa Leopoldina

Sábado, 3 de novembro, chegamos a Vitória e segunda-feira, 5 de novembro, partimos para a colônia do Governo, Santa Leopoldina.

Essa colônia, fundada com o nome de Santa Maria, em 1856, por ordem do Governo Imperial, pelo Presidente da Província, dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, foi destinada a receber os colonos suíços que o Governo havia liberado de seus contratos em Ubatuba. Fica situada a 19 léguas a oeste-noroeste de Vitória e está limitada ao norte pelo rio Santa Maria e ao sul pelo rio Mangaraí. A comunicação com a capital se faz pelo rio Santa Maria, navegável o ano todo. Em uma canoa conduzida por cinco vigorosos negros, franqueamos em nove horas a distância entre Vitória e o Porto do Cachoeiro.³ A partir desse ponto, na direção oeste, o rio deixa de ser navegável. A uma légua do Porto do Cachoeiro o rio Mangaraí se lança no Santa Maria, e é ainda navegável por uma certa extensão, do lado da colônia. A comunicação com a capital é portanto fácil e pouco dispendiosa.

Porto do Cachoeiro, o ponto de embarque, está a uma meia légua da colônia propriamente dita e constitui uma pequena povoação. Lá ficam o diretor e o subdelegado; há ainda algumas vendas, um padeiro, um açougueiro e diversos artesãos.

Essa colônia também está destinada a ocupar um espaço de quatro léguas quadradas. Compreende montanhas abruptas e vales fechados, cuja superfície é raramente mais larga que o rio que o atravessa. As montanhas são muito mais escarpadas e altas que na Colônia de Santa Isabel. O solo é em grande parte arenoso e quartzoso; a terra vegetal não tem, em média, mais do que duas a três polegadas de profundidade e nem mesmo se compõe de humus puro, mas de uma teia cerrada de finas raízes filamentosas misturadas ao humus. Apenas em alguns locais onde o vale se alarga um pouco, junto a um ribeirão, encontra-se uma camada mais espessa de terra vegetal carregada das montanhas e onde a fertilidade é naturalmente maior.

Compreende-se facilmente que em tais condições não se pode falar de fertilidade, em geral, e confesso que tirando as margens arenosas do mar e os campos pedregosos, raramente vi um solo tão ruim quanto o de Santa Leopoldina. As tristes experiências dos colonos testemunham cabalmente essa esterilidade. O milho cresce pouco e dá espigas pequenas; a mandioca também é pequena, mesmo no segundo ano, e freqüentemente fica preta sob a terra. Em vão plantam feijão: ele não cresce e, o que é pior, os cafeeiros plantados morrem ao fim de dois ou três anos. Os colonos perdem assim a esperança de conseguir um melhor futuro por meio dessa importante cultura. Até a rala floresta virgem que cobre as montanhas pode convencer o observador da má qualidade do solo. Para cúmulo da desgraça, as grandes formigas que sempre acompanham a cultura começam a devastar as colheitas já tão magras.

Parece inconcebível que o Governo Imperial tenha escolhido essa fatal localidade para uma colônia, numa Província tão rica em regiões muito férteis. Depois de haver ponderado cuidadosamente todas as circunstâncias, só posso explicar o fato da seguinte maneira: o Governo desejava fundar uma colônia na Província muito pouco povoada do Espírito Santo. Para a realização desse objetivo apareciam como oferecendo boas condições as terras do Governo com meios de comunicação fáceis e a uma distância média da capital da Província. Essas condições se encontravam ao longo do rio Santa Maria.

O presidente, Pereira de Barros, que *nunca* vira a região, enviou ao Governo um relatório muito favorável, com observações sobre a fertilidade das terras que haviam sido escolhidas. A intendência geral enviou agrimensores para medir os lotes dos colonos; esses empregados ou não reconheceram a má qualidade do solo ou, se reconheceram, nada disseram. Encontrei entre os documentos um relatório do falecido diretor, Pfuhl, que ainda este ano, assinalava a extrema fertilidade dessa área (“terras ubérrimas”). Não sei se é o julgamento de um entusiasta cego, ou o que mais se pode pensar. De minha parte, pude me convencer de que nada é mais falso.

O clima é saudável e se assemelha ao de Santa Isabel.

A colônia ainda não tem uma igreja regular ou capela, nem pastor. Os sacerdotes, tanto o protestante quanto o católico, de Santa Isabel, têm a obrigação de celebrar o serviço divino a cada quinze dias na Colônia de Santa Leopoldina, mas a grande distância torna isso impossível. Quanto

ao ensino escolar, não deixa de ser ministrado, embora de maneira ainda muito precária.

As funções de médico foram desempenhadas até outubro deste ano por um colono alemão, chamado Braun, que diz ter servido no exército inglês na guerra da Criméia. No dia 5 de novembro, um médico brasileiro assalariado pelo Governo se instalou na colônia.

Desde a fundação da colônia até o começo deste ano, a direção foi lamentável sob todos os aspectos. Em janeiro de 1860, um certo barão, Pfuhl, foi nomeado diretor e pode-se crer que se empenhou com zelo para pôr fim à desordem. Depois de haver dirigido a administração durante seis meses, ele morreu em 15 de julho deste ano. Parece que o Governo estava satisfeito com sua gestão. Os relatórios testemunham ter ele dado provas de muito zelo e inteligência. Já os colonos dizem que era colérico, impiedoso, irascível e muito parcial. As declarações de um grande número de outras pessoas concordam com esse julgamento.

Não posso omitir o fato de que correu o boato do envenenamento de Pfuhl. Tentaram responsabilizar por esse crime o “partido” católico, sobretudo os capuchinhos. O Governo Imperial, que teve conhecimento do boato, deu ordens formais para que fosse aberto um inquérito rigoroso sobre o caso. O corpo de Pfuhl foi levado a Vitória e submetido à autópsia legal. Os médicos declararam que Pfuhl havia morrido de febre amarela. Alguns dias antes de sua morte, ele estivera em Vitória, onde haviam aparecido alguns casos dessa funesta doença; voltando a Santa Leopoldina, em uma canoa descoberta, ele estivera todo o dia exposto ao sol, e tivera aborrecimentos no retorno à colônia, cujo andamento lhe dava muitos desgostos. O resultado do inquérito foi nulo, pois não apareceram provas de crime.

De minha parte, fiz também investigações conscienciosas a esse respeito. Depois de sua chegada de Vitória, onde Pfuhl havia, como de costume, se hospedado em casa de um amigo, um padeiro francês, ele só ingerira em sua casa alimentos preparados sob os cuidados de sua mulher. Saiu de casa já indisposto e fez um passeio a cavalo pela colônia. Chegando à casa de um colono luxemburguês que sempre lhe demonstrara amizade (e que estava há muito tempo brigado com os capuchinhos por causa da construção de uma capela), deitou-se na cama, com febre, e bebeu um copo d’ água; depois de algumas horas, sem que a febre abaxasse, tornou a montar no cavalo e voltou para casa. Morreu dois dias depois, sem haver chamado o médico nem ter

tomado qualquer medicamento. À primeira notícia da doença de Pfuhl, o presidente enviou de Vitória um médico, que chegou tarde demais.

Minha mais íntima convicção é de que a morte de Pfuhl não foi o resultado de um crime. Seu sucessor chegou à colônia em novembro. Se ele será capaz de impor ordem à administração só o tempo dirá.

Os colonos, em número de 1.003 (232 chefes de família), são originários de diversas regiões da Alemanha. Além dos suíços (104), há os naturais de Hanover (4), de Luxemburgo (70), da Prússia (384), da Baviera (10), de Baden (27), do Hesse (61), do Tirol (82), de Nassau (13), do Holstein (13), de Mecklemburgo (5), da Saxônia (76), além de belgas (8), holandeses (126), um francês, um inglês e alguns brasileiros de nascimento.

Os suíços estão entre os primeiros habitantes de Santa Leopoldina, para onde, como dissemos, o Governo os enviou de Ubatuba. Seus lotes ocupam a parte norte da colônia. São as piores e mais improdutivas terras de todo o estabelecimento. Quando da primeira repartição dos lotes, o agrimensor, em vez de seguir as instruções do serviço de colonização, demarcou as parcelas a olho; outro teve que corrigir essa negligência condenável e começou a dividi-las segundo as regras; para isso, tirou de alguns colonos parte das terras que eles já haviam cultivado e deu-as a outros, entregando lotes em mata aos primeiros. Um terceiro, que mantinha relações ilícitas com a filha de um colono prussiano, cometeu novas e flagrantes injustiças em benefício de alguns privilegiados; em resumo, a arbitrariedade e uma confusão inaudita se instalaram. Nenhum colono suíço possui sua parte legal, de 62.500 braças quadradas (cerca de 30 hectares); todos têm muito pouco, alguns só possuem de 6 a 8.000 braças, e de terras de má qualidade.

O Governo Imperial, informado sobre essas circunstâncias, procurou reparar de algum modo os erros de seus agentes e propôs aos colonos suíços dar-lhes parcelas complementares a 1 – 1 ½ léguas de distância ou parcelas completas em outro local da colônia. Nossos compatriotas não aceitaram. À primeira opção objetaram que não lhes interessavam terras a grande distância de suas casas, pois não poderiam cultivá-las sem uma grande perda de tempo, nem vigiá-las convenientemente; quanto à segunda proposta, alegaram que não queriam perder o fruto de três anos de trabalho em seus lotes para começar de novo em outra parte do estabelecimento, tanto mais que só havia terras de má qualidade em toda a colônia; que haviam procurado em todas as direções sem encontrar em parte alguma terra melhor que a deles.

Um certo Jost Hämmerli, de Engi, Cantão de Glarus, havia escrito a seu irmão, Joseph Hämmerli, na Colônia de Santa Leopoldina, dizendo que haviam feito na Suíça uma coleta geral, para a qual o Conselho Federal contribuía com uma soma apreciável; que esse dinheiro me tinha sido entregue, e que eu estava encarregado de resgatar os colonos de Santa Leopoldina do Governo Imperial, para transportá-los a Santa Fé, na região do Rio da Prata. Deram pleno crédito a essa carta tola.

Quando os colonos souberam de minha chegada a Vitória, acreditando na tal carta, começaram a fazer os preparativos para a partida. Alguns iniciaram a venda de suas mobílias, aves, etc., e teriam vendido e destruído tudo se o diretor provisório não os tivesse aconselhado a esperar ao menos minha chegada.

No fim da tarde de minha chegada ao Porto do Cachoeiro, alguns colonos suíços se reuniram diante da casa do diretor; há vários dias tinham deixado de trabalhar na construção da estrada, onde recebiam 4 francos de diária, a minha espera. Após uma curta conversa, eles compreenderam que eu não viera para levá-los a Santa Fé e se retiraram, murmurando.

Na manhã seguinte fui à colônia; um grande número de suíços estava reunido junto à primeira casa. Fui falar com eles. Cercaram-me proferindo ameaças, vociferando e gritando, pedindo para serem imediatamente levados da colônia, declarando que, se não o fizesse, eles botariam fogo em todas as casas e iriam por força a Vitória; que podiam matá-los ou prendê-los, o que seria melhor do que morrer de fome na colônia. Vindo eu a falar do sr. David, ex-cônsul-geral suíço, que tanto fizera para libertá-los do sistema de parceria em Ubatuba, eles se puseram a praguejar, dizendo que ele os havia vendido para uma nova escravidão.

Para pôr fim a esse tumulto, avancei para o meio deles e reclamei, em nome do Conselho Federal, silêncio e respeito para com seu delegado. Restabeleceu-se a ordem e eu pude falar tranqüilamente com as pessoas.

Não preciso dizer que os colonos que me haviam sido indicados anteriormente como os mais preguiçosos e mais turbulentos foram precisamente os que tiveram o papel principal nessa cena desagradável. Os honestos, pais de família, não se envolveram e me relataram depois suas justas queixas.

Fiz também aqui a mesma observação que fizera em várias colônias de São Paulo, isto é, que os colonos se entendem antes de minha chegada e apresentam suas reclamações coletivas, protestando “um por todos e todos

por um”, mas que quando eu os visitava separadamente em suas casas, eles tinham outra linguagem e criticavam uns aos outros de maneira indigna, apontando os instigadores.

Uma das principais queixas era de que o Governo Imperial e o cônsul David os haviam enganado; depois de prometer transportá-los para a Colônia de Santa Maria, colocaram-nos em Santa Leopoldina. Em vão expliquei-lhes que aquela colônia situada no rio Santa Maria tivera o mesmo nome do rio, mas o Imperador, por decreto de 27 de março de 1857, ordenara a mudança de seu nome para Santa Leopoldina (em homenagem a sua segunda filha, Dona Leopoldina). É mentira, insistiam eles, nós sabemos melhor que o senhor.

Segundo as reclamações fundadas dos colonos e minhas próprias pesquisas e observações, posso declarar o seguinte sobre o estado da colônia de Santa Leopoldina.

1. O solo é em *geral* de má qualidade e improdutivo. Fazendeiros insuspeitos, que conhecem muito bem a colônia, disseram-me o mesmo. Há famílias que, depois de três anos de trabalho em suas terras, não conseguem colher o suficiente para sua subsistência diária.

2. Os colonos suíços foram indignamente enganados na divisão das terras; nenhum deles recebeu a área fixada pelo Governo.

3. As subvenções (diárias) fornecidas pelo Governo a título de adiantamento são, nas condições atuais, suficientes para uma pessoa, mas não para uma família.

4. O sistema, seguido pelo Governo, de não dar a subvenção diretamente, mas empregar depois de alguns meses os colonos no trabalho de construção de estradas, tem o inconveniente de que os pais de família, a fim de obter dinheiro para atender as necessidades dos seus, recorrem a esse meio e negligenciam assim o trabalho de cultivo em seu lote. O inconveniente é grave, pois o desmatamento é uma tarefa rude que não pode ser feita por mulheres e crianças, sendo porém do interesse do colono obter tanto solo cultivável quanto possível. Deve-se considerar também que os trabalhos nas estradas terminarão com o tempo, e esse recurso faltará aos colonos.

5. Um número bastante considerável de colonos está doente ou debilitado, principalmente entre os suíços, os holandeses e os prussianos. Fica-se chocado com a visão de criaturas pálidas, inchadas, enfraquecidas e abatidas. A causa não está no clima, mas sim numa alimentação precária. Um grande

número de colonos está reduzido a uma dieta quase exclusivamente de farinha de mandioca, cozida na água ou na forma de beiju. Pelo uso desse alimento, rico em amido, os colonos introduzem em seus organismos uma grande quantidade de elementos que produzem gases, cujo excedente não é digerido e sobrecarrega inutilmente o estômago; essa alimentação produz apenas um terço dos geradores necessários do sangue, ou seja, substâncias plásticas produtoras da carne e do sangue (fibrina, albumina, caseína). Os efeitos dessa nutrição defeituosa se manifestam sob a forma de uma doença bastante rara na Europa, mas freqüente nestas regiões, a opilação. O sangue dos doentes que escorre de um talho ou de uma sangria consiste quase exclusivamente de linfa, com uma massa mínima de fibrina. Essa doença é acompanhada de fraqueza, abatimento, palpitações, edemas, clorose, hidropsia e úlceras atônicas. Uma alimentação suficiente e uma maior serenidade dos espíritos resultantes de uma melhor condição de vida na colônia seria o mais eficaz remédio contra um mal ao qual sucumbem tantas vítimas.

Não são apenas os suíços que estão em situação lamentável, em geral; os holandeses estão em posição ainda pior, mal tendo o que comer. São considerados preguiçosos e sujos; não posso afirmar até que ponto essas imputações são fundadas, mas vi que estão totalmente desanimados.

Conversei com duzentos colonos de quase todas as nacionalidades representadas em Santa Leopoldina. Com poucas exceções, ouvi sempre as mesmas queixas, constatei o mesmo descontentamento. À minha pergunta : como vão as coisas? A resposta era sempre: *mal, muito mal*, e quando eu continuava a questionar, ouvia repetir em todos os tons: “Em vão trabalhamos sem descanso, de nada adianta, o solo é ruim demais, nada produzimos; os cafeeiros secam; este ano plantamos feijão por três vezes; ele foi comido pelos ratos ou secou, e nós não temos dinheiro para comprar sementes de novo; a mandioca ficou pequena, e muitas vezes apodrece sob a terra; as colheitas de milho são insuficientes, não sabemos com o que nos alimentar, tudo é caríssimo; com 6 vinténs na Alemanha nos arranjaríamos melhor do que aqui com 4 patacas por dia, sem contar que estamos sempre doentes. Isto não pode continuar.”

Os que menos se queixam são os recém-chegados, enquanto os antigos colonos que passaram por uma dura experiência de muitos anos estão desencorajados e só têm a perspectiva de um futuro sem esperança.

Cinco colonos suíços reclamaram comigo das diárias a que tinham direi-

to no mês de junho, por trabalhos públicos, mas que não constavam das listas mensais enviadas à administração pelo diretor Pfuhl, e seriam certamente registradas nas de agosto, se ele não tivesse morrido. Como não havia provas na Caixa, esta não podia pagar-lhes. Depois de me assegurar, por informações positivas, da veracidade de suas declarações, apoiei a reivindicação desses colonos ao presidente e este deu imediatamente a ordem para o pagamento, feito em minha presença, de cerca de 450 francos.

Resta-me apresentar a relação nominal dos colonos suíços de Santa Leopoldina.

1. **Fink**, Jacob, de Truttikon, Cantão de Zürich, seis pessoas. Ele mantém, com seu filho, um açougue em Porto do Cachoeiro, que lhe dá algum dinheiro. Seus outros filhos, sob a supervisão da filha mais velha, cultivam a terra na colônia.

2. **Müller**, Daniel, de Unterkulm, Cantão de Aargau, sete pessoas. Ele tem ainda dois filhos em Ubatuba, que ganham seu pão como domésticos, e deseja trazê-los. Alega não poder sobreviver sem ajuda do Governo.

3. **Hauser**, Caspar, de Stadel, Cantão de Zürich, uma pessoa; perdeu a mulher e o filho; está meio idiota.⁴

4. **Dürr**, Elisabeth, viúva com nove filhos, de Grabs, Cantão de St. Gallen. Seus dois filhos mais velhos ganham cerca de 9 francos por dia; com os outros, ela pode fazer na colônia todos os trabalhos menos pesados da lavoura. Não tem, portanto, motivo para se queixar tão viva e inconvenientemente como o faz.

5. **Volkart**, Sebastian, de Glatt, Cantão de Zürich, três pessoas. Volkart é carpinteiro, sempre pode ganhar um bom salário nos trabalhos públicos da colônia.

6. **Zinsli**, Anne Marie, de Zizers, Cantão de Graubünden, três pessoas. Ela já perdeu dois filhos, vítimas da opilação, um terceiro tem a mesma doença e outro é débil mental. Segundo todos os testemunhos, essa viúva sempre foi muito trabalhadeira, mas nada pode colher por causa da má qualidade da

terra e da falta de mão-de-obra. Tomamos providências para que ela seja retirada da colônia. Faremos com que o filho débil mental seja colocado numa casa de caridade, o doente receba cuidados médicos, e ela encontre uma colocação na qual possa ganhar honestamente seu pão.

7. **Kern**, Heinrich, de Bulach, Cantão de Zürich, sete pessoas.

8. **Kubli**, Osvald, de Matt, Cantão de Glarus, uma pessoa. Seu filho Rodolf morreu. É um homem de 64 anos e está quase incapacitado para o trabalho. O Governo o assistirá.

9. **Köpplin**, Adam, de Neunkirch, Cantão de Schaffhausen, oito pessoas. O homem é tísico; sua mulher está há dois meses incapaz de trabalhar, freqüentemente acamada; dois filhos estão atacados pela opilação. A família está num estado miserável.

10. **Hoffmann**, Jacob, de Unterkulm, Cantão de Aargau, quatro pessoas.

11. **Landolt**, Caspar, de Näfel, Cantão de Glarus, duas pessoas. Não é bem visto.

12. **Bäbler**, Jacob, de Engi, quatro pessoas; sua comuna enviou-lhe uma subvenção, cuja entrega ele solicita.

13. **Höfli**, Conrad, de Zizers, Cantão de Graubünden; três pessoas, tem consigo a mãe e uma irmã; outra irmã está no Rio de Janeiro, casada com um homem chamado Schiess.

14. **Luchsinger**, Hilaire, de Engi, quatro pessoas; é portador de uma hérnia e quase incapaz de trabalhar.

15. **Hämmerli**, Joseph, de Engi, quatro pessoas; aleijado, em consequência de lesões externas; tem um filho vigoroso e em condições de trabalhar.

16. **Schanut**, J.B., de Grüşch, Cantão de Graubünden, seis pessoas; é tido como mau trabalhador, sempre descontente.

17. **Bäbler**, Heinrich, de Matt, Cantão de Glarus, duas pessoas; bons trabalhadores, mas têm apenas a oitava parte do lote legal.

18. **Hallauer**, Conrad, do Cantão de Schaffhausen, quatro pessoas; não está tão descontente como a maioria e deve ser um trabalhador assíduo. Uma parte de suas terras é menos improdutivo do que elas são em geral.

19. **Bucher**, Heinrich, de Stadel, Cantão de Zürich, seis pessoas. De todos os colonos suíços, Bucher é o que está em melhor situação, pois suas terras, situadas parcialmente na parte baixa, são bastante produtivas e ele obtém colheitas que o deixam ao abrigo da necessidade e lhe permitem manter uma reserva. Infelizmente, para ter água junto de casa, colocou-a num lugar baixo e úmido, por isso insalubre. Essa imprudência lhe fez perder dois de seus filhos e um terceiro está acamado.

20. **Kaufmann**, Caspar, de Möhlin, Cantão de Aargau, três pessoas. Perdeu há pouco tempo uma filha de 22 anos. Como Bäbler, Kaufmann foi consideravelmente prejudicado na medição de seu lote. Pai e filho são muito trabalhadores e honestos.

21. **Ziegler**, Anton, de Wesen, Cantão de St. Gallen, quatro pessoas. Seus negócios vão muito mal. Perdeu a filha de 20 anos, que cuidava da casa depois da morte da mãe; no ano passado ele caiu no fogo e queimou-se muito. Atualmente está de cama, opilado. Casou-se no ano passado com uma jovem de Baden que cuida bem dele, mas é injuriada e tratada da maneira mais revoltante pelos dois garotos, de 8 e 10 anos. Ziegler morava numa miserável cabana ameaçando ruir a qualquer momento. Por proposta do diretor provisório, o presidente deu ordem para construírem outra casa por conta do Governo.

22. **Gadienth**, Joseph, do Cantão de Graubünden, veio ao Brasil com uma irmã e um sobrinho; a primeira morreu em Ubatuba, o segundo em Vitória. Gadienth está demente e recebe uma assistência vitalícia do Governo Imperial.

23. **Bäbler**, Anne, de Schwanden, Cantão de Glarus, era casada com um

padeiro de Zürich, Caspar **Schinz**, que morreu de febre amarela em Vitória; ela casou-se em segundas núpcias com um colono prussiano que a faz infeliz.

No fim de julho, Heinrich **Speich**, de Matt, Cantão de Glarus, morreu na colônia. Ele era conhecido entre os colonos de Ubatuba como “o homem da mata”, pois só vivia na floresta, a maior parte do tempo em cima das árvores. Só se aproximava das colônias para roubar alimentos, com os quais se refugiava no mato. Sua mulher e seus dois filhos, um dos quais com desequilíbrio mental, morreram em Ubatuba; suas duas filhas, Marie e Catharine estão muito bem colocadas, no Rio.

No Porto do Cachoeiro, encontramos uma órfã de cerca de 12 anos, Madeleine **Wieser**, de Neunkirch, Cantão de Schaffhausen; ela perdeu a mãe em Ubatuba e o pai morreu seis meses depois de chegar a Santa Leopoldina. Essa jovem residia em casa de um padeiro italiano de má fama. Como não podíamos deixá-la nessa situação, pedimos que ela nos fosse entregue, mas o italiano recusou-se terminantemente a deixá-la partir e nós tivemos que recorrer à ajuda do subdelegado e de um policial. Levamos a jovem a Vitória para enviá-la ao Rio de Janeiro, onde será recebida na casa do Cônsul Geral ou colocada com uma família recomendável.

Vossa Excelência verá, pela exposição precedente, que a sorte de nossos compatriotas estabelecidos na Colônia de Santa Leopoldina é das mais tristes. Se bem que alguns deles, dados à ociosidade e à bebida, devam a si próprios parte de seu sofrimento, não se pode negar que o solo ingrato, os prejuízos resultantes da distribuição arbitrária da terra e uma administração irregular sejam as principais causas da miséria atual e do futuro sem esperança dos colonos.

Farei ao Governo Imperial uma exposição fiel dessa situação, e insistirei com energia a fim de que sejam tomadas providências eficazes para remediá-la.

A Colônia de Santa Leopoldina não tem futuro; os sacrifícios extraordinários que o Governo fez até hoje por esse estabelecimento podem ser considerados perdidos. Na minha opinião, o serviço de colonização deveria cessar a distribuição de terras, não enviar mais colonos e facilitar a transferência para outra colônia do Governo daqueles aos quais a improdutividade da terra tira qualquer perspectiva de sucesso. Já manifestei esta opinião em Vitória, na presença do Presidente da Província, homem que se distingue por uma elevada inteligência e por uma correta apreciação do que constitui a essência da verdadeira colonização.

Na volta de Santa Leopoldina, tomamos as medidas necessárias para que fosse liberada a importância depositada há 8 anos na caixa da Província, proveniente da venda dos bens móveis de L. S. M. de Fiez, Cantão de Vaud, que enlouqueceu, e que não tinha sido liberada apesar de numerosas reclamações.

Colônia de Rio Novo

Partimos no dia 10 de novembro para Itapemirim e chegamos no dia 14 à Colônia de Rio Novo.

Essa colônia não pertence, como as precedentes, ao Governo do Brasil, mas a uma companhia de acionistas, à frente da qual se encontra o major Caetano Dias da Silva, português, anteriormente traficante de escravos. Ela está situada na parte meridional da Província do Espírito Santo, a quatro ou cinco léguas do pequeno porto de Piúma e a cerca de sete léguas do porto de Itapemirim, bem mais considerável. A porção da colônia ocupada até hoje se limita ao norte pelo rio Itapoama, ao sul pelo rio Novo; os dois cursos d'água se juntam a oeste da colônia e formam o rio Piúma. Atualmente a comunicação principal da colônia é com Itapemirim. Dessa pequena vila pode-se chegar por água até Limão, fazenda pertencente à companhia, que serve usualmente de residência do vice-diretor, onde são guardados os livros da colônia; de lá, uma estrada muito ruim de quatro léguas, a rigor carroçável, leva ao Rio Novo, a um quarto de légua de Pau d'Alho, ponto extremo da colônia. Os caminhos através da colônia e os da estrada principal às terras dos colonos estão em muito mau estado e a alguns sítios só se pode chegar a cavalo.

A via de comunicação natural entre a colônia e um porto de mar é o rio

Novo, mas esse rio, a duas léguas da parte habitada da colônia, está, numa extensão de 800 a 900 braças (1.760 a 1.980 m), coberto por um tecido de plantas aquáticas de tal modo intrincado que, chegando a esse ponto se é obrigado a fazer a canoa deslizar sobre o leito de plantas. O curso do rio está também interceptado em diversos pontos por árvores caídas, de modo que não está atualmente navegável. No interesse do empreendimento, o Governo destinou 8 contos de réis (cerca de 24.000 francos) para tornar navegável o rio Novo, e uma soma igual para o estabelecimento de estradas trafegáveis. Resta desejar que essas verbas sejam aplicadas conscienciosamente. Quando de minha estada na colônia, haviam retirado cerca de 300 braças (660 m) de plantas do leito. Quando esse rio se tornar navegável, através dele e do rio Piúma, se terá uma excelente comunicação com o pequeno mas bom porto de mar de Piúma.

A extensão da colônia, tal como projetada pela companhia, é considerável, e como na direção de Benevente, ao norte, há ainda muitas terras não utilizadas, poderia se formar, com o tempo, um assentamento de grande importância. O relevo da colônia apresenta uma configuração de terreno suavemente ondulado, coberto de florestas virgens onde crescem em quantidade o jacarandá e outras essências preciosas. Uma cadeia de baixas colinas separa a parte habitada da colônia em dois vales quase paralelos; o do sul é o vale do Rio Novo, o do norte é o do Ribeirão do Pau d'Alho, assim chamado por causa da planta desse nome que lá cresce em abundância, e é considerada em todo o Brasil como sinal de fertilidade do solo.

O terreno é de excelente qualidade; não vi melhor no Brasil. A fertilidade é extraordinária. O cafeeiro se dá admiravelmente bem e produz um café de aroma especial. A cana-de-açúcar, o arroz, o milho, o feijão, a mandioca, as batatas, o abacaxi, as bananas, etc., desenvolvem-se com uma exuberância que raramente se vê. Todos os trabalhos de cultivo são bem sucedidos e alcançam altíssimo rendimento, se feitos na época certa.

No geral, o clima é saudável. Temperado no inverno, ou seja, de maio a outubro; as noites são freqüentemente muito frias. No verão, ou seja, a época das chuvas, é quente e úmido. As influências locais produzem algumas modificações. O rio Novo, como já disse, está entulhado pelas plantas e corre muito lentamente, quase imperceptivelmente em alguns locais. Os miasmas que aí se formam na estação quente produzem diversas doenças deletérias. No vale do Rio Novo, ao longo do rio, encontrei pessoas doentes na maior

parte das famílias de colonos; muitas delas sofrem de úlceras atônicas nos pés, que as atrapalham muito no trabalho. A maior parte dos colonos é saudável, no vale paralelo, mas um pouco mais elevado. Quanto mais a colônia se afasta do rio Novo, melhor é seu estado sanitário.

A direção é das piores. O sr. Caetano Dias da Silva, diretor nomeado pela companhia, reside quase sempre no Rio de Janeiro; vive em discórdia com os outros acionistas. Seu procedimento em relação a eles deu origem a uma correspondência escandalosa nos jornais da capital. Em sua ausência, seu filho atua como vice-diretor; trata-se de um jovem apto a qualquer outra administração, menos a esta. Um alemão, Gustav Broom, homem modesto e benevolente, foi colocado como intendente na própria colônia. Ele é realmente dedicado ao interesse dos colonos, mas sua ação sendo muito restrita, pode fazer, infelizmente, muito pouco a favor deles. Garantiram-me que já distribuiu mais de 300 mil réis de seu próprio bolso a colonos em necessidade, sem ter recebido um tostão de salário do diretor há um ano e meio.

Até hoje não houve um só acerto de contas com os colonos. Nenhum deles sabe quanto deve à companhia. Nunca lhes deram cadernetas de fornecimento. O que é entregue a eles é anotado num grande livro na fazenda, mas sem controle! Quando, ao fim de quatro a cinco anos, forem apresentadas as contas aos colonos, e numerosos deles tiverem débitos de 4 a 5 contos, brotará inevitavelmente um sentimento de revolta dos mais alarmantes, e se gritará que houve fraude. Mesmo supondo que a direção não tenha tido a intenção de lesar os colonos, de anotar preços mais altos ou de registrar mais do que foi retirado, não deixa de ser uma negligência injustificável. Se os colonos estão cheios de desconfiança em relação à direção, essa tudo fez para despertar e cultivar esse sentimento.

Apesar das promessas do projeto, a colônia não tem igreja, nem pastor, nem escola. A ausência de serviço religioso e escolar é uma das principais causas da profunda imoralidade de grande parte dos colonos de Rio Novo. Como exemplo do estado moral dessa colônia citaremos um caso.

Na primavera de 1857, chegou à colônia a família Lütke, da Prússia Renana. O chefe era viúvo, com muitos filhos. Ele estivera antes em Petrópolis e trazia uma certa provisão de utensílios domésticos, além de algum dinheiro. Morreu pouco depois da chegada à colônia. Sua morte não foi comunicada ao juizado de órfãos, e os filhos, todos menores, ficaram sem tutor. Mas o administrador de então se interessou vivamente pela mais velha, bonita menina

de 15 anos. Engravidou-a e levou todos os irmãos para a fazenda Limão, sede da administração. Lá, foi feito um acordo com um colono português que se encarregou dos filhos de Lütke. A mais velha engravidou pela segunda vez, do tal colono. Nesse tempo, a segunda filha crescera (tem agora 15 anos) e o português abusou dela, de modo que as duas irmãs se encontram no mesmo estado.

Eu e o sr. Manuel Vicente de Araújo, pároco de Benevente, que me acompanhou a Rio Novo, chamamos o português e o censuramos por essa infâmia. Ele respondeu que sua intenção era casar-se com uma das irmãs, mas que a direção cobrava dos órfãos uma soma de 1.200 escudos, e ele não estava disposto a se encarregar de uma dívida tão pesada; que já fazia muito alimentando essa família; que a filha mais velha fora seduzida pelo administrador. Com as duas irmãs, há também um menino de oito anos; outro, com cerca de 14 anos, foi obrigado a trabalhar com os escravos na lavoura, segundo me afirmaram os colonos. Atualmente ele trabalha nas canoas da Sociedade. Pedi particularmente ao Presidente da Província que submetesse esse caso a um rigoroso inquérito pelas autoridades competentes.

A colônia não tem médico; há no lugar deste um colono português sem instrução e brutal. Poucas colônias teriam, como essa, tanta necessidade de um médico e de medicamentos suficientes, pois, na situação atual, os colonos totalmente privados dos cuidados da medicina, ou evitando recorrer aos canhestros serviços do charlatão, por receio de serem explorados por ele de maneira odiosa, a mortalidade entre os recém-chegados atingiu 20%.

Até o presente, 99 lotes foram entregues às famílias nos dois vales. São suíços, belgas, holandeses e portugueses, alguns franceses e alemães, e um certo número de chineses.

As famílias suíças não estiveram anteriormente em nenhuma outra colônia brasileira. Foram recrutadas pelo agente Paravicini e partiram da Suíça a 20 de outubro de 1856, tendo chegado a Rio Novo em dezembro do mesmo ano. Eram ao todo dez famílias, duas do Cantão de Berna, duas do Cantão de St. Gallen e seis do Cantão de Aargau.

Essas pessoas, motivadas a emigrar por uma brochura assinada por Caetano Dias da Silva e distribuída por seu agentes, foram estimuladas em seu projeto pelos artigos da “Hansa”, gazeta hamburguesa para a emigração. Em um de seus artigos (23 de agosto de 1856) se diz: “Com 1000 cafeeiros se obtém uma média de 600 arrobas de café, valendo a arroba 32 libras”. Para

mostrar o descaramento desse exagero, observarei que no Brasil colhe-se em média 65 a 70 arrobas por mil pés, e em condições excepcionalmente favoráveis, 100 arrobas. No programa ou na brochura de Caetano Dias, promete-se a cada família, desde sua chegada ou no menor tempo possível, um lote de terra de 280 a 300 mil pés quadrados (92 a 99 hectares), em propriedade perpétua, mediante uma taxa mínima. Nessa terra deveria haver uma área de 70 a 140 mil pés quadrados (23 a 46 hectares) desmatada; “cada família encontrará uma habitação cômoda com os utensílios necessários, bem como plantações e sementes de café, mandioca, milho, feijão. Todas as famílias serão providas de porcos e aves de todo tipo para criar. Essas últimas serão fornecidas gratuitamente, enquanto os trabalhos preliminares só deverão ser reembolsados após as colheitas, e a uma taxa determinada e módica.” Uma suposição inteiramente ilusória dá aos colonos a esperança de obter anualmente 2000\$000 de réis (6000 francos) para o incremento de sua fortuna.

Essas promessas eram sedutoras e os emigrantes caíram na armadilha. Chegando à Colônia de Rio Novo viram-se cruelmente decepcionados. Nenhuma das promessas foi cumprida. Caetano desculpou-se dizendo que não estava preparado para a chegada dos colonos, quando seis meses antes anunciava por seus agentes na gazeta de emigração que estavam terminados os preparativos para 30 a 40 famílias. Em vez de colônias de 280 a 350 mil pés quadrados, com um quarto da área preparada ou plantada, uma casa, etc., receberam lotes de floresta virgem na qual deviam fazer eles próprios o desmatamento.

Os colonos ficaram totalmente desanimados. A direção nada fez para reparar a injustiça cometida, eles tiveram que lutar durante dois anos contra dificuldades e sofrimentos de todo gênero. A mudança de clima, que faz vítimas mesmo entre os emigrantes transportados para regiões salubres, ocasionou, dada a proximidade do rio Novo, uma grande mortalidade no seio das famílias suíças. Até 10 de março de 1860, haviam morrido 20 pessoas em 90 (duas das quais não estavam na colônia), 25 estavam doentes e 44 saudáveis; uma havia deixado a colônia. As crianças estavam, na maioria, em boa saúde. A situação dessas famílias, em geral, melhorou sensivelmente no ano passado, não devido a medidas administrativas convenientes, mas graças à atividade dos colonos e às condições favoráveis para o cultivo.

Os colonos suíços de Rio Novo são os seguintes:

Vale do Rio Novo.

1. **Obrist**, Johann, de Gansingen, ou Galten, distrito de Lauffenburg, Cantão de Aargau, três pessoas. A família se compunha inicialmente de oito pessoas, das quais só restam essas três. O pai, Georg, a mãe, os filhos Friedrich e Marie, e uma parenta, morreram. Georg **Senn**, que veio com essa família, deixou a colônia e não deu mais notícia.

2. **Läber**, Joseph, de Döttingen, Cantão de Aargau. Filho de Joseph Läber, tem uma colônia ao lado de Obrist.

3. **Kobi**, filhos de Christian: Benedet, Jacob e Nicolau, de Rapperschwyl, Cantão de Berna. Christian Kobi morreu em 9 de março de 1860, sua mulher a 30 de maio de 1857. Os filhos, que conservaram a colônia do pai, sofrem de úlceras que não cicatrizam nos pés.

4. **Stauffer**, Friedrich, duas pessoas, de Eggiwyl, Cantão de Berna, casado com a filha de Christian Kobi; por motivos que desconheço, ainda não tem uma plantação.

5. **Scheidegger**, Johann, de Sumiswald, Cantão de Berna, oito pessoas; a irmã Barbara morreu. É uma família muito empreendedora e laboriosa cujos negócios vão muito bem. Suas plantações estão em excelente estado e prometem, para seus filhos, um belo futuro.

6. **Wettler**, viúva de Friedrich, de Rheineck, Cantão de St. Gallen, seis pessoas. O marido morreu a 24 de junho de 1860, após uma longa doença; a filha mais velha, que nunca esteve na colônia, morreu de febre amarela no Rio de Janeiro. Dos cinco filhos que estão na colônia, três estão doentes. Wettler era anteriormente escrivão e não valia nada como colono. Não estava acostumado ao trabalho árduo e, já idoso quando chegou a Rio Novo, a mudança de clima lhe foi funesta. Sem braços para o trabalho, a situação da família é deplorável. Caetano Dias, obviamente, não se compromete a desobrigar a família das dívidas contraídas com a viagem, etc., e mesmo se o fizesse, o que fariam essas seis pessoas quando não tivessem mais terras? Trabalhando um pouco eles poderão se arranjar, as crianças se tornarão maiores

e mais fortes a cada ano e poderão ser mais úteis. A filha mais velha tem 19 anos e já pode ser o sustentáculo da família ⁵.

7. **Hoffmann**, Johann, de Windisch, Cantão de Aargau. Veio para Rio Novo com a mulher e sete filhos. Morreram a mulher e seus dois filhos Johann e Heinrich; um terceiro, Jacob, chegou doente ao Rio de Janeiro, onde está sendo tratado numa casa de saúde às custas da Sociedade Suíça de Beneficência. Em nosso trajeto para Itapemirim, encontramos em Piúma duas filhas de Hoffmann; uma está casada com um padeiro prussiano, a outra, mais jovem, que mora com a irmã, tem uma violenta clorose. Nós a enviamos ao Rio de Janeiro, onde está sendo tratada, também às custas da sociedade de auxílio. Hoffmann tem consigo mais duas filhas, menores, sofrendo de opilação. O pai está bem de saúde. Dizem que ele é muito egoísta, que reserva para si a melhor comida e alimenta seus filhos apenas com mandioca, o que deve ser a causa da doença deles. Hoffmann me dirigiu em junho de 1860 um memorial de 18 páginas, redigido numa linguagem muito confusa, quase ininteligível. Algumas de suas críticas são fundadas, outras exageradas; várias foram atendidas. Hoffmann é um homem muito exaltado e, além disso, presunçoso, que gosta de alardear os danos que lhe fazem. Ele é trabalhador, tem belas plantações de milho, arroz e mandioca, e um cafezal de cerca de 3000 pés, o que é um testemunho de sua atividade, pois dispõe de poucos braços.

8. **Rohr**, Daniel, de Windisch, Cantão de Aargau; nove pessoas. Morreram seus dois filhos, Johann e Daniel. De todas as casas da colônia, nenhuma está mais bem arrumada e disposta de forma mais cômoda e agradável que a de Rohr. Suas plantações são belas e extensas. Ele só se queixa da saúde da família.

Vale do Ribeirão de Pau d'Alho.

1. **Fischer**, Carl, de Möhlin, Cantão de Aargau, dez pessoas. Ele está muito contente, exceto com seu estado de saúde; No período de três anos, teve febre durante 26 meses, o que naturalmente prejudicou muito o trabalho da lavoura, visto que seus filhos ainda não lhe podem dar muita ajuda. Sua plantação está perfeitamente cuidada.

2. **Läber**, Joseph, pai, de Dottingen, Cantão de Aargau, sete pessoas. Perdeu um filho na viagem para o Brasil.

3. **Jappert**, Joseph, falecido, seus filhos Ignace, Joseph e Etienne e duas filhas, de Galtern, Cantão de Fribourg. Dessa família que se compunha de nove membros, quatro morreram. Os três irmãos moram juntos. A filha mais velha, casada com um prussiano, Bernard Emmerich, está viúva; a mais moça vive com um português. As duas irmãs dizem não poderem morar com os irmãos porque Joseph as maltrata. Talvez essa afirmação seja exagerada. Dirigi a Joseph Jappert sérias reprimendas por sua brutalidade e ele me prometeu se comportar melhor daqui para frente.

4. **Scherrer**, Jacob, de Nesslau, Cantão de St. Gallen, sete pessoas, perdeu um filho e uma filha. Scherrer padece de febre intermitente. Toda a família, dos grandes aos pequenos, é muito trabalhadeira; assim, a colônia está florescente e as plantações extensas produzem abundantes receitas. Scherrer já plantou 4.500 cafeeiros, que em alguns anos lhe dará um rendimento anual de cerca de 4.000 francos e continua a trabalhar para aumentar seu cafezal. Quando lá estive, ele tinha no chiqueiro 17 porcos e havia vendido alguns. Se essa família não for atingida por algum mal imprevisto está a caminho de conseguir uma situação de abundância.

Sob a miserável administração atual, pode-se dizer que a Colônia de Rio Novo não tem qualquer possibilidade de futuro. É impossível que esse estabelecimento não tenha sua prosperidade comprometida pela divergência entre a diretoria e a sociedade de acionistas, e a penúria de recursos na qual a direção se encontra constantemente. É preciso, portanto, realizar mudanças, que não podem ser outras se não que o Governo compre essa colônia à sociedade e a faça administrar por sua própria conta, o que eu apoiaria com todas as minhas forças.

Se o Governo Imperial se encarregar dessa colônia; se abrir a via fluvial pelo rio Novo até Piúma, operação que dará ao rio um melhor escoamento e, assim, tornará o clima mais salubre; se fizer boas estradas e estabelecer uma administração justa e razoável; se indenizar os colonos que foram enganados, perdendo parte de suas dívidas; se anular o arrendamento atual e ceder as terras aos colonos pelo preço do Governo, de modo que, em vez de pagar uma renda anual de 100 francos eles possam comprar as terras por 150 a 300

francos; se construir igrejas e escolas e dotá-las de sacerdotes e professores respeitáveis; se estabelecer a suas custas um médico provido de medicamentos suficientes e trabalhar pelo crescimento da colônia concedendo facilidades a famílias honestas, Rio Novo poderá tornar-se a mais florescente colônia do império.

No dia 17 de novembro continuamos nossa viagem por Campos e São Fidelis para Cantagalo e Nova Friburgo, e chegamos a 3 de dezembro ao Rio de Janeiro. Em todo o distrito entre São Fidelis e Morro-Queimado (Nova Friburgo) encontra-se um número considerável de suíços e seus descendentes, que vieram para o Brasil em 1819, no reinado de Dom João VI, e fundaram a Colônia de Nova Friburgo. Durante os primeiros anos tudo correu muito mal; tiveram que lutar contra as mesmas dificuldades às quais estão expostas ainda hoje, em sua maioria, as novas colônias; os contratos não foram observados, o apoio do Governo não era suficiente, o solo era ruim. Os colonos foram frustrados em suas brilhantes expectativas e se desencorajaram. A maior parte abandonou suas plantações à procura de lugares mais quentes e férteis; estabeleceram-se, trabalharam com coragem e viram seus esforços coroados de sucesso. Com poucas exceções, esses colonos conseguiram com seu trabalho assegurar sua existência e o futuro de seus filhos, e muitos deles são hoje ricos fazendeiros possuindo 100-150 escravos e produzindo 60-150 mil francos de café por ano. Como desde a fundação de Nova Friburgo até hoje passaram-se 40 anos, compreende-se que quase todos os pais de família que emigraram então estejam mortos. Encontrei um dos raros sobreviventes numa fazenda, a cerca de 3 léguas de Cantagalo. É Xavier Wermelinger, de Wilisau, Cantão de Luzern, ancião de 84 anos. Ele mora com os genros, os irmãos Heggedonn, de Grindel, Cantão de Solothurn, que haviam também emigrado em 1819, com seus pais, e são hoje ricos proprietários, porém conservaram a simplicidade de costumes de sua região natal. Wermelinger, feliz e contente no meio dos seus, tem 46 descendentes, filhos e netos.

Os colonos que ficaram em Nova Friburgo terminaram também por melhorar, pouco a pouco, sua situação. Seus filhos exploram com sucesso a cultura da batata, para a qual encontram um bom mercado.

As vicissitudes pelas quais passou Nova Friburgo se reproduzirão no futuro para a maior parte das colônias do Brasil. Decepções e desalento no início, lamentações dos recém-chegados, privações e doenças nos primeiros anos, depois, com perseverança e trabalho, melhora progressiva da situação e,

enfim, bem-estar e abastança que jamais atingiriam na Europa, se não para si mesmo, ao menos para seus filhos.

Encontramos um quadro semelhante em quase todas as regiões para as quais a emigração se dirigiu, e muito pouco delas reúnem todas as condições de clima, fertilidade, legislação e situação social suficientes para assegurar aos colonos uma existência feliz em pouco tempo.

Queiram, Excelências, aceitar a expressão de minha alta consideração.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1860.

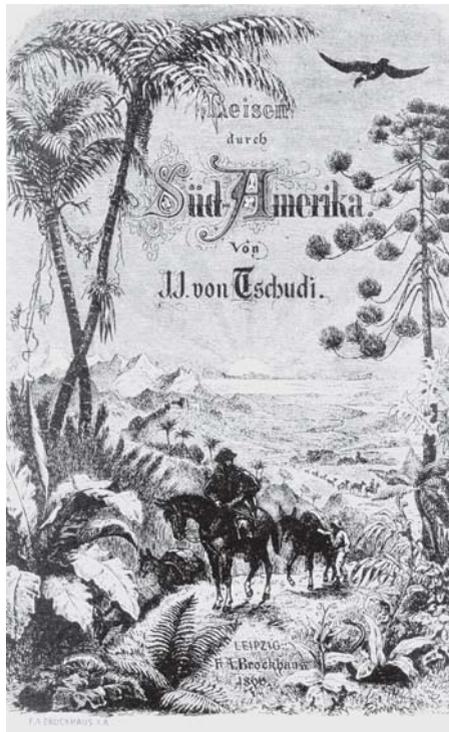
O Enviado Extraordinário da Confederação Suíça:

DE TSCHUDI⁶

Notas

- 1) Essas quantias correspondem aproximadamente a 30\$000 e 1\$300 respectivamente. (Nota da Tradutora)
- 2) Charrua: arado de rodas e uma só aiveca. (Nota do Editor)
- 3) No original, Porto da Caxoeira. (Nota da Tradutora)
- 4) Segundo as últimas notícias, ele enlouqueceu e foi levado para o hospital de Vitória. (Nota do Autor)
- 5) O vapor francês de 19 de dezembro trouxe para a família um auxílio em dinheiro vindo de Rheineck. Será usado segundo a intenção dos doadores, preocupados especialmente com o filho mais velho. Essa contribuição será uma grande ajuda para a família. (Nota do Autor)
- 6) O relatório oficial da visita de Tschudi às colônias do Espírito Santo está publicado em um único volume, em três capítulos: o primeiro, referente às colônias da província de São Paulo, de 06 de outubro de 1860; o segundo, sobre o Espírito Santo, de 20 de dezembro de 1860 e o terceiro sobre as colônias de Santa Catarina e de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 18 de junho de 1861. Para a tradução e edição o original foi reproduzido por meio fotográfico a partir do exemplar da Biblioteca do Itamaraty, Rio de Janeiro. (Nota do Editor)

Parte II



Tradução
Erlon José Paschoal

Viagem à Província do Espírito Santo

A fim de convencer-me pessoalmente da situação dos colonos nas diversas colônias da Província do Espírito Santo, embarquei no vapor costeiro São Mateus, acompanhado do cônsul-geral da Suíça, sr. E. E. Raffard. O pequeno navio, com capacidade apenas para 146 toneladas, costuma realizar uma vez por mês uma viagem pelos três portos mais lindos da Província do Espírito Santo: Itapemirim, Vitória e São Mateus. Estava lotado de passageiros e escravos, e era comandado por um português que fazia tal viagem pela primeira vez. Para capitães bem formados, este detalhe está fora de cogitação; para uma grande parte dos brasileiros, contudo, ele era considerado confiável, por motivos que abordarei num capítulo posterior. O primeiro piloto também havia visitado estes portos apenas uma vez. Aliás, o capitão ou comandante, como dizem nos navios brasileiros, era um homem de meia idade, atencioso, amável e prestativo, mas extremamente inquieto e inconstante. Numa viagem posterior, descobri casualmente alguns dados sobre ele. Ele já tinha percorrido de navio os mares das províncias do sul do Império até Montevideu e foi casado por vários anos com uma moça muito bonita na ilha de Santa Catarina. Um dia, após retornar de uma viagem encontrou sua jovem esposa morta na cama. Algumas manchas azuis no pescoço dela não deixaram dúvidas quanto à causa da morte, tanto menos, que o capitão era considerado um homem extremamente colérico e ciumento. Os órgãos públicos ignoraram o fato, provavelmente porque ninguém deu queixa e, mais tarde quando os boatos chegaram ao conhecimento deles, uma exumação do cadáver não teria levado mais a nenhum resultado. O capitão, aliás, evitou a ilha por muitos anos.

Saímos da barra do Rio de Janeiro junto com o vapor correio francês Béarn. Embora nosso São Mateus trabalhasse a toda força, ficamos para trás depois de poucas remadas e o Béarn desapareceu no horizonte mal havia se passado $\frac{1}{4}$ de hora. Com o tempo tempestuoso, nublado e o mar agitado,

que deixou a maior parte dos passageiros num estado deplorável, navegamos durante duas noites e um dia em direção ao norte e lançamos âncora no dia 27 de outubro, às sete horas da manhã, na barra de Itapemirim. Algumas horas depois, utilizando uma lancha que havia trazido mercadorias a bordo, chegamos à terra. Como o capitão pretendia deter-se ali por pouco tempo e não havia cavalos à disposição para irmos até à vila de Itapemirim, distante dali quase uma légua, restringimo-nos a desfrutar um pouco do ar da terra na orla marítima da barra. A região, que alternava areia, água salobre, pequenos arbustos, pastagens pobres e campos parcamente cultivados, não causou uma boa impressão. Os casebres por ali espalhados são muito pobres e habitados por caboclos indolentes e outras pessoas de cor. Não conseguimos achar em lugar algum uma fruta ou um refresco; nas vendas sujas, nas quais tudo o que havia não valia sequer cinco táleres, existiam somente algumas garrafas de uma aguardente de melaço ordinário com gosto repugnante, mas que tornava de certo modo bebível a péssima água potável. Às três horas, retornamos a bordo em uma canoa deveras insatisfeitos com nossa visita à terra, e ao atravessarmos a barra ficamos completamente encharcados em função de um aguaceiro inoportuno. Somente às oito horas da noite as âncoras foram levantadas. É que não se tem pressa no Brasil e é preciso “paciência”.

Como estava muito nublado e o capitão não era familiarizado com aquele litoral, navegamos a noite inteira em mar alto e chegamos à entrada da baía de Vitória às cinco horas da manhã. Dois anos e meio antes, vindo então do norte, entrei na baía exatamente à mesma hora e, tal como na época, delicieimei-me novamente com aquele panorama maravilhoso que se oferecia aos nossos olhos na melhor luz da manhã. Depois das sete horas, o vapor parou diante da capital da Província e imediatamente surgiu a bordo o secretário do presidente para nos convidar, em nome de seu chefe, a hospedarmos no palácio do Governo, o que de nossa parte foi prontamente aceito já que em Vitória não existem hospedarias. Logo em seguida desembarcamos na escadaria do palácio junto ao cais e fomos recebidos pelo presidente, em sua moradia, da maneira mais atenciosa possível.

O palácio, com suas dimensões grandiosas, fora anteriormente um antigo colégio de jesuítas, e estava num estado impecável, pois o casal imperial, em sua viagem pelas províncias do norte, no início do mesmo ano, tinha passado também por Vitória e no aguardo da chegada do monarca, o edifício do Governo fora totalmente restaurado, em parte às custas da Província,

em parte pela generosidade de vários fazendeiros ricos, e mobiliado com muito bom gosto. Como o presidente era solteiro e se limitava a usar alguns poucos aposentos, os apartamentos imperiais encontravam-se exatamente no mesmo estado em que os soberanos viajantes haviam deixado, e foram colocados a nossa disposição.

Minha impressão sobre o presidente, o sr. Antonio Alvez de Souza Carvalho, nascido em Pernambuco, era a de um jovem amável e, ao mesmo tempo, refinado e talentoso. Em seu exílio – pois para um homem culto, mesmo ocupando o posto elevado de presidente da Província do Espírito Santo, a estada em Vitória deve ser sempre considerada um exílio – ele dedicava suas horas vagas preferencialmente aos estudos literários. Mesmo sendo poeta e escritor político, nutria entusiasmo sobretudo pelos trabalhos de seus conterrâneos mais próximos – uma fraqueza facilmente perdoável –, e através dele acabei conhecendo muitas obras realmente excelentes da escola poética pernambucana.

Não posso deixar de destacar e elogiar o bastante a solicitude e a franqueza com que este excelente funcionário permitiu-me examinar todos os documentos existentes nos arquivos relacionados às colônias desta Província. Outro presidente, provavelmente, não teria me mostrado grande parte destes papéis em minha posição oficial; sozinho, eu também não teria podido entender muitos outros destes documentos ou faria uma idéia completamente errada deles. Com a mesma gentileza, o presidente deu-me explicações verbais pormenorizadas quando me pareciam desejáveis ou necessárias. Excetuando um passeio marítimo de várias horas pela magnífica baía, fiquei dois dias inteiros quase ininterruptamente imerso na documentação empoeirada.

O presidente solicitou a alguns fazendeiros os cavalos necessários para que visitássemos a Colônia de Santa Isabel e, na esperança de apanhá-los num ponto determinado em Porto Velho, partimos no dia 30 de outubro, às seis horas da manhã, continente adentro. Enganados em nossa expectativa, retornamos a Vitória depois de aguardarmos por várias horas. Como no decorrer da tarde recebemos a notícia da chegada dos cavalos em Porto Velho, partimos novamente na manhã seguinte.

Porto Velho é um lugarejo totalmente insignificante às margens da parte oeste da baía, chamada de Lameirão, e ponto de partida da antiga estrada São Pedro de Alcântara que supostamente liga a capital da Província do Es-

pírito Santo à de Minas Gerais. Já em épocas anteriores sentiu-se a necessidade e a importância de se fazer a ligação da costa do Espírito Santo com o interior distante, e foram realizados os mais diversos projetos, ora por terra, ora por rios. Já falei anteriormente a respeito da tentativa malograda de uma via fluvial utilizando-se o Rio Doce (volume II, pág. 47). Os esforços para se produzir uma ligação terrestre, pela qual o ministro de Estado, Conde Linhares, mostrou um forte interesse, não foram mais felizes. Por várias vezes abriram-se picadas pela floresta e trilhas pela serra fazendo-se ligações que, mesmo sendo utilizadas experimentalmente, acabaram sendo sempre abandonadas, pois o desconforto e os perigos de tais viagens não se comparavam ao proveito que elas possivelmente teriam podido trazer. Agora, em época mais recente, o Governo retomou estes projetos e o futuro dirá se ele se sairá bem. O interior da Província é em sua maior parte coberto por uma selva densa, bastante montanhoso e habitado por grupos dispersos de índios selvagens. Por isso, uma ligação terrestre duradoura e funcional entre as duas províncias só pode ter perspectiva de sucesso, racionalmente falando, através da colonização por uma população estrangeira ou nativa que gradualmente avance para o interior, concomitante à construção de estradas. De qualquer modo, ela teria enorme importância tanto para Minas Gerais quanto para o Espírito Santo e esta última Província, tão decadente, poderia adquirir assim uma maior significação.

Logo após as sete horas, partimos de Porto Velho a cavalo e depois de uma pequena parada por causa de um acidente com um dos cavaleiros que nos acompanhava, chegamos às nove horas na fazenda *Calabouço*, cujo proprietário – o Comendador Fernando Castello – nos esperava com um abundante café da manhã. Às onze horas continuamos o caminho cavalgando em direção a oeste e passamos por terras bastante planas. Atravessamos algumas fazendas vistosas e logo alcançamos o vilarejo de Viana, uma antiga colônia portuguesa. O nome do lugar se deve ao fato de que, no dia 15 de fevereiro de 1813, o então intendente geral da polícia, Paulo Fernandes Viana, estabeleceu ali, à margem norte do rio Santo Agostinho, muitas famílias das ilhas dos Açores, com o objetivo de empurrar cada vez mais para as montanhas os Botocudos – a quem pertencia toda esta região no início deste século – , através de uma colonização que gradualmente avançava para oeste. Isto teve início em 1815 com a construção de uma igreja muito bonita, consagrada a Nossa Senhora da Conceição e, em 1817 o lugar, que recebeu o nome de

Viana em memória de seu fundador, foi elevada à paróquia; em 1818, cinquenta famílias açorianas receberam de presente o título de propriedade dos lotes de 5.600 braças quadradas cada um, através do Governo imperial. Aos poucos foram se estabelecendo na redondeza muitos fazendeiros e pequenos proprietários brasileiros. Em 1860, o distrito de Viana contava com 407 fogos com aproximadamente 3.800 habitantes, entre os quais as pessoas de cor eram a maioria absoluta.

Continuamos o nosso caminho cavalgando velozmente. O sol ardia sem piedade. Estava abafado e o ar era pesado como antes de um temporal. Alguns de meus acompanhantes, desabituaados a viagens, mal conseguiam se manter sobre os cavalos e imploravam por um descanso e um gole de água. À uma hora, atravessamos uma ponte, em bom estado, sobre o rio Jucu e paramos próximos a uma venda. Ali fica a fronteira leste da colônia.

A venda (um pequeno armazém) pertence a um colono de Hamburgo e dava a impressão de ser lucrativa em comparação à maioria das lojas brasileiras de mesmo porte. Se o proprietário for tão ágil no trabalho como é com a sua língua, e se for mais feliz em seus negócios do que em sua lógica, ele logo poderá se tornar um homem abastado. Em suas narrativas sobre a colônia, ele nos transmitiu as notícias, porém a fidelidade histórica e a imparcialidade crítica não desempenhavam exatamente o papel principal. Cavalgamos aproximadamente mais três horas e logo caiu o temporal que há tempo nos ameaçava, com toda a violência autenticamente tropical. Aceleramos o passo de nossos bons cavalos ao máximo, mas parecia que o céu desaguando queria competir com os esforços de nossos cavalos. Encharcados e pingando, chegamos logo depois das cinco horas à casa do diretor da colônia, onde fomos recebidos com toda cordialidade por ele e por sua esposa amável e culta.

A colônia governamental de Santa Isabel – assim chamada em razão da provável herdeira do trono – foi fundada em 1847, por ordem do Governo, pelo então presidente da Província, conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, com 38 famílias (163 pessoas no total) da Prússia Renana. Estes receberam extensas propriedades agrícolas e mantimentos para os primeiros seis meses, gratuitamente. Embora a nova colônia fosse declaradamente a menina dos olhos de Pedreira enquanto presidente da Província, e tenha continuado sob sua proteção especial mesmo quando este excelente estadista assumiu o ministério do Interior, manteve-se durante dez anos quase que totalmente esta-

cionada, sem qualquer organização. A razão é que ficara sob a direção de um capuchinho austríaco, padre Wendelin Gaim de Innsbrück, com o título de superintendente, que por ser inteiramente incapaz de comandar tal empreendimento fora afastado, passando o cargo a um colono completamente incul-to, com o consentimento do Governo.

A colônia fica a sudoeste da capital da Província (seu centro dista oito léguas de Vitória) à beira do rio Jucu (escreve-se também Jacu ou Jecu). Este rio forma a fronteira a norte e a oeste; seu afluente, Braço do Sul, corta a parte sul da colônia e forma em direção ao leste a sua fronteira meridional. A oeste, ela faz limite com a selva montanhosa.

De sua foz, algumas léguas ao sul da baía de Vitória, o rio Jucu é navegável para canoas algumas milhas em direção ao interior, mas não até à colônia. A estrada de Porto Velho até Santa Isabel possui uma construção razoável e boa manutenção, mas não é adequada para carros, podendo facilmente, contudo, ser ampliada e tornar-se uma rodovia, caso seja necessário mais tarde em função de uma exportação significativa. Para ir da estrada principal da colônia à maioria dos lotes coloniais há boas trilhas.

O território da colônia, cuja extensão perfaz quatro léguas quadradas (3, 1/3 milhas alemãs), consiste de montanhas baixas cobertas de mata e vales estreitos cortados por riachos e ribeirões com excelente água potável. O solo realmente não é de uma fertilidade magnífica, e sendo cultivado com empenho retribui de maneira abundante o esforço nele empregado. Apesar da colônia estar localizada a uma altitude razoável, em média 800 metros acima do nível do mar, o clima é moderado e muito saudável. A ótima aparência dos colonos mais antigos é uma prova bastante clara de seus efeitos positivos. De acordo com as observações do diretor Jahn, a temperatura média anual no centro da colônia é de 22,5^o graus.

O clima e as condições do solo permitem principalmente o cultivo de café, mandioca e milho. Nas partes quentes e mais baixas, localizadas a oeste, a plantação de mandioca dá ótimos resultados; nos vales localizados em regiões mais altas do centro e a oeste, os legumes europeus são cultivados com êxito. O feijão, este alimento tão importante para os brasileiros, não teve ali uma produção satisfatória, segundo informações dos colonos. O café, por sua vez, cresce muito bem em toda colônia e os colonos mais antigos já exportam anualmente 80 a 100 mil libras de sua produção.

Em 1858, o Governo imperial nomeou como diretor da colônia um

antigo oficial prussiano, o sr. Adalbert Jahn. A escolha foi muitíssimo feliz, pois o sr. Jahn une um caráter irrepreensível com excelentes conhecimentos técnicos e muita energia. Recebeu por isso toda a confiança do Governo, de modo que este o encarregou novamente de regulamentar as difíceis condições coloniais na Província do Espírito Santo, confiando-lhe também, se não me engano, o cargo de Inspetor Geral de todas as colônias desta Província. Ao assumir o posto, o sr. Jahn encontrou a colônia em total desordem. O padre Wendelin não havia providenciado sequer o registro dos nomes dos colonos, menos ainda se ocupado de algum modo com a escrituração relativa às propriedades deles. Ao começarem a pôr em ordem estas condições, surgiram grandes dificuldades. O colonos afirmaram que o presidente Pedreira tinha-lhes dado de presente as terras e os adiantamentos, e por isso não deviam nada ao Governo. Na verdade, eles não tinham documentos para provar a sua afirmação, mas o Governo também tinha poucos títulos em mãos para impor legalmente as suas exigências. O certo, porém, é que Pedreira sempre fez grandes promessas aos colonos demonstrando-lhes uma evidente indulgência, de modo que as pessoas acreditassem estar recebendo de presente as terras e os adiantamentos. A generosidade do presidente havia sido tão grande que ele mandara entregar a cada família de colonos um lote de 120.000 braças quadradas (pouco mais de 50 hectares) e, no caso de possuírem dez a onze membros, mais 140 mil réis mensais (aproximadamente 110 táleres prussianos) em dinheiro vivo como subsídio. Através de pedidos, subterfúgios, falsas heranças e coisas semelhantes, muitas famílias tomaram posse de dois, às vezes três lotes inteiros, dos quais naturalmente não conseguiam cultivar nem a vigésima parte. Desse modo, adveio a grande desvantagem de os novos colonos receberem terras por trás daquelas dos mais antigos, bem distantes da principal estrada de acesso, fazendo com que a extensão da colônia ficasse desproporcional em relação ao número de habitantes.

Para remediar estes desacertos, o Governo ordenou que se vendessem aos colonos recém-chegados apenas lotes de 62.500 braças quadradas (cerca de 30 hectares) permitindo, contudo, que as famílias com muitos membros comprassem um segundo lote pelo qual deveria ser pago, dentro de um determinado número de anos, a quantia de aproximadamente 72 táleres (93\$750 réis). Neste valor estão incluídas além da terra, as despesas financiadas pelo Governo referentes à derrubada de 1.000 braças quadradas de

floresta, a construção de uma moradia provisória e o fornecimento de sementes.

O apoio econômico às famílias de colonos por parte do Governo foi muito importante na época, mas induziu-as apenas ao ócio e ao desperdício. Na verdade, os subsídios foram computados como dívida a ser amortizada mais tarde, mas o colono absolutamente não se preocupou em saber se tornaria-se devedor do Governo ou não; o importante era que possuía dinheiro suficiente para satisfazer as suas necessidades e quem sabe até para se divertir.

O diretor Jahn imediatamente reconheceu o que há de pernicioso neste sistema e, por sua sugestão, os tetos dos subsídios foram fixados em valores razoáveis, mas suficientes. Durante a minha permanência na colônia, consideraram-se os seguintes valores pagos por mês: uma família de duas pessoas, 24 mil réis; de três pessoas, 30 mil réis; de quatro pessoas, 36 mil réis; de cinco a seis pessoas, 45 mil réis; de sete a oito pessoas, 52 ½ mil réis e de nove a dez pessoas, 59 mil réis.

Como não faltavam trabalhos públicos e a diária era significativa – por exemplo: no levantamento topográfico feito por engenheiros a fim de abrir picadas, 2 ½ a 3 mil réis (1,25 táler a 2,6 táleres); nas derrubadas de floresta, 2 mil réis; na construção de estradas, 1.600 réis, etc. Relativamente muito dinheiro acabava circulando na colônia e quem queria ganhar algum sempre achava muitas oportunidades. Normalmente, os esforçados colonos trabalhavam durante uma semana nos serviços da colônia. Na semana seguinte trabalhavam nas próprias terras e muitos deles podiam ganhar mensalmente de 20 a 25 táleres como ajudante de agrimensor e durante mais quatorze dias podiam cultivar o próprio local de assentamento.

Em setembro de 1858, quando o sr. Jahn assumiu a direção da colônia, havia por lá no total 278 colonos; dois anos depois (dezembro de 1860), este número subira para 628 pessoas, a saber:

alemães (entre eles 174 prussianos)	410
suíços	08
franceses	02
sardenhos [<i>piemonteses</i>]	24
brasileiros (ou seja, os filhos dos colonos nascidos no Brasil)	184
Total	628

Entres eles havia 365 protestantes e 263 católicos. Em 1859, o número de mortos chegou a sete pessoas e em 1860 apenas cinco pessoas tiveram óbito. Em 1860 nasceram 32 crianças.

O motivo da baixa mortalidade talvez resida bem mais na localização bastante alta da colônia e no clima saudável ali existente, como ocorre em muitas outras colônias – o que é menos prejudicial aos europeus recém-chegados – do que à habilidade do médico da colônia pago pelo Governo.

Antes da chegada de Jahn em Santa Isabel, as estradas locais encontravam-se em estado miserável. Foram construídas por engenheiros brasileiros sem conhecimento técnico, absolutamente despreparados, e normalmente corriam na direção mais curta passando por montanhas e vales, o que dificultava em demasia o transporte. O principal interesse do novo diretor recaiu na construção de estradas novas e funcionais e, com apoio suficiente por parte do Governo, ele conseguiu ao longo de dois anos produzir na maior parte da colônia estradas boas e bastante planas numa extensão de 15 léguas. Considerando que uma légua de estrada com as pontes necessárias e muitas passagens difíceis abertas nas rochas tenha custado em média de 1.500 a 2.000 contos de réis e que, além destes trabalhos, os vários levantamentos topográficos de novos lotes, plantações e moradias nas mesmas, o transporte de novos colonos, o apoio efetivo a estes últimos para a compra de mantimentos durante um ano a um ano e meio, absorviam somas significativas, é preciso admitir que o Governo cuidou desta colônia com muita generosidade.

A aproximadamente uma légua do início da colônia fica o local da futura povoação; no mesmo lugar havia, durante a minha permanência, algumas moradias para receber os imigrantes recém-chegados e algumas vendas. A igreja católica em construção absolutamente não demonstrava muito bom gosto arquitetônico.

A igreja protestante, construída tal como a católica às custas do Governo, ficava a pouco mais de meia-légua do primeiro assentamento, junto à estrada antiga. O lote a ela destinado estendia-se até à margem direita do rio Jucu. Mas por se situar muito distante das moradias da maioria dos colonos e também por estar sendo construída de modo precário, o Governo autorizou a pedido do diretor Jahn a transferência da paróquia evangélica mais para o centro, próxima à moradia simples, bonita, mas muito pequena do diretor.

Durante a minha passagem por Vitória chegou a Santa Isabel um novo

sacerdote protestante. Dois de seus antecessores haviam encerrado suas carreiras na colônia; um deles já viera da Europa com tuberculose e o outro, se não me engano, sucumbiu a uma febre tifóide. A paróquia católica estava em mãos de dois capuchinhos austríacos, o padre Peter Quap e o padre Hadrian Lauschner. Estes eram dois fanáticos insolentes que com sua intolerância religiosa e seu empenho em fazer prosélitos, causaram muitas disputas e inúmeros atritos religiosos entre os colonos. Há alguns anos eles já vinham se envolvendo em intrigas que originavam muita irritação, provocadas a princípio pelo capuchinho tirolês padre Wendelin, já mencionado anteriormente. Dizem também que foram feitas várias tentativas de conversão por parte de um sacerdote protestante, mesmo na capital da Província. Em consequência de inúmeras queixas que chegaram ao conhecimento do Governo relativas a estas disputas religiosas, o então ministro do interior, Marquês de Olinda, ordenou categoricamente ao presidente da Província do Espírito Santo atentar para que nas colônias fosse observada a mais absoluta tolerância, e escreveu-lhe na ocasião: “Vossa Excelência deve deixar claro a todos os envolvidos que o Governo Imperial quer ver exercido o regulamento da colonização do Império segundo o qual a cada um é garantido o culto de sua fé.”

Dois dias antes de minha visita a Santa Isabel ocorreu a conversão de um colono protestante para a Igreja Católica, sob circunstâncias que causaram grande indignação nos protestantes, que irritaram-se sobretudo, com a fórmula de abjuração por eles desconhecida. Em consequência disso, logo após o meu retorno para Vitória, o presidente enviou aos capuchinhos de Santa Isabel um despacho comunicando-lhes que o Governo Imperial não havia mandado trazer colonos para o Brasil a fim de angariar almas para a fé católica, mas para possibilitar aos mesmos uma existência futura; proibiu também qualquer conversão dentro da colônia. Afirmou que se um colono sentir a necessidade de mudar a sua fé, ele poderá dirigir-se à capital e inscrever-se para que ele (o presidente) possa se certificar se a conversão se dá por iniciativa própria. Então, a conversão poderá se realizar numa igreja de Vitória. Esta ordem objetivava simplesmente evitar o mal-estar, as disputas e brigas que normalmente ocorriam por ocasião das conversões efetuadas na colônia com enormes procissões, foguetório e coisas semelhantes por parte dos católicos. O presidente fez comunicados semelhantes também ao sacerdote evangélico recém-chegado.

As aulas na escola eram ministradas pelos respectivos sacerdotes, pelas

quais cada um recebia do Governo um abono salarial de 20 mil réis por mês.

Os colonos mais antigos (de 1847) encontram-se geralmente numa situação cômoda e despreocupada e em sua grande maioria são considerados pessoas ordeiras e trabalhadoras. Menos favorável é a avaliação que se faz de um grande número de colonos que chegaram depois, entre os quais havia muitos indivíduos preguiçosos e entregues à bebida. O único lazer dos colonos é a ida à igreja aos domingos, após o que eles se visitam e conversam durante algumas horas junto a uma garrafa de cachaça.

Os colonos antigos, sem exceção, fizeram pastagens artificiais e criam gado, cavalos e mulas. Possuir alguma rês é normalmente o maior desejo do recém-chegado o que os leva quase sempre a derrubar uma grande parte da floresta, pois sem pastagem artificial é geralmente arriscado para eles empregar o dinheiro na compra de gado. Uma vaca custa em média 50 mil réis, um cavalo ou uma mula 150 mil réis. Via de regra, os colonos compram as suas reses de fazendeiros da região de Santa Isabel.

O estado da colônia está absolutamente regularizado e no tocante às intrigas religiosas, que por hora parece que acabaram, é satisfatório. O mérito de terem colocado ordem nestas relações de uma maneira favorável deve-se em grande parte à prudência, à firmeza e à inteligência do diretor Jahn. Mesmo não existindo até agora riqueza na colônia, com poucos colonos tendo dinheiro vivo em caixa, a maioria leva sem dúvida uma vida sem preocupações¹. Por isso pode-se prognosticar à colônia um futuro *favorável*, mas duvido que vá ser *significativo*. Os terrenos são em sua maior parte íngremes demais para que possam depois ser arados e os trabalhos de lavoura possam ser feitos em grande escala pelos proprietários. A distância até o porto mais próximo também é tão grande que a exportação de produtos acarreta aos colonos um dispêndio bastante significativo de tempo e dinheiro. Para as viagens de ida e volta, eles precisam prever uma estadia de três dias, o que é demais para as cargas comuns, valendo a pena somente para artigos de exportação de grande valor comercial, como café, algodão, tabaco, etc.

A distância dos dois primeiros lotes de Santa Isabel até Vitória é de seis léguas. Praticamente a mesma distância do centro da colônia até o pequeno porto marítimo de Guarapari, para o qual está sendo projetada uma nova estrada que cortaria a parte sul da colônia atualmente muito distante da estrada principal.

Há alguns anos, o Governo autorizou o projeto de construção de uma rodovia da colônia até Viana e, a partir dali, a utilização da via fluvial até Vitória. Desconheço se o projeto já chegou a ser executado; mas acho difícil que haja lucros consideráveis para os colonos, a não ser que eles possam transportar por esta estrada mais facilmente, até o litoral, as madeiras valiosas que existem em abundância nas colônias.

No dia de nosso retorno a Vitória, antes de deixarmos a colônia, entramos mais uma vez na venda do homem de Hamburgo. Ele ainda estava muitíssimo agitado com os rojões e os fogos que, como já mencionei, foram distribuídos e lançados pelos capuchinhos durante a conversão de um colono. Parece que ele continuou neste estado depois que o deixamos. Contaram-me depois que ainda na mesma noite ele perdeu alguns dentes numa briga com católicos.

Pernoitamos em Calabouço, a fazenda de nosso conhecido Fernando Castello, cuja primeira e mais insistente pergunta foi como se saíram os seus cavalos. O elogio feito a eles deixou-o evidentemente muitíssimo satisfeito. Ele expôs pormenorizadamente os seus pontos de vista e a sua experiência a respeito das condições da lavoura na região e também a sua opinião sobre as colônias desta parte da Província. Ela não era favorável no tocante a Santa Isabel, e era mais desvantajosa ainda no que se referia a Santa Leopoldina, a colônia irmã localizada ao norte. Na manhã seguinte chegamos novamente em Vitória.

Neste ínterim, o presidente havia solicitado a um fazendeiro que colocasse à nossa disposição uma canoa com os negros necessários para fazermos uma visita à Colônia de Santa Leopoldina, o que prontamente combinamos fazer no domingo à noite, dia 30 de outubro. Em Vitória é extremamente difícil conseguir meios de transporte relativamente úteis, sobretudo mulas e cavalos, o que em parte se explica pelo fato da capital da Província do Espírito Santo estar localizada numa ilha. Por isso vimo-nos levados a cuidar a tempo dos animais necessários para a carga e a cavalgada em direção ao sul. O presidente achava que seria mais viável obtê-los através de um dos maiores fazendeiros do distrito de Itapemirim, e como eu tinha em mãos cartas de recomendação endereçadas ao barão de Itapemirim feitas por muitos amigos influentes do Rio de Janeiro, mandei-as a ele pedindo-lhe para enviar cavalos e mulas para Vitória. De sua parte, o presidente anexou também uma carta com a mesma solicitação e através de um ordenança despachou tudo

imediatamente ao seu local de destino.

Ao retornarmos de Santa Isabel encontramos convites escritos com muita elegância para a apresentação beneficente da *prima-donna* do Teatro Municipal de Vitória. O presidente afirmou ironicamente que um prazer nunca vivenciado nos aguardava, e por isso nos dirigimos à noite em sua companhia ao recinto das musas. A anfitriã, uma mulata baixinha e corpulenta num traje extremamente ingênuo, apresentou-se no meio do palco com o pé direito estendido e, diante do público que ouvia silenciosamente, desempenhou o seu papel com uma voz monótona e um pouco anasalada, levantando e abaixando com a regularidade de um pêndulo a mão direita e a esquerda alternadamente, com os dedos bem distendidos. Os aplausos efusivos dos inúmeros ouvintes ali reunidos foram a recompensa da prima-dona pelos seus esforços artísticos. Evidentemente, ela se sentiu cada vez mais sublime, pois em cada um dos atos seguintes ela avançava um pouco mais com seu pé. As oscilações pendulares dos braços aceleraram-se. A voz ficou mais alta e monótona e no final da peça ela estava se sentindo obviamente uma artista completa e excelente. E teria olhado com desprezo e orgulho para a primeira atriz do Teatro São Pedro de Alcântara no Rio de Janeiro. Os outros companheiros de palco mereceram o respeito da prima-dona. Todos se esforçaram sinceramente para fazer valer os seus estranhos conceitos de declamação e mímica, mas também causaram em nós o desejo mais ardente de ver encerrada o mais breve possível aquela tortura física e espiritual, pois o pequeno auditório do teatro estava repleto de espectadores e o calor e o ar pesado eram quase sufocantes.

Na manhã seguinte, às sete horas, partimos para a Colônia de Santa Leopoldina. A canoa muito grande e bela, com um teto de lona e, em função das precauções do presidente, equipada com colchões e um cesto cheio de mantimentos, foi empurrada adiante por quatro negros enormes e dirigida por um quinto. Rapidamente cortamos a baía do Lameirão e entramos no rio Santa Maria. Seu curso é bastante lento e não opõe à viagem em direção às montanhas qualquer obstáculo especial. Não muito longe de sua foz, ele recebe de sua margem esquerda o riacho Carapina e um pouco mais adiante a oeste, na margem direita, fica o Porto da Pedra, um porto fluvial que consiste de algumas poucas moradias e uma grande venda. Até este ponto há água navegável suficiente mesmo para navios a vapor com um calado não muito profundo. Nossos negros pararam ali

por alguns momentos e pediram-nos para fortalecê-los com um gole de cachaça para os esforços restantes.

Seguindo as várias curvas do rio em sua direção principal para noroeste, chegamos após algumas horas de viagem na junção do rio Mangaraí com o Santa Maria. Quanto mais nos afastamos do porto da Pedra, rio acima, mais a região se tornava montanhosa. As margens do rio, onde as condições do terreno permitem, são habitadas em parte por brasileiros que ali montaram pequenas fazendas e criam principalmente cavalo e gado. Os afluentes do Santa Maria são bastante insignificantes. Do sul para cá deságuam nele o rio Curipé, o rio Tauá, o rio Una e alguns outros ribeirões cujos nomes me escapam; do norte, o rio Jacui, o rio Tramérin (ou será rio Jatamirim?) e alguns riachos bastante insignificantes nos assentamentos de Murinho, Aruaba e Pendiuca. À margem esquerda, junto à São José de Queimado, existe uma propriedade bastante extensa, algumas horas rio acima de Porto da Pedra; em frente a ela, algumas pequenas ilhotas sobressaem-se na superfície da água. Na margem norte, a sete ou oito léguas da foz do rio, fica o povoado de Santa Maria, que deu nome à colônia.

Lá onde o rio Mangaraí vindo do sudoeste se encontra com o rio Santa Maria (formando uma barra), fica a extensa fazenda de José Cláudio de Freitas. Desta propriedade montanha acima, o rio Mangaraí só tem um pequeno trecho navegável para barcos. A viagem de navio no Santa Maria alcança também seu fim aproximadamente uma légua acima da barra do rio Mangaraí na cachoeira de José Cláudio, uma vez que rochedos tornam o leito do rio impraticável para embarcações. Neste ponto, depois da fundação da colônia na margem sul, foi construído o Porto da Cachoeira de Nossa Senhora do Patrocínio. Em frente a ele fica a área portuária para os habitantes da margem norte; ele tem o nome de porto de Nove Horas. Merece destaque na mesma margem, mas um pouco mais a leste, a fazenda Nova Coimbra.

O rio Santa Maria nasce a oeste da Colônia de Santa Leopoldina numa serra, em cujo declive oeste fica a região de mananciais de muitos afluentes do rio Doce. Ele só ganha alguma importância depois de receber o rio Mangaraí. Este último é formado por uma grande quantidade de ribeirões da serra que têm nascentes, em sua maioria, na parte sul da colônia. Ele recebe dois grandes afluentes do sul, dos quais o rio do Meio a leste forma a fronteira da colônia ao sul; o outro consideravelmente menor, a leste, denominado Braço do Sul, nasce fora da colônia. Seus afluentes ao norte são

numerosos, mas dificilmente mereceriam o nome de ribeirões. Os mais consideráveis são o ribeirão Fumaça, o córrego Isabel, o córrego Tereza, o córrego Crubixá, o córrego Dona Francisca, etc.

As margens do rio Mangaraí, de sua confluência com o rio Santa Maria até a colônia, são compactamente habitadas por uma população agrícola, bem mais que a do rio principal já que o solo ali recompensa o trabalho com mais abundância. Parece que em alguns trechos da região do rio Mangaraí foram encontrados vestígios de garimpo de ouro, ao menos é o que indicam os nomes Califórnia de Dentro (na colônia) e Califórnia de Fora, na margem sul do rio do Meio.

Às cinco horas da tarde chegamos em Porto da Cachoeira e nos hospedamos na moradia provisória do diretor, um barracão de madeira com dois cômodos. Mal tiramos o pé do estribo, um grande número de colonos, que sabiam do dia de nossa chegada se aproximou e começou a se queixar de maneira comovente sobre as condições de vida na colônia. Foi apenas um aperitivo do que nos esperava nos próximos dias.

Entretanto, antes de discutir sobre estas queixas, devo entrar nos detalhes da história e do desenvolvimento da colônia.

Numa carta de 15 de dezembro de 1855, o então ministro do interior, sr. Luis Pedreira do Couto Ferraz, anunciou ao presidente da Província do Espírito Santo que o Governo havia tomado a decisão definitiva de fundar uma colônia junto à cachoeira de Santa Maria, e que o engenheiro João José de Sepúlveda e Vasconcelos² iria examinar o terreno a fim de possibilitar a abertura de uma rodovia até a área portuária do rio Santa Maria. A colônia teria uma extensão de quatro léguas quadradas e seria dividida em lotes iguais de 62.500 braças quadradas cada um, e além disso seria demarcado um local grande de 500.000 braças quadradas para a futura povoação. Ordenaram também abrir picadas, se possível uma ao longo da parte da frente dos lotes, todas elas com uma largura mínima de 10 palmas (8 ½ pés) e não menos, e construir uma moradia provisória para o diretor, depósitos de mantimentos e um grande barracão de madeira com divisões internas suficientes para abrigar 50 famílias.

Antes de se erguer uma nova colônia, deve-se responder racionalmente à pergunta: as condições do local atendem às necessidades principais para assegurar o êxito de tal empreendimento? Por isso, o colonizador, seja ele do Governo ou da iniciativa privada, deve mandar especialistas notoriamente

competentes para examinar estas condições. Na realidade, o ministro Pedreira encarregou também o presidente da Província do Espírito Santo, o dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros, de executar estas análises e enviar-lhe um relatório. Este foi bastante favorável, chegando a ser ingenuamente exagerado. De acordo com as descrições do sr. Barros podia-se pressupor que o solo da colônia projetada estaria entre os mais férteis do Brasil, existindo até mesmo uma confluência de fatores muito favoráveis para o empreendimento, de modo que os colonos iriam encontrar ali um verdadeiro Eldorado. Cabe destacar que o sr. Barros nunca fizera qualquer esforço para visitar pessoalmente a área designada e sequer solicitou o parecer de fazendeiros experientes; ao contrário, apoiou-se exclusivamente nos relatórios dos engenheiros brasileiros e de seus ajudantes dando um valor deveras elevado à profecia do jesuíta taumaturgo já mencionado anteriormente, Padre Anchieta, que no século XVI profetizou um futuro muito feliz aos futuros habitantes do rio Santa Maria! É provável que, os fazendeiros da vizinhança tenham zombado dos preparativos do presidente para se instalar uma colônia naquela região, pois ele não estava em harmonia com a população e também havia deixado péssimas recordações na Província em virtude de sua grosseria e de suas arbitrariedades.³

O parecer dos engenheiros – como logo se tornou evidente, seja por falta de informações ou pelo desejo de não desistirem tão facilmente de um trabalho pessoalmente lucrativo – foi absolutamente equivocado e pernicioso para a colônia. Ainda antes do término dos trabalhos preliminares necessários, a direção-geral das terras públicas enviou para a colônia, em março de 1857, os primeiros colonos, 140 suíços que, em virtude de reclamações fundadas do então cônsul-geral da Suíça no Rio de Janeiro, sr. David, foram liberados pelo Governo Imperial de sua condição de meio-arrendatários em Ubatuba (Província de São Paulo). Foram assentados junto ao rio Santa Maria e ao seu afluente ribeirão das Farinhas.

Do relatório de prestação de contas apresentado pelo vice-presidente da Província, sr. J. F. de Andrade e Almeida Monjardim, no dia 23 de maio de 1858, deduz-se o quanto foi infeliz a escolha do território. Sobre a *Colônia de Santa Leopoldina* – assim foi rebatizada a Colônia de Santa Maria em homenagem à segunda-princesa imperial – lia-se:

Como se verificou que a primeira localidade, na qual foi fundado este assentamento, não é adequada para a colonização, tanto em relação à qualidade quanto à

configuração do solo, a presidência, autorizada pelo Governo Imperial, através do diretor da colônia, Major F. A Ferreira Castelo, e o engenheiro A. Pralon, solicita que se façam novas verificações; os mesmos encontraram na direção do velho quartel Bragança, ao sul do primeiro assentamento, terras excelentes com extensão suficiente para satisfazer as intenções do Governo.

O sr. Monjardim elogiou muitíssimo os relatórios feitos pelos engenheiros acerca deste novo terreno e fez com o engenheiro francês Pralon, imediatamente, um contrato referente ao levantamento topográfico dos 200 lotes e começou o assentamento deste novo território colonial com imigrantes alemães ali enviados pelo Governo do Rio de Janeiro.

O engenheiro que iria medir os lotes dos primeiros colonos dividiu as partes a olho, ao invés de ater-se à regulamentação governamental específica, mas ao mesmo tempo cobrou quantia não pouco considerável para os levantamentos topográficos regulares. O seu sucessor deveria reparar este procedimento fraudulento e excessivamente prejudicial a muitos colonos. Começou a trabalhar corretamente, tirou de alguns colonos a sua terra já lavrada e deu-a a outros, mas passou aos primeiros a floresta, de modo que eles tiveram de refazer o trabalho duro de derrubada. Um terceiro, que tinha tomado como concubina a filha de um colono prussiano, cometeu, por sua vez, injustiças grosseiras, em proveito de alguns favorecidos⁴. Em resumo, predominou a injustiça e um arbítrio indescritível. Em minha permanência na colônia, exatamente três anos depois de sua fundação, *nenhum* colono suíço possuía sua parcela legal de 62.500 braças quadradas; todos tinham bem menos, alguns até mesmo apenas seis a oito mil braças quadradas e ainda por cima com solo ruim!

Em função de inúmeras reclamações, o Governo Imperial tentou reparar de certo modo as negligências grosseiras de seus funcionários prevaricadores e mandou oferecer aos colonos suíços prejudicados parcelas complementares, aproximadamente de uma a uma légua e meia mais ao sul, ou lotes totalmente novos numa outra parte da colônia. Eles não aceitaram nenhuma das duas propostas; a primeira, por não levar em conta o fato de eles virem a possuir mais terras que ficavam horas distante de suas respectivas moradias, uma vez que teriam de despender muito tempo para cultivá-las e lhes seria impossível supervisionar as suas colheitas. Contra a segunda proposta, eles objetaram que não queriam perder os três anos de trabalho nos lotes que já possuíam e recomeçar numa outra parte de assentamentos, sobretudo sem

esperança de um futuro melhor, pois em toda a colônia só havia terra ruim. Eles a vasculharam em todas as direções e não acharam realmente nada melhor que o local onde estavam.

Esta afirmação é um pouco exagerada, mas absolutamente não se pode negar que as condições da terra na Colônia de Santa Leopoldina não são de modo algum favoráveis à agricultura.

Quanto às condições do solo no tocante à lavoura, a Província do Espírito Santo deve ser dividida em três zonas. A parte sul estende-se do rio Itabapoana até o rio Benevente e é extraordinariamente fértil. Até há pouco era escassamente habitada e cultivada; em tempos mais recentes um número cada vez maior de fazendeiros de outras províncias, sobretudo de Minas Gerais, adquiriu terras nesta região e fundou ali novas fazendas. A parte norte da Província não é menos fértil e fica entre o rio Mucury e o rio Santa Cruz, sobretudo as terras junto ao rio Doce, cuja vegetação exuberante já era famosa em épocas anteriores, mas, devido ao mau clima e à vizinhança de tribos indígenas selvagens e hostis, foram pouco habitadas e cultivadas. Totalmente diferentes são as condições do solo no centro do litoral da Província. Entre o rio Benevente e o rio Jucu as terras têm qualidade mediana; entre o rio Jucu e o rio dos Reis Magos são realmente de péssima qualidade, pois a serra dos Aimorés que corre paralela ao litoral dirige aí consideravelmente suas ramificações íngremes para leste, cuja natureza geognóstica não é em absoluto favorável à agricultura. Nelas nasce o rio Santa Maria.

É possível supor que o passado da Província do Espírito Santo teria sido mais brilhante e o presente seria bem melhor se a capital com seu porto maravilhoso tivesse um interior fértil.

O projeto de estabelecer a Colônia de Santa Leopoldina neste interior estéril, como já comentei, não foi feliz. Parece inadmissível que homens acostumados com as condições locais das terras escolhidas e com poderes para emitir um parecer importante em função de sua posição influente, não tenham advertido o Governo da inconveniência de sua escolha. Por exemplo, J. F. de Andrade e Almeida Monjardim, proprietário de terras, ocupava pela décima primeira vez o cargo de vice-presidente da Província. No entanto, seu enteado era proprietário de um privilegiado armazém no Porto da Cachoeira e, sem a colônia, ele não teria sido dono de um negócio tão lucrativo.

O território de Santa Leopoldina é formado por montanhas relativamente altas, quase sempre íngremes e por vales estreitos, raramente mais

largos que o leito do ribeirão que os atravessa. Em sua maior parte, o solo consiste de areia quartzosa; a superfície boa do solo tem em média duas a três polegadas e é composta por uma espessa teia de filamentos de finas raízes com um pouco de húmus. Apenas em alguns lugares onde um dos vales alarga-se um pouco junto a um ribeirão, encontramos uma área de terra fértil deixada plana pelas montanhas e aí vemos naturalmente também uma fertilidade maior.

O procedimento agrícola usual de preparar o solo para a primeira cultura com enxada e fogo é o mais pernicioso nas condições existentes em Santa Leopoldina. O fogo violento usado nas queimadas da floresta destrói em parte a frágil camada de húmus e as substâncias orgânicas, e embora as cinzas ainda sirvam de alimento para a futura sementeira, acaba por privá-las de uma camada de terra bastante profunda na qual possam enraizar-se consideravelmente, comprometendo também a umidade. Além disso, através da derrubada das árvores, os declives íngremes das montanhas ficam expostos à total influência dos fortes aguaceiros tropicais que arrastam as melhores partes dos campos cultivados para dentro do rio Santa Maria que as deposita, por fim, no Lameirão, na baía de Vitória. É um fato evidente que em Santa Leopoldina o solo tornou-se infértil por causa desta forma de cultivo, bem mais rapidamente que em qualquer outra colônia.

As florestas que cobrem as montanhas de Santa Leopoldina não proporcionam a mesma vista majestosa como aquelas do norte e do sul da Província; elas têm bem mais a aparência de capoeiras ralas que de uma floresta virgem. Todas aquelas plantas que imediatamente revelam ao olho treinado do agricultor brasileiro um solo fértil, tais como o pau d'alho, o jacarandá, o taquaruçu, etc., absolutamente não estão presentes ali ou vêem-se apenas parques exemplares. As plantas cultivadas correspondem em seu desenvolvimento à vegetação nativa. O milho permanece baixo e produz proporcionalmente espigas pequenas; os caules com freqüência secam antes de aparecerem. No segundo ano, as raízes da mandioca estão bem menores que nas outras colônias e, como asseguram os colonos, elas geralmente ficam pretas e imprestáveis, o que tem sua causa provável na falta de uma camada de húmus suficientemente profunda. Os feijões pretos absolutamente não vingam. Igualmente desfavoráveis são as condições do solo para o desenvolvimento do cafeeiro; no primeiro ano enquanto ainda necessita de pouco alimento, ele se desenvolve muito bem, mas já no segundo ano ele adocece e

geralmente morre no terceiro. Os colonos que plantaram de 1.000 a 1.200 pés de café, possuem no final do segundo ano apenas algumas centenas, e no ano seguinte, logo que estes florescem e dão frutos, suas folhas ficam amarelas, enrolam-se, caem e os arbustos infalivelmente perecem.

É facilmente compreensível que numa área extensa de algumas milhas quadradas e uma configuração plana como a de Santa Leopoldina as condições do solo não sejam iguais em toda parte, e que ao lado de trechos estéreis haja também outros férteis. Podemos vê-los também na colônia nos vales mais largos e nas partes ao sul um pouco mais planas, nas quais as colheitas de certo modo compensam o trabalho empregado. Considero um erro grosseiro e um sinal de baixa inteligência que na instalação de uma nova colônia não se coloque em primeiro plano a possibilidade de uma constituição o mais possível uniforme do solo, pois todo colono tem o direito de reivindicar a mesma quantidade e a mesma qualidade de terra dos outros, uma vez que cumpriu as mesmas obrigações e assumiu os mesmos fardos. Numa compra de terra habitual existe um acordo voluntário entre comprador e vendedor, e o primeiro só pode assumir a culpa sozinho se não ficar satisfeito com sua aquisição. O colono, porém, é obrigado a ficar com o lote tal como lhe coube, embora muitíssimo prejudicado se acabar recebendo um ruim. Se numa colônia apenas um terço, ou até mesmo a metade dos lotes são bons, sendo o restante ruim, todo o empreendimento deve ser considerado infeliz e equivocado. Este é o caso da Colônia de Santa Leopoldina. É fato que durante a minha permanência ali, em 1860, nenhuma família teria podido viver se dependesse apenas dos alimentos produzidos em seus campos. Mesmo os colonos que já haviam se estabelecido há quatro anos e tinham cultivado as suas terras durante todo o tempo de maneira aplicada e irrepreensível, ainda não podiam se alimentar e se vestir de suas colheitas, e estariam numa triste situação se não tivessem obtido rendimentos na construção de estradas ou outros trabalhos públicos, ou como ajudantes dos agrimensores, ou por fim não tivessem recebido do Governo subsídios econômicos diretos (diárias).

Para infelicidade dos colonos as enormes formigas rapaces que sempre perseguem o cultivo também já se tinham feito sentir, e os ratos-do-mato, como em Santa Isabel, tinham causado grandes prejuízos nos pomares.

Que perspectiva triste para uma colônia agrícola que, após quatro anos de existência, seus habitantes precisam ser auxiliados diretamente com dinhei-

ro para comprarem seus próprios mantimentos!

O clima é saudável e coincide com o da Colônia de Santa Isabel.

De seus primórdios até o início de 1860, a direção da colônia foi em todos os sentidos absolutamente lastimável.

O diretor interino morava em Porto da Cachoeira onde haviam construído uma casa de recepção, um grande armazém e também muitas moradias habitadas por uma grande mistura de pessoas, em sua maior parte, por brasileiros. Aos poucos desenvolveu-se ali um abominável atoleiro de vícios, despudorado e fraudulento, fazendo as condições dos colonos caírem na mais profunda desordem. Os subsídios governamentais eram surrupiados pelos diretores ou repassados na base do favor, mas sempre de maneira totalmente desordenada. As verbas destinadas aos trabalhos públicos compartilhavam o mesmo destino. Dizem que um dos diretores chamado N. ao assumir o seu cargo tinha sete contos de réis (cerca de 6.000 táleres) de dívida, e depois de pouco tempo ocupando o seu posto e com um salário relativamente pequeno, ele não só já havia se livrado de suas dívidas como também ainda tinha guardado dinheiro! Enquanto isso cresciam a miséria, a fome e as doenças entre os colonos. Onde a fome entra pela porta, a vergonha escapa pela janela mais próxima. Em Porto da Cachoeira, as mulheres e filhas de colonos entregavam-se aos brasileiros por uma ou algumas patacas a fim de comprar algum mantimento, e mais tarde arrastam um corpo corroído pela sífilis. Pessoas absolutamente probas e fidedignas contaram-me histórias verdadeiramente escabrosas sobre esta época da colônia. Mesmo os colonos trabalhadores e ordeiros iam levando a sua existência parcamente já que recebiam apenas parte do auxílio econômico governamental ainda tão necessário ou então passavam meses sem recebê-lo. Somente aqueles que ainda podiam viver do resto de seu pequeno capital trazido da Europa conseguiam progredir um pouco.

O Governo devia afinal remediar este estado lamentável de coisas, pois as queixas tornaram-se cada vez maiores e as fraudes cada vez mais públicas. A fim de não deixar mais o diretor cair em tentação através de grandes somas a ele confiadas, o presidente passou a enviar todos os meses um comissário de Vitória com a incumbência de passar diretamente às mãos dos colonos, ora os subsídios, ora o salário. Desse modo, dificultaram-se as fraudes. Antes, o Governo e os colonos eram trapaceados, mas a partir de então apenas o primeiro na figura do comissário passou a ser enganado, pois o

diretor, com a ajuda de inspetores malandros (quase sempre colonos preguiçosos, patifes e gananciosos), sempre lhe indicava um número maior de diárias do que realmente havia.

Em janeiro de 1860, depois de muitos diretores, exclusivamente brasileiros, terem sido nomeados e destituídos por várias vezes em intervalos bastante curtos, confiaram este posto a um ex-oficial prussiano, barão Pfuhl, que prestara serviços no Brasil dirigindo durante algum tempo um internato de meninos na pequena cidade de Paraíba do Sul.

O novo diretor, com toda energia e com uma vontade sincera, procurou pôr ordem naquelas relações confusas e na vida dos colonos quase inteiramente desmoralizados. Certamente, ele teria conseguido levar a cabo esta difícil tarefa se lhe tivessem concedido um prazo maior para agir, uma vez que opuseram-lhe uma resistência malévola e obstinada, tanto uma parte dos colonos como também sobretudo os brasileiros de Porto da Cachoeira. Esta oposição provocou os incidentes mais incômodos e colocou o diretor em situações extremamente desagradáveis, em função de sua enorme exasperação causada provavelmente por tantos aborrecimentos. Certo dia, por exemplo, ele recebeu do presidente a notícia da chegada próxima de uma nova leva de imigrantes e a incumbência de providenciar acomodação para todos. Uma vez que os espaços destinados a este fim estavam ocupados, inclusive um aposento era utilizado provisoriamente pelo vendeiro como depósito de mercadorias, o sr. Pfuhl exigiu do mesmo a desocupação do local. Tendo o vendeiro se negado a obedecer à solicitação, ele colocou todas as mercadorias na rua, com a ajuda de alguns colonos. O vendeiro correu para Vitória e registrou no tribunal uma queixa contra o sr. Pfuhl alegando ingerência violenta na propriedade alheia. Como era enteado do vice-presidente Monjardim, que conseguiu a intervenção e o empenho do presidente da Província – o vendeiro foi tão bem recebido por este, que o caso, visto do lado mais grave, receberia, certamente, uma repreensão do júri. Como Monjardim gozava de grande afeição na Província, o sr. Pfuhl seguramente não teria escapado de uma condenação a ser dada pelo júri servil e conseqüentemente de uma pena de prisão rigorosa, se um acontecimento inesperado não tivesse encerrado toda a questão antes do tempo. Aconteceu que o sr. Pfuhl, após uma pequena indisposição, morreu no dia 29 de junho de 1860, somente seis meses após assumir o cargo. A morte causou grande alvoroço e logo circulou o boato de que o sr. Pfuhl havia sido envenenado, e de que o assassino era um alemão

chamado Braun, que em comum acordo com os capuchinhos havia eliminado o incômodo diretor.

Entre os colonos, este Braun trabalhava como médico. Ele afirmava ter prestado serviços como cirurgião no exército inglês durante a campanha na Criméia. Suas relações com o barão Pfuhl estavam muito tensas e este também não ocultava em qualquer oportunidade a sua grande aversão por aquele indivíduo. A suspeita contra Braun baseou-se numa carta encontrada na moradia do sr. Pfuhl. Reproduzo literalmente na nota “5” este escrito característico.

Assim que o presidente recebeu a notícia da morte do sr. Pfuhl e os boatos a ela ligados, mandou trazer o corpo para a capital para ali fazer a autópsia legal. Os médicos declararam que o sr. Pfuhl havia morrido de febre amarela. Alguns dias antes de sua morte ele havia estado em Vitória onde apareceram casos isolados desta doença perigosa e temida. Em seu retorno a Santa Leopoldina, ele se expusera o dia inteiro ao sol intenso numa canoa aberta e ao chegar à colônia teve um forte aborrecimento. Um pouco indisposto, saiu de casa e fez uma cavalgada pela colônia, mas logo se viu obrigado a apejar na casa de um colono e deitar-se na cama. Braun encontrou-o ali e ofereceu-lhe seus serviços médicos, mas Pfuhl não os aceitou; pediu apenas um copo de água. Algumas horas mais tarde, voltou para casa com muita febre e morreu dois dias depois de haver rejeitado terminantemente toda assistência oferecida por Braun. Ao tomar conhecimento do adoecimento de Pfuhl, o presidente enviou um médico até Santa Leopoldina, mas este só chegou lá após a morte dele.

O chefe de polícia mandou trazer Braun para Vitória e interrogou-o na presença do presidente usando como base a carta. Braun deu a mesma explicação que repetiu também para mim mais tarde: Pfuhl sempre o considerara inimigo e o havia tratado injustamente; com a intenção de intimidá-lo, escrevera a carta anexando uma conta que ele deveria enviar ao diretor, convicto de que Pfuhl também a leria; ele endereçou a carta ao padre Hadrian porque este também era um inimigo do diretor, na esperança de que Pfuhl mudaria o seu comportamento em função das ameaças contidas na carta. Ele (Braun) não tinha nenhuma proteção no Rio; negou categoricamente o crime.

As investigações provocaram resultado negativo em todos os sentidos. Depois dos médicos terem declarado que Pfuhl havia morrido de febre amarela, naturalmente também para o chefe de polícia não havia mais razão

para continuar o processo de investigação.

Ainda é dúvida se o resultado obtido pela autópsia médica era correto, pois não foi feita com o aparato científico necessário e indispensável numa suspeita tão grave. Até onde me foi possível, fiz investigações e cheguei à conclusão de que a morte de Pfuhl não foi um crime. Braun é um charlatão intrigante, inescrupuloso, mas ao mesmo tempo muito limitado. A carta dele, a maneira como a fez chegar às mãos de Pfuhl e a pretensão de fazer do padre Hadrian um cúmplice são mais provas de sua estupidez que de sua maldade. O padre Hadrian só posteriormente ficou sabendo do papel que Braun lhe atribuiu na carta.

A atuação de Pfuhl foi descrita nos relatórios governamentais como muito benéfica para a colônia e ele próprio foi destacado como um homem zeloso e inteligente. Uma grande parte dos colonos fez um julgamento menos favorável; talvez, de acordo com a economia brasileira desregrada, uma intervenção tão enérgica não tenha lhes agradado.

Durante minha estadia, o cargo vago com a morte de Pfuhl foi ocupado provisoriamente pelo engenheiro francês A. Pralon; logo em seguida, o barão V., antigo colono às margens do Mucuri (vol. II, pág. 240), foi nomeado diretor. Como seria de se prever, ele não conseguiu manter-se muito tempo neste difícil posto. Seu sucessor foi o botânico alemão Dr. Rudio, cuja natureza conciliadora e mediadora foi um verdadeiro bálsamo para a colônia, e mesmo sem conseguir dar uma reviravolta totalmente favorável nas circunstâncias, fez com sacrifício, honestidade e com força de vontade o que lhe era possível fazer.

Enquanto estive em Santa Leopoldina, cheguei por lá um jovem médico brasileiro nomeado pelo Governo. Segundo informaram-me posteriormente, ele renunciou ao seu posto poucos meses depois.

Na época, o estado de saúde dos colonos era ruim, apesar do clima saudável. A causa estava na alimentação deficiente, pois um número muito grande de colonos dependia exclusivamente do consumo de farinha de mandioca fervida na água formando uma espécie de grude pastoso ou cozida à maneira de panqueca. A ingestão de uma grande quantidade deste alimento feculoso e a absorção limitada de proteínas e gorduras produzem uma doença bastante rara na Europa, mas muito comum no Brasil: a hidremia (opilação). Sua característica é o aumento do conteúdo aquoso no sangue. O sangue que escorre de um corte ou de uma sangria contém quase somente

linfa e uma quantidade assombrosamente baixa de fibrina. Fraqueza, abatimento, palpitações, asma, abscessos aquosos, clorose, hidropisia, úlceras atônicas, grande lentidão das funções do canal do intestino e um forte inchaço do fígado são quase sempre as conseqüências desta doença que faz inúmeras vítimas. Os melhores meios de prevenção são uma alimentação equilibrada suficiente e um alegre estado de espírito que dentro da realidade de Santa Leopoldina, não são condições fáceis de se obter.

Os subsídios concedidos aos colonos pelo Governo seguiam exatamente as mesmas normas tanto em Santa Leopoldina quanto em Santa Isabel. Com os preços dos gêneros alimentícios na época bastante altos, eles bastavam perfeitamente para uma a três pessoas, mas numa escala mais ampla não eram suficientes para as famílias maiores (e estas eram a maioria). Para alimentar normalmente uma família de seis pessoas seria preciso gastar 60 mil réis; uma de oito pessoas, 70 a 80 mil réis. Na realidade recebiam, no primeiro caso, apenas 45 mil réis e no segundo somente 52 ½ mil réis. Em Santa Isabel, estes subsídios eram suficientes também para as famílias maiores, pois os colonos encontraram sempre em seu próprio solo um auxílio, o que não era o caso em Santa Leopoldina. Na primeira, eles foram distribuídos de maneira conscienciosa e regular, mas nesta última os colonos eram vítimas de um jogo fraudulento.

Enquanto os colonos em Santa Leopoldina definhavam com a miséria e a fome, o então ministro do interior, sr. João de Almeida Pereira Filho, encarregado também do Departamento Geral de Terras, concedeu a um fotógrafo francês, um certo sr. Victor Frond, muitos milhares de táleres do fundo reservado aos colonos para fotografar as colônias da Província do Espírito Santo! Nas fotografias do local, vistas com tanta satisfação no Rio de Janeiro, certamente não apareciam aspectos sombrios, tão abundantes na colônia. Não se viam as figuras pálidas, inchadas, com olhos fundos, desanimadas, cambaleantes, muito menos os infelizes no duro leito de dor lutando contra a doença e a fome, e as crianças franzinas gritando por alimento às suas mães curvadas de desgosto, nem as mulheres e meninas que, de madrugada saem sorrateiramente das casas dos funcionários públicos em Porto da Cachoeira para comprar na venda algum mantimento com o ganho de seu abjeto serviço noturno, para o qual a necessidade amarga as empurrava.

As fotografias eram muito bonitas, esplendorosas. Podia-se ter orgulho da colônia! Elas iriam ser litografadas na França e, acompanhadas de um

texto panegírico, mostrar no exterior o quanto o Brasil fazia pelas colônias.

Após retornar ao Rio de Janeiro fiz ver ao ministro do Interior a ironia amarga que havia naquelas fotografias. Enquanto as questões da colonização mantiveram-se sob a sua direção, não houve esperança de qualquer melhora substancial. Nenhum ministro antes dele havia tratado esta questão vital do Brasil com tão pouca compreensão, com um desleixo tão irresponsável. O sr. João Almeida Pereira Filho desempenha na história da colonização do Brasil o papel mais lamentável possível! Sua principal atuação durante a permanência no cargo por quase dois anos tinha como meta proporcionar ao ministério uma maioria na câmara e assegurar a sua própria reeleição como deputado. Seu primeiro objetivo não foi atingido; o segundo, apenas com muito esforço, embora sua família seja muito abastada e muito influente em sua zona eleitoral. Só havia de sua parte alguma preocupação com a colonização quando uma questão a ela pertinente coincidia em algum sentido próximo com suas intenções políticas; ele omitia ou adiava decisões importantes e graves para não ofender a algum de seus correligionários, e todas as suas ações eram movidas por motivos partidários. Evidentemente, subordinada a um ministério desses, a colonização não poderia mesmo prosperar.

No sentido religioso, a Colônia de Santa Leopoldina foi quase totalmente negligenciada. O Governo determinou que os sacerdotes de Santa Isabel deveriam prestar serviços religiosos duas vezes por mês na colônia irmã. Em linha reta, a distância entre as duas colônias mal atinge três ou quatro léguas, mas na verdade não existe entre ambas uma ligação direta. Portanto, os padres de Santa Isabel eram obrigados a passar por Vitória e percorrer no mínimo 18 léguas ou viajar três dias a fim de ir de uma colônia a outra; todos os meses, eles deviam, portanto, passar 14 dias viajando. Como facilmente se pode compreender, a determinação governamental não foi cumprida, e como os sacerdotes tinham sua sede em Santa Isabel, a paróquia de Santa Leopoldina foi quase totalmente negligenciada. Somente em 1864, esta última recebeu através do meu intermédio um sacerdote protestante. Durante minha passagem, o ensino escolar também era ainda muito deficiente, mas ao menos havia uma certa preocupação com ele.

Em outubro de 1860, o número de colonos em Santa Leopoldina era de 1.003 indivíduos (232 famílias). A maioria predominante era alemã, a saber: 384 da Prússia, 82 do Tirol, 76 da Saxônia, 70 de Luxemburgo, 61 de Hesse, 27 de Baden, 13 de Holstein, 13 de Nassau, 10 da Baviera, 5 de

Mecklemburgo, 4 de Hannover, 104 da Suíça, 120 da Holanda, 8 da Bélgica, um da França e um da Inglaterra; os restantes eram brasileiros de nascimento. No total havia 679 protestantes e 324 católicos. Os holandeses chegaram em 1859 e em sua maioria viviam em situação ainda pior por sua própria culpa: eram indivíduos vadios e em geral muito decadentes, praticamente afundados na sujeira. Alimentavam-se quase exclusivamente de um mingau feito de farinha de mandioca com óleo de rícino e água cozidos juntos. Em muitas destas famílias, a falta de asseio era tão grande que elas nem ao menos lavavam a panela na qual haviam preparado a sua comida, antes de fazer a próxima refeição. Despejavam nela novamente farinha, óleo e água e cozinhavam tudo junto com as sobras da anterior. Seria de admirar que com esta alimentação repugnante a maioria das famílias holandesas tivesse um aspecto lamentável?

Em Santa Leopoldina conversei com centenas de colonos e ouvi com poucas exceções sempre as mesmas queixas. Percebi a mesma expressão de insatisfação e de desânimo que muitas vezes chegava quase ao desespero. Quando perguntava como eles iam, sempre ouvia a mesma resposta desconsolada “mal, muito mal”! Temperada freqüentemente com ofensas amargas ao país e às pessoas. Ao continuar a conversa, sempre repetiam a mesma coisa: “De nada adianta trabalharmos com toda a aplicação: o solo é ruim demais, por isso, apesar de todo o esforço, não progredimos. Nosso cafezal secou. Este ano plantamos feijão três vezes, mas ele foi devorado pelos ratos ou murchou mal tinha brotado; agora não temos mais dinheiro para comprar outras sementes. As mandiocas ficam pequenas e apodrecem na terra, as colheitas do milho não compensam. Não sabemos de que vamos nos alimentar. Tudo é terrivelmente caro. Na Alemanha com 5 ou 6 vinténs por dia vivemos bem melhor que aqui com 4 patacas e além disso sempre temos muitos doentes nas famílias. Se isto prosseguir por mais tempo, vamos todos nos arruinar.” Eram assim ou algo parecido todas as queixas; muitas eram exageradas, algumas totalmente infundadas. Os colonos suíços, por exemplo, afirmavam terem sido enganados pelo Governo, o qual lhes tinha prometido trazê-los à Colônia de Santa Maria, mas acabou transferindo-os para Santa Leopoldina. Em vão expliquei às pessoas que esta colônia, cujo nome era o mesmo do rio – Santa Maria – havia recebido em 27 de março de 1857 o nome de Santa Leopoldina. Eles retrucaram dizendo que não era verdade, pois sabiam das coisas melhor que eu. O mesmo ocorreu com muitas outras

reclamações as quais tentei reduzir à sua justa medida.

Lá, como em todas as colônias brasileiras, percebi que os colonos quando estão realmente muito desanimados, raras vezes reencontram força moral para reagirem. Mesmo que as circunstâncias se tornem mais favoráveis, possibilitando-lhes uma melhoria considerável através da aplicação e da persistência, eles continuam desanimados e preferem baixar os braços prostrados a tentar superar as dificuldades por meio de uma nova atividade. É a consequência da falta de estímulo espiritual e de amparo religioso.

Via de regra, os colonos recém-chegados são os que mais se queixam. Na Colônia de Santa Leopoldina me deparei com o caso oposto; ali, as queixas mais veementes eram dos colonos mais antigos, que já vinham passando por experiências tristes durante muitos anos e tinham agora a perspectiva sombria de um futuro desolador.

Em Vitória conhecia-se com exatidão a situação penosa da colônia e exploraram-na das mais diversas maneiras. Realmente não sem razão, ela recebeu o nome de “colônia dos mistérios”. Imigrantes que foram enviados do Rio de Janeiro para Santa Leopoldina pelo Departamento Geral de Terras, ao serem informados em Vitória sobre seu futuro domicílio, recusaram-se a ir para lá, e afirmaram com uma seriedade inabalável que prefeririam lançar-se à morte na baía de Vitória junto com mulher e filhos. A resistência em não ir para o novo destino era tão grande que o Governo Imperial viu-se obrigado a trazê-los de volta ao Rio de Janeiro e mandá-los a uma colônia qualquer no sul do país. Certamente, isto não é nenhuma prova direta da situação ruim da colônia, mas da péssima reputação que gozava na capital da Província.⁶

Algo extremamente visível em Santa Leopoldina era a falta de cavalos e de gado, enquanto os colonos de Santa Isabel possuíam uma quantidade considerável de rebanhos. Conheci apenas um único colono com um potro de dois anos e nenhum tinha vaca. Percebia-se também a falta de suínos. A maioria dos colonos mal tem alimento para si, não podendo portanto alimentar nem mesmo os seus porcos.

Passei a segunda noite na colônia em casa de um colono luxemburguês chamado Simmer. Este homem forte e sua família numerosa e bem disposta tinham trabalhado com bravura e inteligência e desfrutavam de uma existência relativamente cômoda, mas apesar de todo esforço não tinham conseguido ainda comprar um cavalo. Ele me pediu insistentemente para interceder

junto ao presidente a fim de que este lhe concedesse um empréstimo de 50 mil réis do fundo de apoio da colônia para que pudesse comprar uma égua.

Chegamos bem tarde na casa de Simmer, pois com o cair da noite perdemos a picada correta e vimos-nos de repente numa floresta espessa, envoltos por tamanha escuridão que não conseguíamos mais ver nossos animais, apenas senti-los. Com a ajuda de uma latinha de velas de cera que trazia comigo pudemos com muito esforço finalmente nos orientar até acharmos uma trilha na floresta e, seguindo por ela, nos deparamos com a moradia de um colono. Seu proprietário de imediato mostrou-se disposto a nos mostrar o caminho até à casa de Simmer, e colocou-se à frente do grupo com uma tocha feita de palissandra, cuja luz verde espalhava sobre o grupo de cavaleiros um brilho mágico.

De acordo com o diretor interino da colônia, Simmer era o único colono que poderia nos proporcionar uma hospedagem digna. Tinham-lhe informado sobre nossa intenção de pernoitar em sua casa e por isso encontramos a moradia asseada e preparada para nos receber. O jantar muito simples que consistia de um saboroso omelete desceu-nos primorosamente já que não tínhamos saboreado nada o dia inteiro, a não ser alguns ovos cozidos que um colono nos ofereceu em sua casa. De fato, a casa de Simmer era mais espaçosa e mais confortável que as outras. As melhorias à volta demonstravam o enorme esforço empreendido pela família, mas com freqüência as fortes chuvas as prejudicavam, por estar a casa localizada em terreno íngreme. Contaram-me que Simmer sempre fora o favorito de diversos diretores, estando por isso numa situação melhor que a dos outros colonos. Talvez isto fosse apenas fruto da inveja, pois em toda parte admitia-se que a família sempre trabalhara com muita aplicação. E Simmer também tinha vindo para a colônia trazendo alguns bens da Europa. E mesmo assim não havia conseguido economizar 50 mil réis para comprar um cavalo!

Logo depois de chegarmos, apareceram na sala os vizinhos de Simmer, todos de Luxemburgo. Sentaram-se solenemente em caixas, caixotes e bancos, e o dono da casa serviu-lhes uma garrafa de cachaça. Sentamo-nos perto deles e começamos a discutir longa e aferradamente sobre a situação das colônias, tudo temperado com inúmeras queixas nas quais não faltava uma grande irritação com a situação religiosa. As queixas não foram expostas de maneira arrebatada e veemente, mas com tanta tranqüilidade e segurança que realmente davam aos ouvintes a impressão de serem absolutamente verda-

deiras. A maioria destes luxemburgueses pareceram-me pessoas calmas, sóbrias e infatigáveis; asseguraram-me que estavam entre os melhores colonos de Santa Leopoldina. Eles se recolheram somente a uma hora da manhã, tão tranqüilos e sérios como quando chegaram, embora o copo de bebida houvesse circulado a valer entre eles.

Na manhã seguinte, saímos da casa de Simmer e pegamos um caminho ruim até às colônias junto ao ribeirão Bragança, localizadas relativamente no centro dos assentamentos. Em toda parte tínhamos a mesma paisagem e a mesma imagem social, com cores ora mais, ora menos vivas. Conversei demoradamente com várias pessoas, entre elas, alguns colonos tiroleses. Estavam entre os recém-chegados e mostraram-se ainda relativamente satisfeitos. Eram em sua maioria pessoas robustas e habituadas ao trabalho, e para elas a derrubada da floresta não exigia tanto esforço. Eram acostumadas com o trabalho na mata, com a região montanhosa e com o solo ruim em função de seu país de origem. Ansiavam muito por possuir gado e pretendiam fazer principalmente pastos artificiais. Mas também entre elas não faltavam algumas vozes de coruja grasnando desgraças.

Achei quase todas as estradas, que cortavam a colônia, muito ruins e irracionais, em sua maioria construídas seguindo a linha mais curta, excessivamente íngremes, subindo e descendo montanhas. As despesas para se fazer a estrada nova, que vai do centro ao Porto da Cachoeira, foram muito altas, mas ela não passa de uma prova brilhante dos conhecimentos técnicos do construtor. Encontramos os vários trechos, já terminados e entregues ao tráfego, quase inteiramente intransitáveis. No Brasil acredita-se geralmente ter construído uma estrada quando se derruba a floresta em determinada direção e raspa-se a terra na largura de algumas braças.

Do que se disse até agora deduz-se que não é possível prognosticar nenhum futuro dourado para a Colônia de Santa Leopoldina. O Governo, embora informado por diversas fontes e com a mais absoluta clareza a respeito de seu equívoco quanto à escolha do território da colônia, ao invés de reduzi-la aos poucos até dissolvê-la, continuou ordenando de maneira incompreensível a demarcação de novos lotes, e muitas vezes enviou novos colonos à força para Santa Leopoldina. Uma atitude verdadeiramente absurda!

Muitos colonos tinham na Europa meios suficientes para viver, ao menos não passavam fome nem sofriam das doenças advindas dela. Abando-

naram o seu país para melhorar sua situação e criar para si e para os filhos um futuro mais promissor. Muitos deles trouxeram dinheiro vivo para o Brasil. Em Santa Leopoldina, todas as suas esperanças foram frustradas da maneira mais amarga possível. Ali encontraram a miséria como jamais haviam conhecido em sua terra natal, e tiveram de sacrificar até o último centavo economizado para prolongar sua existência. Esta é uma base ruim para uma colônia que se pretende próspera. O primeiro equívoco custou ao Governo quantias elevadas e a persistência irresponsável com que ele continuou a aumentar a colônia exigiu sacrifícios ainda maiores. O Governo, porém, não pode e não irá investir durante mais alguns anos grandes somas neste empreendimento desconsolador que ele poderia utilizar de outra forma e de maneira muitíssimo mais racional, e será por fim obrigado a abandonar a colônia ao seu próprio destino antes que esta tenha se tornado viável. A maldição e as imprecações das vítimas premeditadamente enganadas serão a recompensa da ação criminosa e leviana dos órgãos governamentais.

Depois de retornar ao Rio de Janeiro expliquei pormenorizadamente numa nota ao ministro do Exterior a triste situação da Colônia de Santa Leopoldina. Seguindo os trâmites diplomáticos, ele a transmitiu ao ministro do Interior, responsável na época pelas questões relativas às colônias. O ministro, João Almeida Pereira Filho, no entanto, nem se deu ao trabalho de transmiti-la à Repartição Geral das Terras Públicas, tão grande era o interesse dele numa das questões mais importantes de seu departamento! Somente com o seu sucessor capaz e ativo é que se tomaram medidas para ao menos satisfazer uma parte de minhas exigências no interesse dos colonos de Santa Leopoldina. Felizmente, o presidente da Província, sem autorização especial por parte do ministro, já havia tomado a iniciativa no tocante a muitas medidas importantes e benéficas.

Não posso deixar de mencionar aqui ainda uma circunstância característica. No relatório de prestação de contas que o ministro do interior (ainda o sr. João Almeida Pereira Filho) apresentou em 1860 ao parlamento, a Colônia de Santa Leopoldina foi mencionada de maneira elogiosa, o solo foi descrito como fértil, os colonos estariam satisfeitos e seu trabalho estava prosperando muito! No relatório está escrito que “o andamento da colônia é regular e promete lisonjeiro futuro” e acrescentam ainda explicitamente que a colônia num futuro não muito distante retribuirá o sacrifício que o Governo fez por ela.

Não sei se foi a estupidez, a leviandade ou a iniquidade que forneceu à Repartição Geral das Terras Públicas o material para um relatório desses, ou se – o que me parece mais verdadeiro – o ministério, informado do verdadeiro estado das coisas, tinha certos motivos para dirigir-se à câmara com relatórios totalmente deturpados. Aliás, na sessão seguinte da câmara dos deputados, um de seus membros descobriu a verdade nua e crua e censurou com veemência o procedimento do Governo – mas ficou tudo mais ou menos como antes.

Na noite anterior à minha partida ocorreu ainda uma cena bastante atípica. Fiquei sabendo que uma menina de doze anos, órfã de um colono suíço, encontrava-se na casa de um padeiro italiano muito mal afamado em Porto da Cachoeira e estava sendo realmente arruinada por este indivíduo. Mandeí chamar a menina e, numa rápida conversa, ela me fez revelações tão terríveis que me vi forçado a buscar soluções rápidas. Por isso solicitei ao subdelegado intimar o italiano e comunicar-lhe que ele tinha de entregar-me a menina sem demora. O italiano recusou-se fazê-lo proferindo os mais violentos insultos de maneira tão agressiva que o subdelegado viu-se obrigado a mandar um soldado buscar a criança e entregá-la a mim. Algumas horas depois, o italiano apareceu na minha frente, desculpou-se pelos excessos contra a autoridade alegando que estava embriagado, e pediu-me para devolver-lhe a menina, o que eu naturalmente recusei com veemência. A mãe da criança morrera numa colônia de parceria na Província de São Paulo, e o pai em Santa Leopoldina. A órfã estava completamente sozinha, uma vez que nenhuma família a adotara, já que todos tinham de lutar por sua própria subsistência. Levamos a menina para Vitória onde a família de um funcionário público superior abrigou-a por algumas semanas até surgir a oportunidade de trazê-la ao Rio de Janeiro e acomodá-la ali de maneira apropriada.

Ao chegarmos em Porto da Cachoeira encarreguei o vendeiro de cuidar o melhor possível dos nossos cinco negros da canoa e não deixar-lhes faltar nada. Os rapazes usaram, honestamente, esta oportunidade rara para durante alguns dias regalaram-se a valer. Como resultado, na manhã de nossa partida dois deles estavam sofrendo de uma forte indigestão e não conseguiam trabalhar. Por minha conta, o vendeiro deu-lhes todos os gêneros alimentícios que eles haviam exigido. Como a viagem de volta foi feita rio abaixo, nós pudemos ao menos prescindir do trabalho dos dois negros doentes, mas achei muitíssimo desagradável devolvê-los ao seu senhor num estado daque-

les. Cada um dos rapazes valia mais de 200 táleres e o proprietário deles pôde repreender-me com fundamento já que eles haviam adoecido por minha culpa, pois eu deveria ter-lhes dado a comida habitual de negros nas porções comuns. Como ao chegarmos em Porto da Cachoeira confiei os escravos ao vendeiro brasileiro que era bem mais experiente que eu no trato com eles, não me preocupei mais. Jamais teria me dado conta de que ele os alimentaria daquela forma, apenas para receber de mim bem mais pelos gêneros alimentícios.

Às quatro e trinta da manhã saímos de Porto da Cachoeira e depois de uma viagem agradável de oito horas chegamos a Vitória. Os cavalos ainda não haviam chegado de Itapemirim e vimo-nos obrigados a passar mais um longo dia na capital da Província.

No dia 10 de novembro, às sete horas da manhã, o presidente trouxe-nos em seu bote ao continente, um pouco a oeste de Vila Velha onde os animais que haviam chegado na noite anterior encontravam-se no pasto. O barão de Itapemirim tinha enviado nove cavalos e mulas com dois de seus escravos. Até apanharmos e selarmos os animais e arrumarmos a carga, muitas horas se passaram. Finalmente, às onze horas, partimos depois de nos despedirmos cordialmente de nosso amável e excelente anfitrião, e aproximadamente a uma hora chegamos à barra do rio Jucu. Lá, os animais foram descarregados e levados para atravessar o rio; entramos com as selas e a bagagem numa canoa e dirigimo-nos para a margem oposta, mas tivemos de esperar quase uma hora por uma mula que havia fugido com a sua carga. O diminuto lugarejo chamado *Jucu*, não muito longe da barra, consiste de um pequeno número de casebres espalhados, em sua maioria miseráveis; apenas a venda tem uma construção um pouco mais confortável e melhor. Antes, uma ponte comprida atravessava o rio. O príncipe Maximiliano de Neuwied passou por ela em 1815 e achou-a prestes a ruir. Provavelmente, mais tarde, consertaram-na algumas vezes e por fim deixaram-na desabar inteiramente, embora haja nas proximidades grande abundância de madeira excelente para a construção de pontes.

No século anterior, os jesuítas mandaram cavar um canal de oito léguas de comprimento do rio Jucu até a baía do Espírito Santo e utilizaram-no com vantagens para o transporte de mercadorias. Não sei se ele teve o mesmo destino da ponte ou se é navegável até hoje.

Enquanto a carga seguia o seu caminho habitual ao longo do litoral, fiz

uma longa volta em direção ao interior e encontrei muitas pequenas propriedades com campos escassamente cultivados, todos com a marca da pobreza. A região é acidentada, nas partes planas vêem-se pântanos, canaviais e arbustos, as encostas estão cobertas pela floresta. Ao cair da noite juntei-me novamente à carga na venda do pequeno lugarejo chamado *Ponta da Fruta*. Ao partirmos de Vitória esperávamos chegar a Guarapari no mesmo dia; contudo, vários atrasos inesperados não permitiram. Instalamo-nos o melhor possível na venda, num dos melhores casebres da aldeia de pescadores que era bastante pobre. Todo o estoque de gêneros alimentícios da venda consiste de seis unidades de roscas duras como pedras e 250 gramas de toucinho bichado e rançoso, que não seria comido nem pelos negros. Felizmente tínhamos comprado e mandado abater em Jucu uma cabra nova, enquanto esperávamos a mula que havia fugido, prevendo que não alcançaríamos o destino da viagem pré-estabelecido. A cabra foi então cortada em pedaços pelos camaradas, colocada no fogo numa panela com água turva e acabou fornecendo-nos um jantar tragável, do qual participou, com um apetite irresistível, toda a família do vendeiro para quem carne fresca era a maior raridade.

Somente na manhã seguinte, por volta das oito horas, é que pudemos prosseguir a viagem, pois que a carga excessiva de algumas mulas causou uma certa dificuldade. O caminho para o sul passa, em parte, pelo mato e mata de corte com taquara e ubá, e em parte junto à praia sobre a areia fina. Onde ela é banhada pelas ondas, forma um chão tão duro que os cascos mal deixavam impressões visíveis, enquanto bem ao lado, na areia seca, os animais afundavam e só se movimentavam com muito esforço. Atravessamos os dois ribeirões – rio Una e rio Pero Cão – este último é o mais importante e nasce da serra do mesmo nome. Passamos por uma ponte e chegamos por volta do meio-dia na vila Guarapari.

Um dia antes de nossa partida de Vitória, o presidente teve a consideração de enviar um ordenança a Itapemirim levando por escrito uma ordem a todas as repartições existentes no caminho para que nos concedessem toda ajuda e facilidades possíveis. No momento em que chegamos em Guarapari, o magistrado estava reunido a fim de se informar sobre a maneira como deveria nos receber. Nossa chegada encurtou a reunião; imediatamente nos designaram a edificação da câmara municipal como alojamento para descanso enquanto era preparado o almoço para nós numa moradia privada. Até

que ele estivesse pronto, tivemos tempo suficiente para observar a vila mais detalhadamente.

Guarapari, nome formado a partir das palavras indígenas *guara* (garça) e *pari* (armadilha), fica numa sinuosidade estreita que o mar faz de maneira bastante profunda no continente, geralmente – mas erroneamente – chamada de rio de Guarapari. O verdadeiro ribeirão Guarapari deságua aproximadamente uma légua em direção a oeste nesta baía em forma de saca. Na margem norte do braço vêem-se algumas cabanas de pescador e na margem sul fica a vila. A ligação entre ambas as margens é feita através de canoas, e os animais precisam atravessar nadando um longo trecho.

Guarapari foi fundada em 1585 pelo jesuíta José de Anchieta, já mencionado várias vezes, que ali construiu uma capela consagrada a Santo Antônio, juntou os indígenas dos arredores formando uma aldeia e instruiu-os na prática da lavoura. Mais tarde, algumas famílias portuguesas também se instalaram ali. Em 1687, o coronel Francisco Gil de Araújo, que se tornou donatário da Capitania do Espírito Santo através da compra, mandou erguer uma igreja consagrada a Maria da Conceição e no dia primeiro de março de 1689 fez do lugarejo uma vila com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari. Em 1785, o arcediogo Sequeira Quintal recebeu a permissão para construir uma nova igreja. Entretanto, apenas o muro de delimitação foi terminado e ainda hoje é o principal ornamento desta vila encantadora, como ruínas pitorescamente localizadas numa colina. Provavelmente, a construção da igreja não se concretizou em virtude do triste destino do diácono. Nas proximidades de Guarapari existem dois canaviais, Campo e Engenho Velho, que juntos possuem aproximadamente 600 escravos. Quando o proprietário deles morreu sem deixar herdeiros no próprio lugar, começaram entre os negros tumultos e insubordinações. Sequeira Quintal relatou aos parentes do falecido em Portugal sobre a sua morte e sobre os acontecimentos na fazenda, propondo repor a situação nos seus verdadeiros trilhos e assumir a direção dos bens, caso eles quisessem aceitá-lo como co-proprietário. Eles concordaram e Quintal em conformidade com seus direitos tentou restabelecer a ordem, mas o espírito revolucionário dos negros já havia criado raízes profundas. Numa visita à fazenda Campo, os líderes da rebelião assassinaram o arcediogo em sua cama e declararam as plantações propriedade deles. O Governo chegou a enviar uma companhia de soldados para combatê-los, mas foi em vão. Contudo, como os escravos não cometeram mais excessos

e continuaram tranqüilamente o trabalho da lavoura na fazenda, ou ficavam procurando bálsamo peruano nas florestas próximas, o Governo não deu mais continuidade à questão e os revoltosos permaneceram incólumes em seus direitos obtidos à força. José Marcelino Pereira de Vasconcelos afirmou em sua pequena obra sobre a Província do Espírito Santo⁷ que as duas fazendas na realidade pertenciam ao arcediago e que, depois de sua morte natural, seus herdeiros ou o fisco deu as plantações de presente aos escravos.

Guarapari possui algumas casas boas, geralmente térreas e construídas de maneira simples. A construção das melhores custa entre 700 a 900 mil réis, segundo me informou um dos vereadores. De acordo com a mesma autoridade, a vila deve ter de 1.000 a 1.200 habitantes. Em 1818, o distrito inteiro de Guarapari possuía 2.721 moradores. Em 1853 contava com 3.342 com 496 fogos. Em 38 anos, portanto, o crescimento populacional foi de 661 indivíduos! A causa desta relação tão extremamente desfavorável poderia ser encontrada sobretudo no clima insalubre dos arredores da vila, onde a água salobre forma pântanos com miasmas, mas também na apatia e na indolência dos habitantes. É fato inegável que o aumento, no caso de uma população industriosa e ativa, sempre ocorre em proporções bem maiores, do que no caso de pessoas preguiçosas e desleixadas, ainda que as condições do solo sejam as mesmas.

Nos arredores da vila faz-se algum trabalho na lavoura. Com a população crescendo, ela poderia tomar grandes dimensões ampliando-se para oeste, pois o solo deve ser muito fértil. Para isso, precisa-se, contudo, de um tipo de gente mais empreendedora do que os *guaraparyanos* que se ocupam principalmente com a pesca e a ociosidade.

A vila possui um porto seguro protegido dos ventos fortes pelas pequenas ilhas Rasa, Guarapari e Escalvada, mas é freqüentado quase exclusivamente por pequenas embarcações costeiras. Elas se ajustam perfeitamente para intermediar o comércio entre a vila e a capital ou com os portos restantes, isto é, para trazer manufaturas européias, carne seca, um pouco de farinha e bebidas alcóolicas, e levar os produtos de exportação, tais como um pouco de açúcar e café, um pouco de peixe seco e alguns produtos da floresta. Naturalmente, uma faixa litorânea tão estreita e mal cultivada, e uma população tão pobre e tão indolente não pode desenvolver nenhum comércio expressivo. Para a vila será importante se algum dia abrirem uma boa estrada até a Colônia de Santa Isabel distante três a quatro léguas, já que o caminho

de exportação natural da colônia seria para cá e não para Vitória.

A Câmara Municipal mandou nos preparar um almoço abundante. Durante e depois da refeição, os vereadores nos visitaram e não economizaram elogios à sua vila. Eles destacaram especialmente a indústria de suas mulheres que consiste na manufatura de rendas finas e de bom gosto, ótimas para guarnecer toalhas de mesa e de mão, roupas de baixo femininas, etc. Trouxeram-nos de amostra uma grande quantidade destes trabalhos, dos quais vários davam realmente provas de uma paciência gigantesca, e não pudemos deixar de comprar alguns deles para ao menos indiretamente mostrarmos reconhecimento pela hospitalidade demonstrada.

Embora já fosse bastante tarde quando nossos animais reapareceram diante da porta carregados e selados, tínhamos esperança de chegar à vila Benevente ainda na mesma noite. O caminho conduziu-nos primeiramente por alguns promontórios rochosos e depois mantivemo-nos sempre ao longo da praia, em parte na areia, em parte no mato, no qual se via com muita frequência a palmeira airi. Aproximadamente uma légua atrás de Guarapari cruzamos a povoação de *Miabybé* [Meaipe], um vilarejo de pescadores habitado por mestiços e índios.

Ao cair da noite, um dos companheiros de viagem sentiu-se mal e um dos cavalos estava tão cansado que mal conseguia se arrastar para a frente. Chegamos com esforço, mais tateando que vendo, num vilarejo de pescadores chamado *Orobu* (também chamado *Obu* ou apenas *Bu*), uma légua distante de Guarapari, onde em vão batemos em muitos casebres pedindo hospedagem. Seja por indolência, seja por temor, não recebemos nenhuma resposta; em toda parte fez-se um silêncio mortal. Já decididos a continuar a viagem, mesmo com os animais completamente esgotados e apesar da escuridão e da chuva fina penetrante, percebi um pouco lateralmente um fraco brilho de luz e cavalguei até lá. Encontrei um velho caboclo em seu casebre, agachado diante do fogo e mexendo no material de pesca. Sem pestanejar, ele consentiu em nos hospedar, e logo já estávamos instalados naquele aposento bastante espaçoso sobre a terra molhada; é que nossa companheira úmida havia penetrado abundantemente em diversos pontos pelo teto cheio de vãos.

A boa vontade de nosso anfitrião em conseguir também algo para jantar foi maior que o sucesso com o qual seus esforços foram coroados. Depois de ter procurado comida em todos os casebres da povoação, nos quais

pressupunha existir algum, sua esposa finalmente retornou trazendo oito ovos, que cozidos em cinza quente nos proporcionaram uma refeição muito simples, mas satisfatória, já que em Guarapari tínhamos sido tão bem servidos. Aos nossos camaradas coube um prato de peixe extremamente salgado, enquanto nossos pobres animais puderam descansar num local cercado, mas infelizmente tiveram de passar fome, pois era realmente impossível arranjar qualquer tipo de alimento para eles.

Antes do dia amanhecer preparamo-nos para prosseguir viagem, e às oito horas chegamos à Vila Nova de Benevente, distante apenas duas léguas, onde o juiz municipal nos aguardava com um café da manhã primoroso.

Tal como Guarapari, Benevente também deve a sua origem ao jesuíta José de Anchieta e era, a princípio, tal como a outra, uma aldeia indígena. Por volta de 1567, Anchieta mandou construir uma igreja numa colina maravilhosamente localizada às margens do rio Iritiba (ou Reritiba). Consagrou-a à Nossa Senhora da Assunção e sempre nutriu uma veneração especial por ela; ele procurou unir as tribos indígenas dos arredores instalando-as às margens do rio. Seus esforços tiveram um brilhante resultado, pois ele conseguiu em poucos anos juntar a sua volta alguns milhares de índios. Segundo dados de antigos cronistas, a aldeia e seus arredores mais próximos deviam ter no final do século XVI perto de 6.000 habitantes indígenas. Na colina, ao lado da igreja, Anchieta ergueu um convento para missionários encerrando ali, dia 9 de julho de 1593, a sua carreira movimentada, abençoada e muito admirada.⁸ Mais de 300 índios acompanharam o seu corpo até Vitória distante dali 15 léguas, onde ele foi sepultado primeiramente na capela de São Tiago na igreja dos jesuítas, sendo mais tarde trasladado para a Bahia e enterrado ali no colégio jesuíta. O espírito de Anchieta não sobreviveu em seus sucessores, pois estes não foram capazes de prosseguir a obra iniciada. Começaram então a explorar os índios para obter vantagens próprias, e o mesmo aconteceu por parte das repartições profanas. A opressão foi crescendo de tal modo que a maioria dos índios se retirou novamente para as florestas. No lugar deles, foram assentadas algumas famílias portuguesas, surgindo assim uma população misturada que nunca mais elevou-se a um número expressivo e no século passado ainda foi várias vezes ameaçada pelos ataques de índios selvagens, provavelmente descendentes dos habitantes da aldeia convertidos, mas que depois fugiram.

Em 1761, a aldeia Reritiba foi elevada à vila e ganhou o nome de Vila

Nova de Nossa Senhora da Assumpção de Benevente. A partir de então, o rio em sua foz também recebeu o nome de rio Benevente, mas manteve ainda em seu curso acima a denominação indígena Reritiba ou Iritiba. Ele é navegável para canoas oito léguas adentro. A vila fica em sua margem norte. A igreja com o antigo convento contíguo na colina, em cujo pé estende-se a vila, ainda que em dimensões modestas, causa uma impressão bastante aprazível. Muitas das moradias parecem bem asseadas e confortáveis. Depois da expulsão dos jesuítas, o convento foi considerado propriedade do Estado e confiscado, tornando-se em parte residência paroquial, em parte edifício municipal. Nos arredores existem muitas fazendas nas quais os trabalhos agrícolas não são insignificantes. À oeste, dizem que o solo tem em média grande fertilidade.

Benevente tem mais ou menos o mesmo número de habitantes de Guarapari, mas predomina ali uma vida bem mais ativa. O comércio é mais expressivo e a população mais abastada. Se o rico interior for com o tempo mais cultivado, Benevente passará provavelmente por uma melhora significativa. O porto é protegido e seguro; sua barra é de fato estreita, mas profunda o suficiente para navios de alguns milhares de toneladas de carga. Em Benevente há até mesmo um estaleiro no qual se constróem barcos costeiros muito sólidos. As florestas da redondeza são ricas em excelente madeira para a construção de navios.

Em 1818, o distrito de Benevente tinha 2.017 moradores; em 1856, possuía, 4.157 (entre eles 545 escravos), assim o aumento populacional foi maior que no distrito de Guarapari.⁹

Depois de nossos animais terem sido compensados do jejum noturno com uma alimentação matinal nutritiva e substancial, permitimos que nadassem no rio na margem sul e fomos seguindo-os de perto com as canoas. Subindo e descendo montanhas, quase sempre cavalgando pela rala mata costeira, chegamos depois de duas horas ao rio Piúma, que os cavalos novamente tiveram de atravessar nadando, enquanto seguíamos de canoas com a carga. Antigamente havia ali uma ponte. O rio citado está entre os rios que têm a chamada água escura. O vilarejo de Piúma fica à margem esquerda e também era antigamente uma aldeia indígena (da tribo dos Puris). Recentemente também outras famílias se instalaram ali e o local tem agora algumas moradias bastante grandes e boas. Exporta um pouco de café, farinha e algodão das fazendas da redondeza, mas preferencialmente fornece ao Rio

de Janeiro uma excelente madeira de construção.

Piúma faz parte do distrito de Benevente, mas possui uma subdelegacia de polícia própria, e em 1856 tinha 1.127 habitantes, entre eles, 133 escravos.

A travessia dos rios é muito fatigante, sobretudo quando se viaja com muitos animais, e acarreta muita perda de tempo, uma vez que os animais precisam ser desselados e a carga novamente recolocada na margem oposta. Para os animais também a travessia a nado de rios largos é extremamente cansativa, e seguramente uma marcha de duas horas a passos constantes seria menos fatigante para eles. Geralmente, cada animal é seguro pela rédea ou pelo cabresto por uma pessoa sentada no bote e desse modo vai sendo guiado em seu nado. Mas se há muitos animais juntos, mantêm-se, via de regra, apenas alguns no cabresto, enquanto o restante segue-os livremente na água e vão se mantendo juntos pelas pessoas numa canoa atrás deles por meio de gritos e ameaças com varas. Neste caso, ocorre com freqüência que ao chegar à margem oposta, um ou outro animal da tropa, fazendo uso de sua liberdade, simplesmente não se deixa mais apanhar e por vezes zomba de nossos camaradas durante horas. Caso eles sejam obrigados a montar outros animais para perseguir o fugitivo e laçá-lo, eles os cansam demais e corre-se o perigo de vê-los fracassarem em seu serviço no restante da viagem. Além disso, colocar a carga nos animais molhados usando os arreios úmidos de suor causa quase sempre ferimentos no lombo, sobretudo nas mulas.

Um pouco ao sul de Piúma, eleva-se uma montanha isolada, relativamente alta com encostas rochosas íngremes, o morro do H (agá), um ponto importante para a orientação de barcos costeiros. Um pouco ao sul dele, a pouca distância da costa, vê-se a ilha Francesa.

Nosso caminho levou-nos cada vez mais longe da praia já que nosso próximo destino era a fazenda do barão de Itapemirim localizada à beira do rio Muqui. Cavalgamos durante quatro horas através de florestas, estepes e areais. Os animais já estavam esgotados e evidentemente apenas a percepção de que a cada passo eles iam se aproximando mais do pasto nativo é que lhes dava força para continuar arrastando a sua carga. Já estava escuro quando chegamos à margem norte do rio Itapemirim. Ali tivemos que descarregar tudo mais uma vez e proceder à travessia do rio como de costume. Uma hora depois chegamos à fazenda Santo Antonio do Muqui, onde um senhor idoso, dono da casa, rodeado de inúmeras pessoas, nos recebeu num salão elegantemente iluminado.

Sentimo-nos todos muito alegres quando finalmente pudemos nos recolher nos aposentos para nós preparados, pois depois de uma longa e fatigante cavalgada e usando ainda a roupa de viagem empoeirada tem-se pouca disposição para satisfazer a curiosidade insaciável de um tal grupo de pessoas.

A fazenda Santo Antonio fica entre o rio Muqui e o rio Itaperimim, não muito longe do ponto onde ambos se unem. O primeiro é de fato menor, mas pode ser navegado com canoas oito léguas montanha acima. A residência da fazenda, semelhante a um palácio, construída num morro causa uma impressão imponente. Raras vezes vi no Brasil fazendas num estilo tão grandioso e, ao mesmo tempo, com tanto bom gosto. A parte interna, porém, não corresponde à parte externa tão imponente. Sente-se falta da praticidade da divisão interna, da comodidade e principalmente do asseio de moradias européias semelhantes. A capela consagrada ao padroeiro da fazenda está abarrotada de lantejoulas, de acordo com os costumes locais.

O produto principal da fazenda é o açúcar. Os campos são na maioria planos e podem ser lavrados com o arado, mas já estão bastante exauridos. O proprietário reclamou (algo facilmente compreensível) da constante diminuição da produção. Em 1860, ele tinha produzido 80 caixas de açúcar de 50 arrobas, nem a metade do que produzia nos primeiros anos da existência da plantação. Contudo, a colheita deste ano foi apenas mediana. O contingente de escravos perfazia 120 negros para a lavoura, um número considerável para o serviço doméstico e os ofícios manuais, sobretudo carpinteiros e pedreiros. Durante a epidemia de cólera de 1856, o proprietário perdeu em poucas semanas 43 escravos, quase um terço do total. Ele calculou o seu prejuízo direto em aproximadamente 72.000 táleres.

O barão de Itaperimim, Joaquim Marcelino da Silva Lima, tal como muitos fazendeiros brasileiros ricos, tinha começado a sua carreira com pouquíssimo capital e havia conseguido aos poucos ser dono de uma fortuna bastante significativa e, conseqüentemente, de uma grande influência política, sem muitos escrúpulos na escolha dos meios e caminhos. Entre 1834 e 1858, ele ocupou oito vezes o cargo de vice-presidente da Província. As duas grandes esferas políticas – os conservadores e os liberais – sempre se enfrentaram na Província do Espírito Santo de maneira extremamente exasperada, principalmente na região sul, nos distritos de Benevente e Itapemirim. À frente de um dos partidos estava o barão de Itapemirim, e do outro a família

Bittencourt, cuja propriedade chamada Coração d'Onça possuía também a sua residência numa colina, à margem norte do rio Itapemirim, e estava localizada obliquamente defronte à fazenda Santo Antonio. A vizinhança direta dos dois dirigentes de partido, que podiam encarar-se mutuamente pela janela, deu motivo a constantes atritos degenerando-se por fim num ódio mortal. Em 1860, quando o imperador visitou Itapemirim, tanto a família Silva Lima quanto a família Bittencourt fizeram esforços indescritíveis para hospedá-lo e assim mostrar à Província que gozava mais que a outra das graças do imperador. Cada uma gastou rios de dinheiro para preparar uma recepção digna ao soberano hóspede; o monarca, porém, bem informado acerca das circunstâncias locais, não aceitou a hospitalidade nem de um nem do outro.

O barão de Itapemirim era muito estimado por seu partido, mas também mais odiado que temido por seu adversários. Neste aspecto, por várias vezes tive a oportunidade de ouvir falarem mal dele, e de acordo com estes comentários eu deveria imaginá-lo como um verdadeiro monstro. Pessoas imparciais enalteciam a sua generosidade, sua benevolência, sua amizade e dedicação por seus colegas de partido e sua ilimitada hospitalidade. Quando o conheci, ele era um octogenário robusto com uma fisionomia inteligente e um humor excelente, mas que muitas vezes acabava num sarcasmo mordaz. Poucos meses depois morreu de um ataque apoplético.

Eu precisava acertar uns negócios com as repartições públicas de Itapemirim e por isso cavalguei acompanhado por um grande grupo até à vila distante uma légua da fazenda. Não posso deixar de mencionar aqui a causa desta visita uma vez que esta pequena história caracteriza de maneira muito curiosa, mas também muito verdadeira, as relações sociais no Brasil.

Há muitos anos, um suíço chamado M. possuía rio acima, a várias léguas de Itapemirim, uma fazenda com muitas cabeças de gado e os escravos de que necessitava. Sua família vivia na suíça francesa e ele, em suas terras, que administrava com sorte e habilidade. Num ataque de loucura silenciosa ele abandonou sua fazenda sem dizer a ninguém o que estava se passando e como estava se sentindo. Dirigiu-se ao Rio de Janeiro e embarcou num navio para a Europa. Estranhamente, nada perceberam em seu comportamento, nem na capital, nem a princípio em sua família, embora todos notassem algo de esquisito em suas conversas e atitudes. Depois de alguns meses, a doença piorou. Os delírios começaram e os seus parentes viram-se obrigados a interná-lo num sanatório. Imediatamente tomaram as providências necessárias para

liquidar os seus bens no Brasil. Aqui, por sua vez, foram tomadas medidas semelhantes com o mesmo objetivo. Alguns meses depois da partida de M., as repartições públicas deram-no como desaparecido e, sem qualquer comunicado ao Consulado no Rio de Janeiro, começaram a dispor de seus bens. Com o título de administrador da fazenda, um curador passou para sua própria fazenda os escravos, o gado e tudo o que puderam levar, abandonando ao seu destino a casa junto com as terras. Os vizinhos de M., então, passaram a usá-las totalmente à vontade, muitas famílias brasileiras pobres nelas se instalaram e tomaram posse das partes que lhes aprouveram. Em resumo: depois de alguns anos, mais da metade da propriedade de M. estava em mãos alheias sem que houvesse por parte das repartições públicas a menor objeção.

Quando a doença de M. foi considerada incurável, a sua esposa enviou seu filho mais velho ao Brasil para que ele assumisse a propriedade do pai. Alguns dias após a sua chegada ao Rio de Janeiro, ele foi vitimado pela febre amarela. A questão foi parar então nas mãos do consulado suíço. Em virtude de muitas reclamações, o curador pagou o valor arbitrariamente estabelecido por ele, referente a alguns escravos, com o dinheiro do caixa da Província. Segundo suas declarações, os escravos restantes haviam morrido e o gado teria acabado! Durante oito anos, o consulado empenhou-se em vão para receber do Ministério da Fazenda o dinheiro depositado, e somente com minha intervenção pessoal foi possível pagar esta quantia à família. Faltou apenas avaliar os bens imóveis do sr. M. Sem um processo longo, incerto e muito dispendioso, teria sido impossível uma restituição integral do mesmo, e tratava-se apenas de vender as terras restantes o mais rápido possível já que a propriedade havia diminuído ano após ano. Com este objetivo, tive de munir com plenos poderes uma pessoa respeitável e condizente, o que foi feito em Itapemirim seguindo todas as formalidades.

As repartições públicas da vila mostraram-se extremamente prestativas e prometeram todo o apoio possível numa eventual venda. Se elas cumpriram a sua promessa, eu não sei. O juiz municipal contou-me que um escravo velho do sr. M. passou o resto de sua vida miserável mendigando. O curador roubou os negros fortes e abandonou ao seu próprio destino e entregues à fome os inaptos para o trabalho. Chamando-me de lado comunicou também que um jovem mulato havia chegado ao local. Era um filho de M. com uma de suas escravas; *ele não possuía carta de alforria e por isso teria de ser*

considerado um escravo; caso eu quisesse, ele mandaria prendê-lo e trazê-lo até mim; eu poderia então vendê-lo no interesse da família. A princípio, pensei em aceitar a primeira parte desta proposta e levar o jovem para o Rio de Janeiro para ali interceder por ele da maneira mais humana possível, pois eu temia que um fazendeiro violento qualquer mandasse prendê-lo a qualquer momento e escondê-lo entre os escravos. Várias vezes, já haviam-me relatado exemplos semelhantes de seqüestros de pessoas. O juiz municipal, porém, achava que neste caso não havia absolutamente nada a temer em relação ao mulato, e que apenas a família de M. ou um procurador expressamente nomeado por ela poderia reconduzi-lo à escravidão. Confiando nesta garantia considerei desnecessário dar qualquer passo mais nesta questão.

A Vila de Itapemirim é, depois de Vitória, a localidade mais significativa de toda a Província. Ela excede, ainda que não em relação às moradias, mas ao número de habitantes, a cidade de São Mateus, no extremo norte do Espírito Santo. Em 1818, o município de Itapemirim tinha 2.025 moradores. Em 1856, havia 8.443 (entre eles 3.445 escravos), e provavelmente a sua população chega hoje a dez ou doze mil habitantes¹⁰, pois como já mencionei houve nos últimos tempos um afluxo bastante considerável de pessoas ligadas ao comércio e à lavoura em direção a este município. O seu solo extraordinariamente fértil e a comunicação relativamente fácil com o porto de Itapemirim prometem-lhe um futuro brilhante. Café, algodão, tabaco, mas sobretudo açúcar e aguardente formam agora os produtos de exportação mais importantes; milho, arroz e farinha de mandioca também estão sendo produzidos em quantidade maior que a necessidade local.

Em 1825 abriram uma estrada de Itapemirim à Província de Minas Gerais, passando primeiramente ao longo do rio Itapemirim e depois pelo Quartel Antigo entrando em direção às fazendas Esteves, Pires e Justino. Ela é usada preferencialmente por mineiros que trazem por ela gado de corte e toucinho para o litoral. Dizem que quase sempre encontra-se em estado extremamente precário, algo facilmente explicável, uma vez que na realidade não passa de uma trilha pouco utilizada e que só poderia ganhar importância para as duas províncias com um aumento significativo da população e a devida ampliação da rodovia.

Os primeiros colonos desta parte da Província não se estabeleceram no litoral, mas na região da nascente do rio Itapemirim e de seus afluentes, sobretudo à beira do rio Castelo que nele deságua vindo do norte. Eram ga-

rimpeiros que acharam um pouco de ouro naquela região, provavelmente vindos da Província de Minas Gerais avançando em direção a leste através da serra de Itapemirim, e instalaram em vários locais pontos de lavagem do ouro. A princípio, o lucro da exploração deu margem a muitas esperanças. As minas de Castelo, localizadas na confluência do rio Castelo com o rio Itapemirim, logo reuniram uma população de garimpeiros, e ali acabou sendo erguida uma igreja (Nossa Senhora da Conceição das Minas de Castelo) e formou-se uma paróquia, da qual fizeram parte mais quatro localidades recém-surgidas (Caxixe, Arraial Velho, Salgado e Ribeirão).

Entretanto, as esperanças de um grande lucro com o ouro mostraram-se ilusórias. O resultado era absolutamente desproporcional aos grandes perigos corridos pelos garimpeiros continuamente ameaçados pelas tribos indígenas vizinhas – os tapuias, os tupis, os macacas, mas sobretudo os botocudos vindos do norte, que ao longo de quatorze anos assassinaram nada menos que 43 colonos portugueses.

Nesta época, dois portugueses – Pedro Bueno e Baltasar Caetano Carneiro – estabeleceram-se à margem sul do rio Itapemirim, meia-légua distante do mar, e ali bem próximo a uma aldeia indígena fizeram uma plantação de cana-de-açúcar e construíram em sua propriedade uma capela. Como os habitantes de Barra do Castelo estavam sendo sempre acossados com violência pelos índios selvagens e o lucro com ouro estava diminuindo cada vez mais, eles resolveram abandonar a sua moradia levando o padroeiro de sua igreja; partiram rio abaixo e se estabeleceram na fazenda mencionada. Ali surgiu o vilarejo de Itapemirim, que em 1771 foi elevado à paróquia e em 1825 à vila, embora na época houvesse apenas 80 a 90 miseráveis habitantes, que se alimentavam da pesca e da escassa lavoura e moravam em casebres cobertos com palha ou folhas de palmeira. Há aproximadamente 15 anos, a vila começou a prosperar um pouco. No lugar dos casebres ruins ergueram-se casas sólidas, em parte bem bonitas. Com o incremento da lavoura e o conseqüente desenvolvimento do comércio, a vila teve um rápido aumento de sua extensão e da população. Sob a direção do capuchinho, fr. Paulo Antonio Casas Novas, construiu-se uma nova igreja mais espaçosa. A nave tem 76 pés de comprimento e 45 pés de largura. Apesar de ter sido inaugurada em setembro de 1855, em 1860 ela ainda não estava totalmente terminada.

No dia 15 de novembro, de madrugada, partimos da fazenda Santo

Antonio para visitar a Colônia de Rio Novo. O pároco de Benevente, Manoel Vicente de Araújo, já há alguns dias hospedado na casa do barão de Itapemirim, acompanhou-nos. Uma cavalgada veloz levou-nos logo à balsa do rio Itapemirim a três léguas de distância, onde atravessamos para a margem norte utilizando canoas em direção à fazenda Limão. Dali há um longo caminho de quatro léguas até Rio Novo. Disseram-nos que este caminho era uma rodovia, e admito que os carros de bois brasileiros de duas rodas podem transitar por ele, mas deve ser um grande tormento para os animais pois há o perigo de quebrar-lhes as pernas, caso a parelha caia nos buracos que há entre as toras atravessadas em certos trechos do caminho; não se trata, portanto, de uma rodovia segundo o conceito de povos civilizados. Depois de meia hora de cavalgada rápida chegamos ao rio Novo que ali é quase imperceptível, pois é muito estreito, embora seja muito fundo. Como as duas margens são pantanosas, também não é possível atravessá-lo obliquamente em linha reta, algo que seria facilmente realizável com a ajuda de algumas remadas. É necessário então seguir suas inúmeras curvas rio acima durante um trecho relativamente longo até chegarmos a um desembarcadouro um pouco íngreme e por causa disso também sólido em sua margem norte. Quinze minutos mais tarde paramos na fazenda Pau d'Alho, dentro da colônia. Tomamos rapidamente um café da manhã e prosseguimos nossa visita ao assentamento.

A colônia fica entre o pequeno rio Itapoama e o rio Novo. Ambos se juntam na fazenda Orobó e correm em direção ao norte formando o rio Piúma que, por sua vez, deságua no mar na cidadezinha portuária do mesmo nome. A fazenda Pau d'Alho fica a quatro ou cinco léguas de Piúma e a sete boas léguas da Vila de Itapemirim. Na realidade, a colônia não foi criada pelo Governo, mas era originalmente uma propriedade privada de um antigo comerciante de escravos português, o Major Caetano Dias da Silva, que com este objetivo inventou uma sociedade anônima colocando-se à frente dos negócios. O Governo cedeu à sociedade uma grande quantidade de terras de rio Novo até quase o rio Benevente, um espaço no qual milhares de famílias de colonos puderam se instalar, todas obtendo lotes maiores que o necessário. Para assegurar o melhor possível suas vantagens pessoais, Caetano Dias fundou na confluência do rio Novo com o rio Pau d'Alho uma fazenda na qual colocou alguns negros para trabalhar. Além disso assentou ali também muitos chineses entregando-lhes pequenos lotes; eles, por sua vez,

tinham a obrigação de trabalhar na fazenda em troca de uma determinada parte da colheita.

Depois de tomar as medidas iniciais com a criação das plantações, o major Caetano imediatamente começou a colonização e mandou recrutar emigrantes na Europa através de agentes. A fim de atraí-los com maior segurança, os agentes distribuíram um folheto elaborado por Dias e impresso no Rio de Janeiro em alemão, francês e português relatando as vantagens de se estabelecer em Rio Novo e naturalmente descrevendo as circunstâncias locais com as cores mais brilhantes possíveis. Entre as condições oferecidas pela sociedade aos colonos apareciam as seguintes:

Cada família, ao chegar ou no menor prazo possível, receberá um pedaço de terra de 40 a 50.000 braças quadradas (1 braça: aproximadamente 7 pés renanos) com o qual permanecerá na condição de propriedade perpétua em troca de uma pequena contribuição.

Nesta concessão de terras para uma família, um trecho de 10 a 20.000 braças quadradas está desmatado, pois sabemos que este trabalho seria muito difícil para o recém-chegado. Cada família encontrará nelas uma moradia confortável ao lado das ferramentas necessárias, bem como também plantações de café, mandioca, batata e banana. Forneceremos às mesmas: cereais, feijão e arroz a fim de dar-lhes condições de poderem esperar pelos frutos de sua primeira colheita. A semeadura ocorre logo que estação do ano permita, e de qualquer modo forneceremos mandioca durante quatro meses.

Forneceremos todas as coisas necessárias até que possam pagar por elas depois da primeira colheita.

Todas as famílias receberão porcos e todas as espécies de aves de criação. Além destas vantagens estarão à disposição dos colonos:

- *As instalações da sociedade para o processamento da cana-de-açúcar;*
- *os moinhos para a moagem do milho, da mandioca e do arroz;*
- *os aparelhos para o beneficiamento do café;*
- *os meios de transporte necessários para levar as colheitas aos portos de exportação;*
- *as serrarias para o beneficiamento da madeira de suas terras;*
- *os aparelhos para a fabricação do óleo de ricino;*
- *a fábrica para preparar a farinha de mandioca;*

- todas as oficinas da sociedade que possam servir-lhes para o tratamento dos produtos.

Além disso prometemo-lhes ainda sacerdotes.

No tocante ao pagamento dos colonos à sociedade de colonização mencionam-se:

Cada família assumirá a quantia referente aos custos empreendidos até a sua chegada, soma que deverá ser paga com juros de 6%, seis meses depois de sua chegada.

Os proprietários estarão sujeitos a uma pequena taxa anual.

Os colonos têm de reembolsar os trabalhos preliminares executados pela sociedade para facilitar a colonização. Este adiantamento será restituído após a colheita seguindo uma proporção moderada estabelecida.

A sociedade não exigirá o pagamento dos gêneros alimentícios fornecidos por ela até a futura colheita; depois dela, o mesmo deverá ser assumido pelas famílias ou pessoas isoladas. Além disso, a sociedade exigirá um terço do açúcar e do aguardente, um décimo do arroz, do milho, da farinha de mandioca e do óleo de rícino, que os colonos fabricarem nas instalações da sociedade, e a metade das madeiras cortadas nas serrarias da sociedade, e os preços normais para todos os tipos de objetos que forem vendidos nas lojas da sociedade, etc.

No final do folheto acrescentam-se os cálculos de um provável rendimento anual de uma família; é algo tão interessante que não posso deixar de reproduzir alguns trechos. Está escrito o seguinte:

Uma família de quatro pessoas pode cultivar nas terras a ela destinadas dois alqueires de milho e colher em média 135 alqueires de um alqueire de sementeira, portanto, 270 alqueires; deste total ela utiliza 70 alqueires para consumo próprio, vende 200 alqueires a 1.600 réis, total: 320.000 réis.

Além disso, ela cultiva três alqueires de feijão; produz 80 alqueires de um alqueire de sementeira recebendo assim 240 alqueires; deste total ela usa por volta de 40 alqueires para consumo próprio, 200 alqueires para venda a 2.000 réis, total: 400.000 réis.

Ela cultiva um alqueire de arroz, colhe 200 alqueires, vende 170 alqueires

a 1.000 réis, total: 170.000 réis.

De 10.000 pés de café, ela colhe 600 arrobas de café, guarda 20 arrobas para si, vende 580 arrobas a 3.000 réis, total: 1.740.000 réis.

Como se pode colher cereais e feijão duas vezes por ano, obtém-se além dos grãos resultantes da sementeira de março também os frutos da sementeira de setembro 320.000 réis.

A segunda colheita de feijão é menor e totaliza 180.000 réis. Total: 3.130.000 réis.

Subtraindo-se daí 530.000 réis para limpar o café e 600.000 réis para todas as despesas restantes, resta ainda um rendimento líquido de 2.000.000 réis (cerca de 1.400 táleres prussianos) para uma família.

Este programa fraudulento condena a si mesmo. O que há de mais inescrupuloso no folheto são as promessas de dar a cada colono 7,5 a 15 hectares de terras aproveitáveis com diversos tipos de sementes e até mesmo plantações de café, além de uma moradia confortável. O que um colono poderia desejar de melhor? Ele não precisaria de dinheiro vivo para se tornar em pouco tempo um homem abastado. A viagem seria paga com um adiantamento. Ao chegar, encontraria casa e comida, uma parte de seus campos cultivados, precisando apenas fazer a colheita. Até lá os gêneros alimentícios seriam fornecidos pela sociedade em quantidades generosas e além disso ele ainda teria a perspectiva de economizar todos os anos uma pequena soma de quase 1.500 táleres em dinheiro vivo. Naturalmente, já no primeiro ano, ele se torna um homem independente e sem dívidas! No programa, obviamente, não aparece o quão elevados são os custos do primeiro ano e os juros inclusos na “pequena taxa anual” dos bens de enfiteuse! Tudo isso não passa de detalhes secundários em comparação com as vantagens gritantes!

Felizmente, este programa não teve grande divulgação, talvez por inaptidão dos agentes, de modo que o número de vítimas atraídas por Caetano Dias não foi muito considerável. Em dezembro de 1856, os primeiros colonos – 12 famílias de suíços – chegaram em Rio Novo. Na realidade, o que eles encontraram de real em todas aquelas promessas? Ao invés das propriedades cultivadas e preparadas para morar, foram-lhes entregues pedaços de floresta virgem, das quais eles próprios tiveram de derrubar os primeiros troncos para construir seus casebres.

Uma proclamação hipócrita aos “prezados filhos da Suíça”, na qual eles

foram em parte adulados, em parte ameaçados, deveria indenizá-los pela fraude grandiosa praticada contra eles! Mais tarde, Caetano Dias desculpou-se por não estar preparado para a chegada dos colonos, mas, seis meses antes, ele havia mandado os agentes colocarem nos jornais de emigrantes que os preparativos necessários para 30 a 40 famílias já estavam terminados. Provavelmente, ele pensou que bastava desocupar um local parecido com um galpão na fazenda Limão à beira do rio Itapemirim, onde os colonos ao chegarem ficariam amontoados até serem transportados para a selva à beira do rio Novo.

Naturalmente, esta amarga decepção causava um grande desânimo nos colonos. Como também nada acontecia por parte da diretoria para reparar a injustiça cometida, tinham de lutar durante mais de um ano com terríveis sofrimentos, gravemente assolados pelo clima pouco saudável às margens do rio Novo. Das 90 pessoas que totalizavam as 12 famílias que chegaram no Brasil, 20 morreram até março de 1860 (entre elas duas fora da colônia), 25 caíram gravemente doentes e apenas 44 estavam saudáveis; uma tinha abandonado a colônia.

Durante esse tempo, a situação da sociedade anônima tomou um rumo muito desfavorável. Por motivos justos, os acionistas negaram-se a efetuar mais pagamentos, e teve início uma escandalosa polêmica pública entre eles e Caetano Dias nos periódicos da capital. Dias vivia constantemente na maior falta de dinheiro. As conseqüências foram mais sofrimentos para os colonos, cujo número aumentara ainda mais com a chegada dos belgas e holandeses enviados pelo Governo.

Caetano Dias tinha assumido a direção geral da colônia e se tornado muito querido junto aos colonos em função de suas maneiras persuasivas. Mas como estava quase sempre no Rio de Janeiro buscando arranjar dinheiro de qualquer maneira, ele nomeou como vice-presidente um de seus filhos, um jovem rude, inculto, devasso e leviano; seus subordinados eram da mesma estirpe. Durante minha permanência em Rio Novo, exerceu as funções de administrador um alemão chamado Broom, a quem uma parte dos colonos tecia os maiores elogios descrevendo-o como um homem benévolo que agia com sinceridade ajudando-os até onde os recursos limitados permitiam. Aliás, parece ter havido logo depois uma grande reviravolta nas opiniões e ele foi acusado das maiores sevícias contra os escravos da fazenda e de ter negligenciado completamente a colônia para se tornar um membro fervoro-

so de um grupo de teatro amador em Itapemirim.

Não pretendo fazer aqui uma descrição detalhada do domínio de Caetano Dias da Silva na colônia durante os anos de 1857 a 1860. Os pobres colonos apresentaram-me muitas petições de várias folhas contendo relatos horripilantes. Para caracterizá-los basta mencionar que formavam uma série ininterrupta de velhacarias, violências, injustiças e mentiras, sendo de certo modo suportável para os colonos apenas durante a administração de Broom.

Caetano Dias cuidava do tratamento médico de uma maneira peculiar. Na realidade, destinou-se um recinto na fazenda Pau d'Alho para servir de hospital, mas faltavam medicamentos e todo o material necessário. Ali e também na colônia, fazia as vezes de médico um rapaz extremamente rude, totalmente inculto e ignorante oriundo das ilhas dos Açores que extorquia dos colonos honorários quase exorbitantes pelos seus chamados serviços médicos. Por isso, a maioria preferia deixar os seus doentes definharem por um longo tempo sem qualquer ajuda.

Jamais fizeram um acerto de contas com os colonos e por isso também ninguém sabia exatamente quanto devia à sociedade, ou melhor, a Caetano Dias. Em geral não tinham acesso à sua caderneta de anotações. Tudo o que era recebido da administração era imputado sem o menor controle. Mesmo que tivessem a intenção de proceder honestamente, sem cobrar preços injustamente elevados e não colocar na conta deles mais do que realmente receberam, este procedimento não passava de um desleixo criminoso e, relacionado às outras atitudes da diretoria, muito apropriado para despertar as maiores desconfianças contra o mesmo. Parece que Caetano Dias também seguia o sistema de manter os colonos totalmente dependentes através de dívidas prendendo-os de certo modo ao seu respectivo pedaço de terra.

Tão mentirosas quanto as promessas mencionadas no programa, foram também aquelas relativas aos cultos religiosos. Os habitantes de Rio Novo careciam de toda assistência espiritual e de ensino escolar, já que também florescia intensamente ali a imoralidade. Em 1861, por meu intermédio, ao menos os protestantes do local receberam um pastor.

A fim de breçar o processo cada vez mais progressivo de desagregação da colônia e livrar-se da opressiva falta de dinheiro, Caetano Dias procurou o apoio do Governo Imperial e conseguiu fechar um contrato com o ministro Sergio, de acordo com o qual ele iria receber do mesmo 60.000 mil réis (cerca de 44.000 táleres) a serem pagos em seis anos, sem juros, e 33.000 mil

réis para melhorias na colônia. Ferraz, presidente e diretor financeiro no ministério que assumiu logo depois, não achou conveniente cumprir o contrato. Por fim, depois de longas negociações, o Governo Imperial resolveu comprar toda a colônia por um valor estimado de 192.000 mil réis. Este foi o único meio de salvar a colônia de sua dissolução e de sua total decadência. Depende agora do Governo Imperial fazer desta colônia uma das mais prósperas de todo império, pois apenas em poucas delas vêem-se tantas condições vantajosas reunidas para um desenvolvimento grandioso.

Como já foi mencionado, a colônia fica entre o rio Itapoama e o rio Novo. Uma série de pequenas colinas a divide em dois vales quase paralelos. O do sul limita com a margem norte do rio Novo; o do norte estende-se ao longo do ribeirão Pau d'Alho que próximo à fazenda une-se ao rio Novo. Seu nome advém do pé de alho (pau d'alho, *sequiera floribunda benth*) que quando é cortado exala um insuportável cheiro de alho e é considerado em todo Brasil um sinal infalível de solo bastante fértil¹¹. Montanhas e vales são cobertos por uma mata exuberante onde se vê grandes quantidades de palissandra e de outras madeiras nobres.

O solo é de uma imensa fertilidade; muito raramente vi no Brasil um melhor. O pé de café cresce visivelmente bem e dá um fruto valioso que distingue-se por um aroma excelente. Cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão, mandioca, batata, ananás, etc. crescem com toda exuberância, e todo trabalho investido na lavoura vale muitíssimo a pena se executado no tempo certo. Um dos colonos que esvaziou o cálice amargo do despotismo de Caetano Dias até o fundo, escreveu-me em 1860 o seguinte: “ Este covil de ladrões de Rio Novo com suas terras maravilhosas poderia se transformar num paraíso terrestre.”

No geral, o clima é saudável e, apenas em alguns trechos, muito prejudicial em função das condições locais. No inverno ele é moderado. Dizem que as noites muitas vezes são até mesmo bastante frescas. No verão é quente e úmido, e não tão insuportável a ponto de importunar demasiado os colonos em seu trabalho na lavoura. Ao longo do rio Novo, obstruído em alguns trechos, com um curso muito indolente e quase totalmente estagnado em alguns pontos, há uma área pantanosa (brejo) cujas exalações são prejudiciais aos moradores. Encontrei pessoas doentes na maioria das famílias residentes neste vale. A maior parte sofre de febre intermitente e úlceras atônicas nos pés que os impede consideravelmente de trabalhar na lavoura e na mata. No

vale do Pau d'Alho, um pouco mais alto, a maioria dos colonos era saudável. Quanto mais distantes ficam os assentamentos do leito do rio Novo, mais saudáveis eles são.

A localização da colônia é extremamente favorável para a exportação de produtos, pois caso cresça um pouco mais, ela pode ligar-se diretamente a três portos marítimos: Itapemirim, Piúma e Guarapari. Nada se opõe à construção de uma boa rodovia partindo da colônia até à fazenda Limão a quatro léguas de distância. Com algum conhecimento técnico e uma soma módica de dinheiro pode-se construir uma estrada muitíssimo boa e sólida. A partir de Limão, o rio Itapemirim é navegável para canoas maiores até a sua foz.

A via natural de ligação da atual colônia com um porto marítimo é o rio Novo. Contudo, aproximadamente duas léguas de Pau d'Alho em direção ao mar, ele estava repleto de plantas aquáticas numa extensão de cerca de 900 braças formando uma cobertura tão espessa que facilmente podíamos caminhar sobre ela. Tivemos de empurrar a canoa para diante sobre esta cobertura de plantas. Além disso, em muitos trechos, havia se tornado intransitável por causa de troncos de árvores caídos, durante minha estada ali. No interesse da colônia, o Governo havia dado a Caetano Dias oito mil réis para a construção de caminhos regulares e a mesma quantia também para tornar o rio Novo navegável. Em 1860, cerca de 300 braças da mencionada cobertura de plantas haviam sido cortadas. Não sei se este trabalho está concluído e se as águas do rio Novo já oferecem um caminho livre.

Como já mencionei, na fazenda Orobó o rio Iconha e o rio Novo se unem com o rio Piúma que é navegável para canoas. A rodovia projetada atravessando o vale do rio Novo deve conduzir a este ponto de confluência. Por isso, a ligação da colônia com o porto de Piúma seria bem simples e curta. Naturalmente com a prosperidade da lavoura nos assentamentos, esta pequena área portuária rapidamente ganharia importância, as embarcações costeiras teriam contatos mais constantes com o Rio de Janeiro e, caso fosse necessário, os pequenos navios a vapor fariam escala tanto em Piúma quanto em Itapemirim.

Ao norte do território, atualmente colonizado em parte, fica um outro, também cedido pelo Governo a Caetano Dias para fins de colonização, mas que com a compra da colônia voltou a pertencer ao mesmo. Além disso, vê-se nesta direção até o rio *Iritiba* uma grande extensão de terras excelentes

pertencentes ao Estado. Se este trecho também for povoado por colonos, pode-se fazer uma fácil ligação com um terceiro porto, o de Benevente.

Visitei primeiramente os colonos do vale do rio Novo. Na ocasião havia aproximadamente 40 famílias assentadas ali. Por razões já mencionadas, o estado de saúde delas não era bom. Desde que se estabeleceram, quase todas tinham perdido um ou mais de seus membros. Muitos dos doentes sofriam de febre intermitente e úlceras crônicas nos pés, como já foi dito. Queixavam-se bem menos de suas doenças que do regime imposto por Silva. Entretanto, referiam-se aos senhores Caetano Dias da Silva (pai e filho) sempre com epítetos lisonjeiros. É bem provável que, com a regularização do rio Novo suas margens deixem ao menos de serem brejos e os moradores ribeirinhos venham a sofrer menos de miasmas prejudiciais.

Tarde da noite voltamos para a fazenda Pau d'Alho onde passamos a noite. Depois de nossos companheiros terem se dirigido aos seus aposentos, meu acompanhante espiritual, o pastor de Benevente, permaneceu mais algumas horas comigo e falou-me com verdade e poesia de sua vida e de outras pessoas, e da situação de sua pátria, em especial das relações sociais nela predominantes. Quando começou a falar dos infames costumes brasileiros de livrar-se de um adversário através do assassinato, ele arrancou suas roupas, mostrou as cicatrizes em seu ombro esquerdo e os chumbinhos perceptíveis ainda sob a pele, uma dádiva – segundo a expressão dele – doada por uma poderosa família de uma das províncias do norte, para a qual ele era um incômodo.

Separamo-nos bem depois da meia-noite. Eu havia enriquecido bastante meus conhecimentos acerca da história dos costumes brasileiros.

Na manhã seguinte, enquanto os cavalos estavam sendo selados, mostraram-me uma criança de quatro ou cinco anos, um bastardo de um chinês com uma negra de Bengala. Nunca havia visto uma fisionomia humana tão parecida com a de um animal como a desta menina morena escura. Um dos colegas contou-me que se visse esta criatura nua na floresta, atiraria sem pestanejar, pois nestas circunstâncias não imaginaria que fosse um ser humano. Sem dúvida, a mistura dessas duas raças não contribui para o aperfeiçoamento da espécie humana. A criança era muito maldosa, pérfida e desobediente, o que bem poderiam significar imperfeições raciais e falhas educacionais.

Parece que os chineses de Rio Novo dão muita atenção a uma mistura racial generalizada. Quando passamos por uma de suas moradias, vi uma

mulher branca com um rebento nos braços cuja face trazia inequivocamente a marca do reino dos céus. Ela contou-me que era belga e há um ano vivia muito feliz com um chinês. O homem prometeu-lhe tornar-se cristão e ela então casou-se com ele. Isto tinha acontecido antes que a colônia tivesse um pároco.

No vale de Pau d'Alho encontrei alguns assentamentos muito bem cultivados. Já no início do vale chamou minha atenção a aseada moradia de um suíço com excelentes cultivos e lindas melhorias a sua volta. Seu proprietário também estava muito satisfeito com o resultado de seu trabalho e queixou-se apenas de que dos três anos em que morava ali tinha sofrido durante 26 meses de febre intermitente (sezão). É preciso destacar que ele nunca tivera um tratamento médico razoável. Mais adiante no vale encontrei uma outra família relativamente feliz. Ela provinha de um difícil vale montanhoso localizado no Cantão de St.Gallen na Suíça e havia enfrentado as carências mais difíceis na mais amarga pobreza. Habituada desde a juventude com o trabalho pesado a família, ao chegar, deu início corajosamente ao penoso trabalho diário em seu lote e, apesar de todos os obstáculos, prosseguiu-o alegre e infatigavelmente. Não foi poupada pelas doenças e logo no primeiro ano perdeu dois filhos. O dono da casa sofria há muito de febre intermitente, mas a situação próspera da colônia e as ricas colheitas compensaram os esforços da junção das forças de todos. No tocante à mandioca, milho, feijão, arroz, batata e banana, a família já tinha mais que suficiente para suas próprias necessidades. A montanha com plantações de café tem 4.500 robustos pés de café dos quais o proprietário pode retirar um rendimento líquido de 400 a 500 táleres, e ainda estão trabalhando intensamente na sua ampliação. Também não falta uma pequena e exuberante área cultivada com cana-de-açúcar. No lado de fora do casebre havia uma prensa de alavanca simples, mas muito engenhosa, com a qual espremiavam diariamente alguns caules de cana-de-açúcar cujo caldo serve para adoçar o café. Num gramado ao lado da casa havia um cercado com 17 porcos; pouco antes, o proprietário tinha vendido alguns bem gordos. Se não acontecer algum infortúnio inesperado, esta família poderá chegar facilmente a um nível de vida seguro. Em todo caso, ela deu provas de que colonos trabalhadores conseguirão bem mais do que precisam num tempo relativamente curto, apesar de muitas circunstâncias desfavoráveis.¹²

Não pude visitar os assentamentos dos colonos belgas e holandeses, já

que não existe sequer um caminho que nos leve até eles a cavalo. Ao retornar para a fazenda Pau d'Alho encontrei ali um grande número destes colonos esperando-me para contar suas reclamações e desejos. As queixas eram quase as mesmas que as dos outros colonos e dirigiam-se sobretudo contra Caetano Dias e seu filho inescrupuloso. Suas maiores queixas estavam relacionadas à brutalidade e à violência deste último, ao abastecimento irregular e deficiente e ao estado deteriorado dos gêneros alimentícios prometidos no contrato, à falta de uma igreja, de escola e de um tratamento médico decente. Todos elogiaram a fertilidade do solo e confessaram que tinham muita esperança no futuro, caso a colônia passasse a ser propriedade do Governo. Eram 176 pessoas saudáveis ao chegarem, porém, mais da metade já havia morrido.

Em nossa cavalgada por ambos os vales tivemos oportunidade de ver crianças de seis a oito anos trabalhando arduamente no campo junto com seus pais, o que causou uma forte impressão em meu acompanhante, o pastor Araújo, levando-o a traçar um paralelo entre esses pequenos trabalhadores e os filhos de escravos no Brasil : “Durante doze a catorze anos, disse ele, deixamos os filhos dos negros crescer na indolência, na estupidez e na brutalidade. Rimos de seus erros, divertimo-nos com suas malvadezas. Permitimos que nos roubem e nos enganem, mas não fazemos o mínimo esforço para contribuir para a sua formação espiritual. Contudo, já grandes, exigimos deles que sejam servidores fiéis e trabalhadores hábeis. Que diferença entre eles e os filhos dos colonos! Com que aplicação estes manejam suas pequenas ferramentas! Vemos neles a alegria com que ajudam seus pais e como estão satisfeitos com seu desempenho. Nunca a diferença entre o trabalho livre e o trabalho escravo tinha ficado tão evidente para mim quanto nesta visita feita à colônia. Que bom se meus conterrâneos pudessem ter isto como exemplo convencendo-se cada vez mais que a preguiça é uma vergonha e somente o trabalho honra a todos. Se eu pudesse fazer de cada um de nossos negros um trabalhador branco livre, como minha pátria seria mais feliz e mais honrosas suas relações sociais!”

Ele realmente tinha razão, o bondoso pastor! De repente compreendeu que isso havia se tornado sem dúvida um dos mais perigosos males do Brasil. Antes, ele desconhecia tal fato, afinal nunca havia pensado nessa questão.

Ficou também muitíssimo surpreso quando lhe fiz ver que em quase todo casebre de colonos suíços havia uma Bíblia. Ele apanhou um livro, folheou-o durante algum tempo observando atentamente os caracteres in-

compreensíveis. “Eles realmente são cristãos”, murmurou para si mesmo ao fechar a Bíblia. Provavelmente era a primeira vez depois de um longo tempo que ele tinha nas mãos novamente a Sagrada Escritura.

Já mencionei anteriormente que em 1861 o Governo Imperial comprou a Colônia de Rio Novo. Em função de minha intervenção, ele enviou até lá imediatamente um diretor alemão, um médico alemão e um pastor protestante alemão. A colônia ingressou assim numa nova fase. Fiquei sabendo, apenas bem por alto, como as circunstâncias se transformaram deste então. A posição do novo diretor era extremamente difícil, pois Caetano Dias e seus camaradas opuseram-lhe todos os obstáculos possíveis e não pararam de fazer intrigas para derrubá-lo. É que Dias obviamente já contava com isso e havia lançado mão de todos os recursos para manter o cargo de diretor da colônia depois que a venda estivesse concluída. Com João Pereira Almeida, muito provavelmente ele teria conseguido. Entretanto, o então ministro da agricultura, o senador Manoel Felizardo de Souza e Mello, era sensato demais para deixar-se cair na armadilha de Dias! A regulamentação definitiva da situação das dívidas dos colonos com Caetano Dias deve ter ocorrido sob aquela imensa insatisfação; desconheço os pormenores. Só sei que Caetano Dias teria sido condenado por qualquer tribunal europeu pelo não cumprimento do contrato e por embustes fraudulentos. No meu ponto de vista, o Governo só teria agido com a mais rigorosa equidade se, ao assumir a colônia, tivesse examinado as dívidas contratuais feitas pelos colonos tantas vezes maltratados e enganados por Caetano Dias.

O futuro da Colônia de Rio Novo depende, a princípio, unicamente do interesse demonstrado pelo Governo no tocante a este assentamento. Se ele seguir um sistema de colonização ponderado e inteligente, e levar a cabo um aumento condizente de colonos, mas sem precipitação. Se for feliz na escolha de seus funcionários subalternos e não negligenciar a construção de boas ligações por água e por terra com os portos marítimos mais próximos, aí a colônia então será em pouco tempo uma das mais prósperas do Brasil. Ela reúne as condições mais vantajosas para restituir milhares de vezes ao Estado os sacrifícios feitos por ela, pois o clima e o solo prestam-se otimamente para os principais artigos de exportação do Brasil. Entre o rio Novo e o rio Benevente, o Estado possui terras suficientes para assentar milhares de famílias. Que vantagens uma população numerosa, próspera e voltada para a agricultura traria para a pobre e despovoada Província do Espírito Santo e

mesmo para o entreposto comercial do Rio de Janeiro! Naturalmente, a colônia iria se ampliando aos poucos em direção oeste e abriria para a lavoura e o comércio as terras imensas, ainda pouco conhecidas e quase totalmente desabitadas entre as partes cultivadas da Província do Espírito Santo e Minas Gerais. O Brasil pode efetuar ali uma conquista grandiosa, pacífica e abençoada!

Ao retornarmos encontramos entre a fazenda Pau d'Alho e o rio Novo um grande número de colonos arrastando com muito esforço sacos para o vau: eles continham café com as cascas e seriam transportados para Itapemirim para serem vendidos. Apesar do belo programa de Caetano Dias, não havia na colônia nenhuma instalação para descascar o café. Por esta razão, os colonos tinham de vender o produto bruto em Itapemirim levando obviamente sempre a pior, pois os compradores de lá ofereciam-lhes um preço irrisório pelo seu café, uma vez que o prejuízo era muito grande e o descasque muito dispendioso, sem falar que as cascas sem valor algum dificultavam o transporte e aumentavam os custos. Muitos colonos carregavam seus sacos de café nas costas caminhando quatro léguas de Rio Novo ao rio Itapemirim e um terço do peso não passava de contrapeso inútil!

Vimos no vau apenas uma canoa com a qual atravessamos imediatamente para a outra margem a fim de aguardarmos o retorno do barco. Instalamo-nos numa pequena colina e ficamos admirando a exuberante vegetação palustre às margens daquele rio estreito, sinuoso, com um curso quase imperceptível, e deliciamo-nos com os pássaros coloridos, as garças brancas como a neve, os alegres e canoros verdelhões-de-cana e os deslumbrantes tanagrideos se balançando na cana e nos juncos ou se agitando nas frondosas copas das árvores. Ao fundo, em direção a oeste, vê-se uma cadeia de montanhas íngremes, na qual uma delas, o Morro do Frade, por sua forma barroca, com contornos assemelhando-se a um monge sentado com o capuz abaixado, já forneceu à fantasia popular um rico material para narrativas cheias de aventura. Um som peculiar, como um sopro ofegante, semelhante ao de uma locomotiva arfando à distância em nossa direção, anunciou-nos a aproximação de nossos animais. Após algum tempo vi as narinas dos cavalos, que nadavam com esforço, elevando-se da água. Quem não conhece estes estranhos sons por experiência procuraria em vão por uma explicação. Os animais subiram para a margem visivelmente fatigados, pois o trecho que atravessaram a nado era muito longo.

Uma cavalgada veloz nos levou à fazenda Limão de Caetano Dias. Ela parecia tão abandonada quanto a Colônia de Rio Novo. Um filho da casa e o guarda-livros passaram-me prontamente às mãos o imenso livro com o registro das dívidas dos colonos para que eu o examinasse. De fato, estava tudo muito bem escrito e os números estavam agrupados corretamente. Mas como teria sido possível fazer controle, uma vez que os devedores a quatro léguas de distância não podiam falar nem responder se os valores ali registrados realmente correspondiam à verdade? Por isso, o ato de apresentar o livro de registro das dívidas foi uma mera formalidade calculada para resguardar-se, pois, em caso de necessidade, poder-se-ia dizer que me foi permitido examinar a contabilidade tendo eu me certificado de sua autenticidade.

Na colônia contaram-me a história de alguns órfãos de colonos na fazenda Limão, e gostaria de repeti-la aqui para ilustrar de maneira característica a situação na Colônia de Rio Novo sob a direção de Caetano Dias.

Na primavera de 1857, um certo Lütke, um viúvo com muitos filhos, veio da Prússia Renana para Rio Novo na condição de colono. Ele tinha estado antes em Petrópolis na mesma condição, e com esta mudança para a nova colônia, bastante enaltecida por Caetano Dias, ele tinha esperança de melhorar substancialmente sua situação. Trouxe um pouco de dinheiro e muitos utensílios domésticos. Morreu logo depois de ter chegado em Rio Novo. Como facilmente se deduz, nenhum comunicado foi feito ao juiz de órfãos em Itapemirim, e por conseguinte os membros da família, todas crianças menores, não receberam um tutor. O então administrador, porém, cheio de zelo, ficou com a filha mais velha, uma linda menina de quinze anos. Ela ficou grávida dele, como ela mesma confessou, e foi levada junto com seus irmãos – uma menina de treze e um menino de sete anos – para a fazenda Limão. Ali foi feito um acordo com um colono português que acolheu os filhos de Lütke. A filha mais velha ficou grávida pela segunda vez, agora deste. Enquanto isso, a sua irmã cresceu e também foi utilizada como concubina pelo português. Quando estive na fazenda Limão, as duas irmãs estavam no mesmo estado.

Mandamos chamar o português e o censuramos por suas atitudes. Em vão, o pastor Araújo tentou persuadi-lo a reparar suas iniquidades, ao menos em parte, casando com uma das meninas. Ele replicou dizendo que era sua intenção se casar com a irmã mais jovem, *mas a direção impunha uma taxa de 1.200 táleres para os órfãos* que ele teria de assumir. De modo algum ele

estava disposto a adquiri-la de Caetano Dias por esta soma exorbitante. Ele já fazia o suficiente alimentando a família, e além disso a filha mais velha havia sido abusada sexualmente pelo próprio administrador. Com a anuência dos colonos, um irmão mais velho tinha sido a princípio enviado para o campo para trabalhar junto com os negros; mais tarde, ele foi utilizado para prestar serviços nas canoas da fazenda.

Chegando ao Rio de Janeiro solicitei por escrito ao presidente da Província do Espírito Santo que mandasse os órgãos competentes examinarem o caso com todo rigor e darem-lhe uma solução.

Ainda chegamos a tempo na fazenda Santo Antonio para fazer os preparativos necessários para nossa partida que ocorreria na manhã seguinte.

No sábado, dia 17 de novembro, deixamos bem cedo a hospitaleira fazenda Santo Antonio do Muqui. O ancião, dono da casa, não absteve-se de acompanhar-nos até os limites de sua propriedade. Poucos minutos antes de nos deixar ainda perguntou-me o que havia achado das circunstâncias em Rio Novo; mal tinha começado a responder-lhe paramos junto ao portão da fazenda e separamo-nos para nunca mais nos vermos.

Mencionei anteriormente que a família do barão de Itapemirim era inimiga mortal da família Bittencourt. Caetano Dias da Silva tinha parentesco com a família Bittencourt. Em virtude da expressão violenta e desrespeitosa que as inimizades políticas habitualmente adquirem no Brasil, fiquei muitíssimo surpreso pelo fato de o barão de Itapemirim jamais ter mencionado a minha pessoa frente aos seus adversários, nem ter feito a menor observação em minha presença sobre a louca economia em Rio Novo, embora tivesse tido centenas de oportunidades, uma vez que o principal objetivo de minha estadia em sua casa foi visitar a colônia, e muitos colonos pobres já tinham recorrido e até abusado de sua conhecida generosidade em todos aqueles anos.

Ao longo de duas léguas de nosso caminho passamos por fazendas quase sempre bem cultivadas e cavalgamos em seguida três léguas bem próximos à praia. Uma cavalgada em meio à neblina fina e úmida ao longo da praia sempre tem para mim um encanto inexprimível, com as ondas se aproximando de maneira ininterrupta e irresistível e os medrosos animais querendo escapar delas fazendo longas curvas, mas mesmo assim sendo alcançados por elas e cobertos com espuma; se a maré está alta e eles porventura são obrigados a entrar em águas mais profundas para contornar rochedos, eles lutam com esforço contra as ondas cada vez mais fortes. Há um romantismo

maravilhoso neste movimento intermitente e eterno das ondas, neste som da rebentação que se repete de forma semelhante. Mas este prazer também tem seus limites e, com freqüência, alterna-se rapidamente com o mais extremo perigo caso a margem seja íngreme e rochosa e não permita desviar para onde haja terra firme e a maré, subindo com rapidez, invista com terrível violência. Por duas vezes passei por esta situação em minha viagem e só escapei da morte lutando com muita dificuldade.

Ao nosso lado singrava lentamente o mar em direção ao Rio de Janeiro a Leocádia, uma embarcação costeira à vela do barão de Itapemirim, carregada com açúcar. Em breve a deixamos bem para trás já que nossos animais ainda estavam descansados e o vento, por sua vez, quase não favorecia a embarcação não muito leve.

Depois de várias horas de cavalgada passamos pelo antigo quartel das Barreiras. Antigamente era um posto militar e seu nome advinha das paredes íngremes (barreiras) que limitavam o mar numa grande extensão, conhecidas com o nome de Barreiras do Siri. Até há poucos séculos atrás, índios selvagens das tribos dos puris e dos coroados habitavam as florestas próximas e inquietavam os viajantes que passavam ao longo da praia e os poucos colonos que tinham ousado se estabelecer naquela região. Alguns meses antes do príncipe Maximiliano de Neuwied visitar o quartel, os puris tinham saqueado as plantações dos soldados e entrado em combate com eles.¹³ Neste aspecto, a região é hoje absolutamente segura. Os puris fugiram em parte para oeste até a fronteira de Minas Gerais, em parte para o norte nas florestas da bacia do rio Doce. Muitos sucumbiram nas perseguições feitas pelos portugueses e uma parte estabeleceu domicílio em aldeias. A agricultura progredindo aos poucos e as conseqüentes clareiras nas florestas foram bem mais eficazes para afastá-los do litoral do que todos os postos militares e a guerra de guerrilha efetuada e mantida a muito custo contra eles.

Sob a orientação de nosso capataz deixamos a praia, cavalgamos terra adentro durante mais de uma hora com muito esforço pela areia fofa e por volta do meio-dia chegamos à margem norte do rio Itabapoana, atingindo assim a fronteira sul da Província do Espírito Santo.

- 6) Não posso deixar de mencionar aqui que os relatos mais recentes recebidos sobre a colônia de Santa Leopoldina me soam um pouco mais favoráveis do que esta minha descrição. Ela deve muitas de suas melhorias ao zelo do pastor protestante, Reuther, nela residente desde junho de 1864. Ele construiu, por exemplo, em diversas partes da colônia, sete cemitérios para os quais os colonos doaram as terras e dedicaram gratuitamente 3.100 dias de trabalho. Ele realizou a compra de uma colônia de 62.500 braças quadradas no povoado dos protestantes, lá onde convergem as estradas de Santa Maria e os alemães do Hesse e da Prússia. A metade das terras deverá ser uma praça do vilarejo cuja venda parcelada servirá para pagar todo o terreno; na outra metade deverá ser construída uma igreja, uma escola e uma residência paroquial. Em 1864, 170 pais de família já tinham trabalhado cerca de 2.700 dias gratuitamente no terreno da igreja. Deram os passos necessários. A situação da agricultura deve ser descrita também de maneira um pouco mais favorável.
- 7) Ensaio sobre a história e uma estatística da província do Espírito Santo contendo, além de muitos documentos curiosos e interessantes, a história da fundação, povoação, governo, monumentos, guerras, desde o descobrimento de cada município até o presente, bem como a extensão, limites, minas, rios, produtos, etc.; escrito por José Marcelino Pereira de Vasconcellos, Vitória, 1858.
- 8) José de Anchieta nasceu em 1533 em Tenerife, numa das ilhas Canárias. Seu pai era espanhol e sua mãe uma nativa das Canárias. Entrou para a ordem dos jesuítas com o firme propósito de dedicar sua vida à conversão dos índios selvagens. Em 1553, embarcou em Lisboa em direção ao Brasil. Contam-se uma grande quantidade de feitos milagrosos atribuídos a ele.
- 9) O príncipe Maximiliano de Neuwied disse que em 1816 todo o distrito de Benevente tinha apenas 800 habitantes (entre eles 600 índios): isto é incorreto, pois segundo dados oficiais a vila sozinha continha na época um número de habitantes maior que este.
- 10) Reproduzo aqui uma visão estatística geral da província do Espírito Santo segundo o ensaio de José Marcelino. A província possuía:

Anos	fogos	Almas
1813	-	18.807
1824	-	35.353
1833	-	27.916
1843	-	32.720
1856	7.674	49.092

A última contagem foi feita pelo departamento de polícia. Entre os habitantes recenseados, estão incluídos 12.279 escravos.

A província está dividida em 5 termos nos quais a população total assim se distribui:

1º) **Termo da Capital**

Distrito de Vitória	1.075	fogos	5.002
almas			
“ Espírito Santo	238	“	1.311
“			

“	Viana	396	“	3.502	“
“	Cariacica	584	“	4.122	“
“	Mangarai	336	“	1.704	“
“	Carapina	286	“	1.330	“
2°) Termo da Serra					
	Distrito da Serra	419	fogos		2.524
almas					
“	Queimado	172	“	1.488	“
“	Nova Almeida	328	“	2.513	“
“	Santa Cruz	704	“	2.837	“
“	Linhares	333	“	964	“
3°) Termo de São Mateus					
	Distrito de São Mateus	524	fogos	3.602	almas
“	Barra de S. Mateus	325	“	2.251	“
4°) Termo de Benevente					
	Distrito de Benevente	423	fogos	3.030	almas
“	Guarapari	494	“	3.334	“
“	Piuma	145	“	1.127	“
5°) Termo de Itapemirim					
	Distrito de Itapemirim	428	fogos	4.393	almas
“	Itabapoana	185	“	1.311	“
“	Cachoeiro	280	“	2.739	“

A população livre abrangia, portanto (1856), 36.813 pessoas (18.245 homens, 18.568 mulheres), entre elas havia 14.314 brancos, 6.051 índios, 13.825 pardos e 2.626 negros livres.

- 11) Afirmava-se que o pau d’alho atraía a agulha magnética. Observações cuidadosamente repetidas, tanto junto a pés novos quanto a troncos cortados há pouco e há muito tempo provaram irrefutavelmente o equívoco desta afirmação. A madeira é muito rica em potássio.
- 12) Anos muito secos também prejudicam sensivelmente a colheita nestes vales em geral bastante férteis.
- 13) Viagem pela América do Sul, vol. I, pág. 104.

Posfácio

**Victor Frond:
o pioneiro da fotografia no Espírito Santo**

*

**Dados sociológicos
da imigração suíça no Espírito Santo**

Cilmar Franceschetto

Fotógrafo, Jornalista e
Coordenador de Apoio Técnico do
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Victor Frond: o pioneiro da fotografia no Espírito Santo

A presente obra de Tschudi, por si só, com seu conteúdo repleto de minúcias sobre uma Província brasileira na metade do século XIX, inédita em língua portuguesa, e por este motivo ainda pouco acessível aos pesquisadores, bastaria para se tornar um grande evento histórico-cultural em prol da memória do Espírito Santo. Mas ela se tornou, ainda, o marco de uma descoberta.

Os textos estavam finalizados para a impressão quando nos deparamos com a necessidade de ilustrações que pudessem enriquecer ainda mais a publicação.

Sabedores das dificuldades de se localizar qualquer imagem contemporânea à visita de Tschudi ao Espírito Santo, no ano de 1860, quando a Província ainda engatinhava com poucos recursos financeiros e humanos, tentando conquistar o seu *binterland* através de núcleos de colonização, e era habitat de diversas tribos como as dos resistentes Botocudos, nos remetemos à magnífica produção artístico-fotográfica de Albert Richard Dietze, que tão bem registrou a vida nas colônias do Espírito Santo, de 1870 em diante.

Mas, ao estudarmos o relatório de Tschudi, percebemos que ele registrou uma informação importantíssima para a história da Província e dos primórdios da fotografia em seu capítulo referente à viagem ao Espírito Santo: a visita do fotógrafo francês Victor Frond aos núcleos coloniais. O texto se encontra na segunda parte deste livro. Mas onde encontrar as fotos do francês?

O desejo de todo pesquisador, assim como nos ensina o barão suíço, é o de esmiuçar as informações e de se enfronhar pelo texto, lendo as entrelinhas, à procura de novos elementos que possam contribuir para montar o quebra-cabeça. Neste caso o elemento está bem claro: um fotógrafo que registrou, a pedido, as colônias do Espírito Santo, no mesmo ano de sua visita aos colonos suíços. O outro elemento foi o desejo de se localizar essas ima-

gens nos arquivos do Brasil e até mesmo da França, ou em publicações da época, nos acervos das bibliotecas onde poderiam estar impressas as imagens em questão.

Pela lógica, já que se tratavam de fotografias realizadas a pedido do Governo Imperial, tais exemplares poderiam ter sido guardados em arquivos ou museus, diante do fato do próprio imperador Pedro II ser um grande apreciador e um esmerado praticante da nova arte.

Essas observações nos levaram a rememorar o ano de 1996 quando, juntamente com o Diretor-Geral do Arquivo Público Estadual, Agostino Lazzaro, fizemos uma visita técnica ao Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, onde buscávamos informações sobre acervos documentais, iconográficos e bibliográficos que pudessem contribuir para futuras publicações referentes à história do Espírito Santo, inexistentes em nosso Estado.

No Arquivo Nacional, solicitamos cópias em microfilmes das listas de entradas de imigrantes no Rio de Janeiro e, na Biblioteca Nacional, por coincidência, uma cópia de um dos volumes de *Reisen durch Südamerika* onde constava o capítulo referente à visita de Tschudi ao Espírito Santo, o qual temos aqui traduzido. No setor de iconografia, através do projeto Profoto, conhecemos as belíssimas fotografias de Albert Richard Dietze, um conjunto de 54 imagens das colônias do Espírito Santo que foi encaminhado ao imperador pelo próprio fotógrafo, que também tinha a intenção de vê-las divulgadas na Europa. Curiosamente, junto com as fotos de Dietze, se somavam outras dezesseis, datadas de 1860, com textos em francês no verso, sem o nome do autor, porém sobre o mesmo tema: os núcleos agrícolas colonizados por imigrantes, além de algumas panorâmicas da *Villa de Victoria* e que se pensava ser do mesmo fotógrafo.

E foi na união destes dois elementos, ou seja, ao confrontarmos a informação de Tschudi com o nosso conhecimento prévio do acervo, há sete anos, que chegamos à conclusão de que aquelas dezesseis fotografias da Coleção Thereza Cristina Maria, da Biblioteca Nacional, até então de autor desconhecido, eram do fotógrafo francês Victor Frond. Não poderia haver tanta coincidência diante dos fatos verificados.

Tschudi não nos deixa dúvidas quanto às suas observações no que diz respeito a uma produção fotográfica realizada nas colônias naquele mesmo ano em que visitara a Província do Espírito Santo.

Enquanto os colonos de Santa Leopoldina definhavam com a miséria e a fome, o então ministro do Interior, sr. João de Almeida Pereira Filho, encarregado também do Departamento Geral de Terras, concedeu a um fotógrafo francês, um certo sr. Victor Frond, muitos táleres do fundo reservado aos colonos para fotografar as colônias da Província do Espírito Santo! (p. 81)

Informa em detalhes o nome do fotógrafo, do ministro e da fonte de recursos para depois criticar tal atitude, porque a verba para o pagamento do serviço de Frond foi retirada do Departamento Geral de Terras, dos fundos reservados aos serviços de colonização. E continua:

Nas fotografias do local, vistas com tanta satisfação no Rio de Janeiro, certamente não apareciam aspectos sombrios, tão abundantes na colônia. Não se viam as figuras pálidas, inchadas, com olhos fundos, desanimadas, cambaleantes, muito menos os infelizes no duro leito de dor lutando contra a doença e a fome, e as crianças franzinas gritando por alimento às suas mães curvadas de desgosto, nem as mulheres e meninas que, de madrugada saem sorrateiramente das casas dos funcionários públicos em Porto da Cachoeira para comprar na venda algum mantimento com o ganho de seu abjeto serviço noturno, para o qual a necessidade amarga as empurrava. (idem)

Ao denunciar o desvio de recursos daquele departamento para outras funções que não eram para atender às necessidades dos imigrantes, mas, sim, para fazer uma propaganda “enganosa” das colônias do Espírito Santo na Europa, Tschudi aproveita para criticar o conteúdo mistificado das imagens de Frond, que não se preocupou em retratar os colonos e sua realidade. Decerto que Frond, o primeiro fotógrafo a registrar em suas máquinas os escravos no Brasil, não veio ao Espírito Santo com o intuito de fazer um registro realista e denunciador das mazelas das colônias imperiais, mas para prestar serviços conforme as orientações do Governo Imperial, por quem havia sido contratado. Seria por esse motivo que o fotógrafo nem mesmo registrou o seu nome no verso das fotos? Suas imagens deveriam convencer pela beleza plástica, pois viriam a ilustrar um material de propaganda. E diante da qualidade artística dos retratos de Frond, que haviam sido vistos no Rio de Janeiro com “*tanta satisfação*”, Tschudi, descreve as fotografias, mesmo

tecendo uma certa ironia, como “*muito bonitas, esplendorosas. Podia-se ter orgulho da colônia!*” (idem)

Tschudi tinha razão. Frond, o pioneiro no registro fotográfico da vida rural no Brasil, localizava sua câmera tal como um pintor que monta seu tripé e sua tela após estudar minuciosamente o melhor ângulo a ser retratado. As fotografias da Colônia Santa Isabel convencem pela sua composição e enquadramento, mostrando o panorama de uma colônia que fazia parte do imaginário das famílias camponesas depauperadas na Europa que desejavam emigrar: casas, lotes desmatados e bem cuidados, animais e plantações, elementos obrigatórios nas propagandas veiculadas pelos agenciadores e “mercadores de escravos-brancos” no Velho Continente .

É óbvio que Tschudi não se limitaria a citar um serviço realizado nas colônias pelo Governo Imperial, objeto de seu relatório, e nem teceria críticas sobre a qualidade de uma obra artística sem conhecê-la pessoalmente. O contato que teve com as fotografias de Frond deu-se diante do próprio ministro que as havia solicitado e que, certamente, não fez objeção em mostrá-las, e sim, questão em demonstrar o trabalho que havia realizado pelas colônias do Espírito Santo: “*Após retornar ao Rio de Janeiro fiz ver ao ministro do Interior a ironia amarga que havia naquelas fotografias*”, relata. Ao mesmo tempo em que aproveita para registrar profundas críticas a respeito da atuação do ministro, como desleixado e irresponsável que “*desempenha na história da colonização do Brasil o papel mais lamentável possível!*” (p. 82)

A vinda de Victor Frond ao Espírito Santo em 1860 esteve inteiramente ligada à visita do Imperador d. Pedro II e sua comitiva, naquele mesmo ano. Dentre outras autoridades do Reino e da Província, também o acompanhava sua consorte, Dona Thereza Cristina Maria, e o conselheiro, ministro, secretário de Estado para os Negócios do Império e responsável pelo Departamento Geral de Terras, João de Almeida Pereira Filho. É plausível que, após visitar as colônias, o imperador e seus ministros, ao perceberem o progresso ali verificado, a grande quantidade de terrenos disponíveis para a colonização e o avanço que a imigração poderia trazer à Província, tenham resolvido investir em sua divulgação, contratando os serviços fotográficos de Frond. Na época, as colônias do Espírito Santo gozavam de má reputação, devido à total falta de infra-estrutura, e encontravam resistências junto aos colonos que tinham um conceito muito negativo sobre a situação das mesmas e preferiam, ou então exigiam, qualquer outra do Brasil como destino.

A comitiva desembarcou em Vitória no dia 26 de janeiro, procedente do Nordeste e, nos dias seguintes, excursionou por diversos vilarejos, incluindo as recém-criadas colônias imperiais de Santa Leopoldina e Santa Isabel, além da colônia particular do Rio Novo, do major Caetano Dias da Silva, ficando convencidos da necessidade de se ampliar o empreendimento colonizador com a vinda de novas levas de imigrantes. Para tanto, entre outras medidas, era necessário divulgar suas belezas entre os agenciadores e os governantes da Europa, a fim de arregimentar o maior número de famílias para ocupar os lotes agrícolas que seriam demarcados em meio à floresta.

Essa demonstração de serviços às colônias viria a atender também aos apelos da base política local do imperador, como: o barão de Itapemirim, político e grande fazendeiro do sul da Província e o presidente Pedro Leão Veloso. Mas, certamente, recebeu grande incentivo de Luis Pedreira do Couto Ferraz, responsável pela criação, em 1847, da Colônia de Santa Isabel quando ocupava a presidência da Província e que também acompanhava a comitiva, agora como viador e ministro. De acordo com Tschudi, a colônia era “a menina dos olhos de Pedreira (...) e tenha continuado sob sua proteção especial mesmo quando este excelente estadista assumiu o ministério do Interior”. (p. 61)

As fotografias trazem informações manuscritas no verso, em francês, certamente descritas pelo próprio fotógrafo. Ao todo, são sete panoramas da cidade de Vitória, incluindo uma do Colégio do Carmo, uma do Hospital da Misericórdia e outra da entrada da baía, (do morro do Penedo ao Forte São João); seis registros da Colônia de Santa Isabel retratando os lotes e habitações dos colonos, a casa do diretor da colônia e a ponte sobre o rio Jucu; uma da Colônia de Santa Leopoldina, às margens do rio Fumaça. As outras duas são: a fazenda Santo Antonio do Muqui, do barão de Itapemirim, e “o Frade, em Rio Novo” que, por estar esmaecida, não se percebe as montanhas, mas uma edificação, próxima a um grande rio, possivelmente a fazenda de Caetano Dias da Silva, fundador daquele núcleo colonial, onde se localiza a pedra do Frade e a Freira, a qual o fotógrafo pode estar se referindo.

Observando-se as imagens, percebe-se que Frond percorreu o mesmo itinerário que a comitiva de dom Pedro II fizera alguns meses antes, incluindo os locais onde Sua Majestade “*jantou*” e “*pernoitou*”, conforme anotações no verso. Percurso, que poucos meses depois, também foi percorrido por Tschudi.

Em *O retrato, a letra e a história: trajetória social e enredo biográfico de um*

fotógrafo oitocentista, um estudo apurado sobre a vida e obra de Victor Frond, a doutora em antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Lygia Segala, descreve a trajetória do fotógrafo francês:

Em fins dos anos 1850, com iniciais torneadas e letras miúdas, apresenta-se nas cartas a d. Pedro II e nos anúncios à imprensa do Rio (...) mais um estrangeiro que abre oficina na cidade, tentando a boa sorte com as luzes dos trópicos. (...) Trabalhou no Brasil como fotógrafo e editor de 1857 a 1862, recebendo, então, significativo apoio e reconhecimento por parte do Imperador Pedro II.

Antes de empreender seu novo ofício em terras brasileiras, Victor Frond, (1821-1881) exerceu atividades como subtenente do Corpo de Bombeiros de Paris. Foi militante republicano francês, atuando ao lado de lideranças como Ledru-Rollin, Charras e o escritor Victor Hugo. Participou de barricadas em nome daquele movimento político e por isso preso. Após empreender uma fuga, exilou-se na Inglaterra, segundo a autora citada, que assim complementa:

Fracassada a sublevação republicana planejada para fins de 1854, perdidas as esperanças de auxílios ibérico e americano no jogo político, Frond tenta reconverter o capital social acumulado na militância em novo capital profissional. Em Lisboa, onde já havia criado uma rede sólida de relações — chances, talvez, de uma primeira clientela —, lança-se à invenção à sua própria custa, ao ofício daqueles que não tinham eira nem beira. Faz-se fotógrafo.

Conforme os próprios manuscritos de Frond, Segala assinala que, nessa época, o ofício de fotógrafo era muito depreciado, “*visto nas assertivas do senso comum diante das belas-artes como ocupação transitória não qualificada.*”

No Brasil, Frond é o primeiro fotógrafo a registrar o cotidiano dos escravos. Mas é na publicação *Brazil pittoresco*, com textos descritivos de Charles Rebeyrolles, um publicista republicano francês, que suas fotos, depois de litografadas, são impressas e seu trabalho ganha reconhecimento.

Em, *Fotógrafos Pioneiros do Rio de Janeiro (1990)*, Pedro Vasquez faz a seguinte observação:

Com efeito, não seria exagero afirmar que o trabalho de Frond em ‘Brazil Pittoresco’ constitui o mais ambicioso projeto fotográfico realizado no Brasil no século dezanove, uma proeza técnica que resultou

num conjunto de 74 ilustrações retratando aspectos diversos de vistas, paisagens, costumes e tipos humanos dos estados do Rio de Janeiro e Bahia. (p. 12)

De acordo com Segala:

*Com o álbum *Brazil pittoresco*, realizado entre 1858 e 1860, Frond ganha renome local como fotógrafo e profissionalmente se consolida como editor, fazendo-se conhecido nos ateliers litográficos, nas casas de edição parisienses. Faz render na famosa Maison Lemercier, onde passa a trabalhar quando volta à França em 1862, versões mais encantadas sobre suas façanhas e louros no Império dos trópicos. Na Europa, parece ter tentado, nos primeiros tempos, ainda o ofício de fotógrafo. Gustave Courbet em carta ao filósofo Proudhon recomenda os serviços de Frond nas artes do retrato. Apresenta-o como alguém que “por largo tempo combateu e sofreu pela causa democrática como soldado e que, pelas contingências do exílio político, fez-se fotógrafo — bom fotógrafo”. Mas é dirigindo a publicação de um álbum ilustrado de luxo que se integra com um certo prestígio ao mercado de impressos francês.*

Tschudi nos informa que o objetivo do Governo Imperial era fazer uma publicação, com as fotografias de Frond, para atrair mais imigrantes. “Elas iriam ser litografadas na França e acompanhadas de um texto panegírico, mostrar no exterior o quanto o Brasil fazia pelas colônias.” (p. 81)

Portanto, são claras as evidências de que o material produzido nas colônias do Espírito Santo também fariam parte do conjunto de imagens do *Brazil pittoresco*, empreendimento que não se concluiu em função da morte prematura, naquele mesmo ano de 1860, do publicista e autor do textos que acompanhariam as fotos, Charles Ribeyrolles, resultante de uma peritonite, o que comprometeu a finalização dos trabalhos, “deixando incompleto o terceiro volume previsto para a obra” (Vasquez, p.12)

Não sabemos ao certo a quantidade de material fotográfico produzido nas colônias e nem mesmo se o Governo Imperial prosseguiu com a idéia de se fazer alguma publicação, enviando o material fotográfico para a França. Desconhecemos também a existência de qualquer impresso que contenha imagens realizadas por Frond no Espírito Santo. Porém, se essas fotografias tivessem sido enviadas à Europa, certamente os originais não estariam entre

nós. É bem provável que após serem litografadas na França, tenham permanecido por lá e posteriormente desapareceram, já que haviam cumprido a sua função. Tal procedimento pode ter ocorrido com o acervo produzido para a publicação *Brasil pittoresco*, entre outras imagens do fotógrafo.

Esta hipótese deve ser levada em consideração para explicar a dificuldade de se localizar qualquer fotografia original de Victor Frond, conforme atesta Vasquez: “*Como não subsistem originais das fotografias de Frond entre nós, seu trabalho é unicamente conhecido através das litografias reproduzidas no álbum Brazil pittoresco (...)*”. (p.12)

Em uma nota, o autor assinala ainda que:

É bem provável que Frond tenha carregado consigo seus originais quando retornou à França, mas em pesquisa realizada em Paris, notadamente na Societè Française de Photographie e na Bibliothèque Nationale, não consegui encontrar nenhum vestígio sequer deste material, encontrando tão somente nesta última um exemplar do citado “Panthéon des illustrations françaises au XIXème siècle.” (p.118)

Seguindo os mesmos passos de Vasquez, a pesquisadora Lygia Segala, em seu trabalho para tese de doutorado, também não obteve êxito em localizar os originais de Frond na França. No Brasil existem dois exemplares pertencentes ao acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que, julga-se, foram produzidos por Frond, conforme a pesquisadora citada e o Chefe da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional e professor de fotografia, Joaquim Marçal, que também nos informou sobre anúncios da venda de originais que seriam de Victor Frond em leilões de acervos particulares no Rio de Janeiro.

A partir da nossa descoberta, Segala consultou as fotografias na Biblioteca Nacional e, pela análise apurada do acervo, observando-se o estilo das fotos – comparando o modo de fotografar e produzir as imagens – e confrontando a caligrafia das legendas manuscritas no verso das fotos com documentos transcritos por Frond encontrados na França, certificou-se, como uma expert no assunto, de que aquele acervo é de autoria do fotógrafo francês.

Nas anotações, Frond não assinala sua autoria e nem mesmo a data dos registros. O relato de Tschudi já serviria para elucidar que a vinda do fotógrafo ocorrera nos meses anteriores, ou seja, após a visita do Imperador, entre fevereiro e setembro. Porém, a publicação de sua obra ocorreu alguns

anos depois, entre 1866 e 69, com a inclusão de algumas observações complementares a sua visita, o que, de certa forma, nos deixaria alguma dúvida quanto a data exata da vinda do fotógrafo.

Diante dessa pequena dúvida e da falta de informações documentais, extraímos do livro *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, do historiador Levy Rocha, a seguinte anotação do Imperador, por ocasião de sua passagem na residência do engenheiro Amélio Pralon, em Santa Leopoldina, onde lhe foi oferecido um jantar: “*Haviam poucos dias que tinham morto uma anta, cujo couro muito grande vi esticado no lugar do Pralon*” (p.73). O couro, observado pelo monarca, ficou devidamente registrado pelas lentes de Frond, na única fotografia daquela colônia, no verso da qual ele escreveu: “*Rancho imperial às margens do rio Fumaça, na Colônia de Santa Leopoldina onde sua majestade, o imperador, jantou*”. Portanto, o mesmo local e num intervalo de tempo muito próximo entre as duas visitas, levando-se em consideração que a pele do animal permanecia ainda no mesmo lugar.

Ao mesmo tempo em que podem ser os primeiros originais devidamente identificados do fotógrafo, essas dezesseis imagens também são, seguramente, os registros mais antigos em fotografia já localizados sobre o Espírito Santo, visto que a experiência do pintor Auguste François Biard, artista conterrâneo de Frond, não ter sido produtiva em sua experiência aventureira, dois anos antes, ao tentar registrar a Província com sua máquina fotográfica de segunda mão e pelo fato de não conhecermos qualquer registro em imagem captado pelo processo da câmara escura anteriores a Frond.

Cabe ainda ressaltar que este conjunto de imagens, juntamente com o riquíssimo acervo do obstinado fotógrafo alemão, Albert Richard Dietze, – que possuía um lote na colônia de Santa Leopoldina com a família, onde, além da residência, montou seu ateliê e laboratório fotográficos e que nos anos seguintes retratou as colônias e diversas vilas do Espírito Santo – publicado num belíssimo ensaio pela professora Almerinda da Silva Lopes – introduz definitivamente o Estado dentro do contexto histórico dos primórdios da fotografia no Brasil.

Resta-nos agradecer a gentileza da Biblioteca Nacional por nos fornecer as cópias das fotografias, bem como pela autorização em publicá-las.

Bibliografia citada:

LOPES, Almerinda da Silva, **Albert Richard Dietze: um artista fotógrafo alemão no Brasil do século XIX**. A1, Vitória, 2003.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Rio de Janeiro, 1960.

ROCHA, Levy. **Viajantes estrangeiros no Espírito Santo**. Editora de Brasília S.A., Brasília (DF) 1971.

SEGALA, Lygia. *O retrato, a letra e a história: notas a partir da trajetória social e do enredo biográfico de um fotógrafo oitocentista*. in, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1999 Vol: 14, Número 41 p. 159-168. (através do site: <http://www.scielo.br/scielo.php>), acessado em 11 de julho de 2004.

VASQUEZ, Pedro. **Fotógrafos pioneiros no Rio de Janeiro – Victor Frond, George Leuzinger, Marc Ferrez, Juan Gutierrez**. Coleção Antologia Fotográfica, Dazibao, Rio de Janeiro, 1990.

Descrição física dos originais:

16 fotografias

Papel albuminado, p&b; 14x22 cm e 16 x 23 cm. Cartão suporte: 24x30 cm e 24x31cm. Coleção Thereza Cristina Maria, Biblioteca Nacional.

Reprodução: Cláudio de Carvalho Xavier

Ordenamos as fotografias baseados no itinerário de d. Pedro II e de Tschudi. Nos originais também não estão assinalados a sequência que foram realizados os registros, o que permitiria traçar o percurso de Victor Frond.

A impressão em cores das fotografias tem o propósito de reproduzir com fidelidade o atual estado de conservação dos originais.

As legendas que acompanham as fotos foram traduzidas dos manuscritos em francês que se encontram no verso do cartão-suporte de cada imagem. Inserimos ainda alguns comentários e descrições complementares com o intuito de ampliar as informações sobre as fotografias, conforme exemplo abaixo:

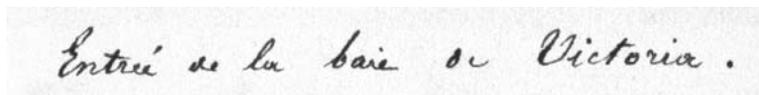


Foto 1 - *Entrada da baía de Vitória.*

À esquerda, o Penedo; à direita o forte São João e ao fundo a vila de Vitória.



Foto 1 - *Entrada da baía de Vitória.*



Foto 2 - *Vista geral da vila de Vitória.*

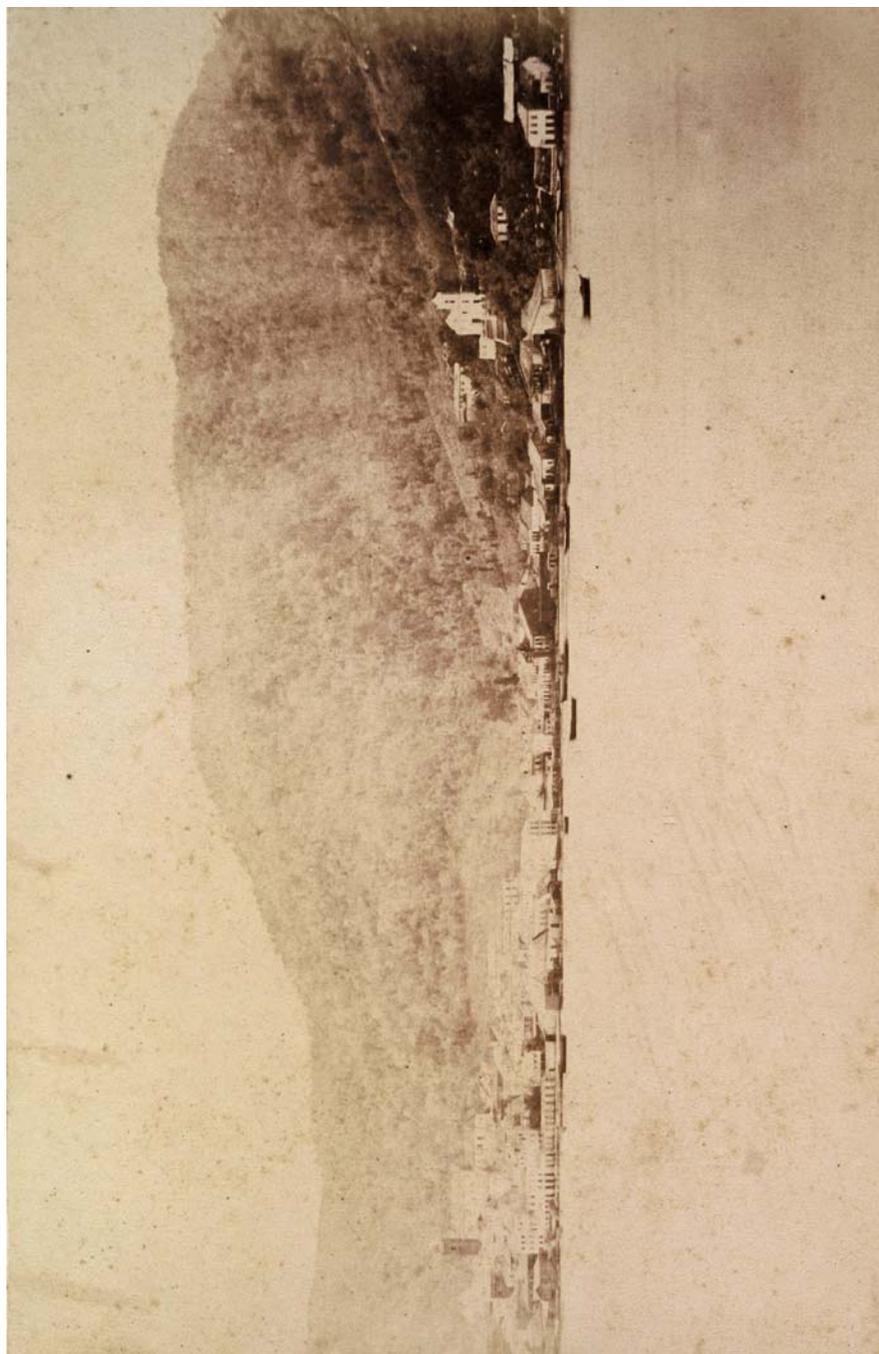


Foto 3 - A nº 2, mais à direita da nº 1. Panorama geral de Vitória.



Foto 4 - Vista de Vitória, fotografada do hospital da Misericórdia.

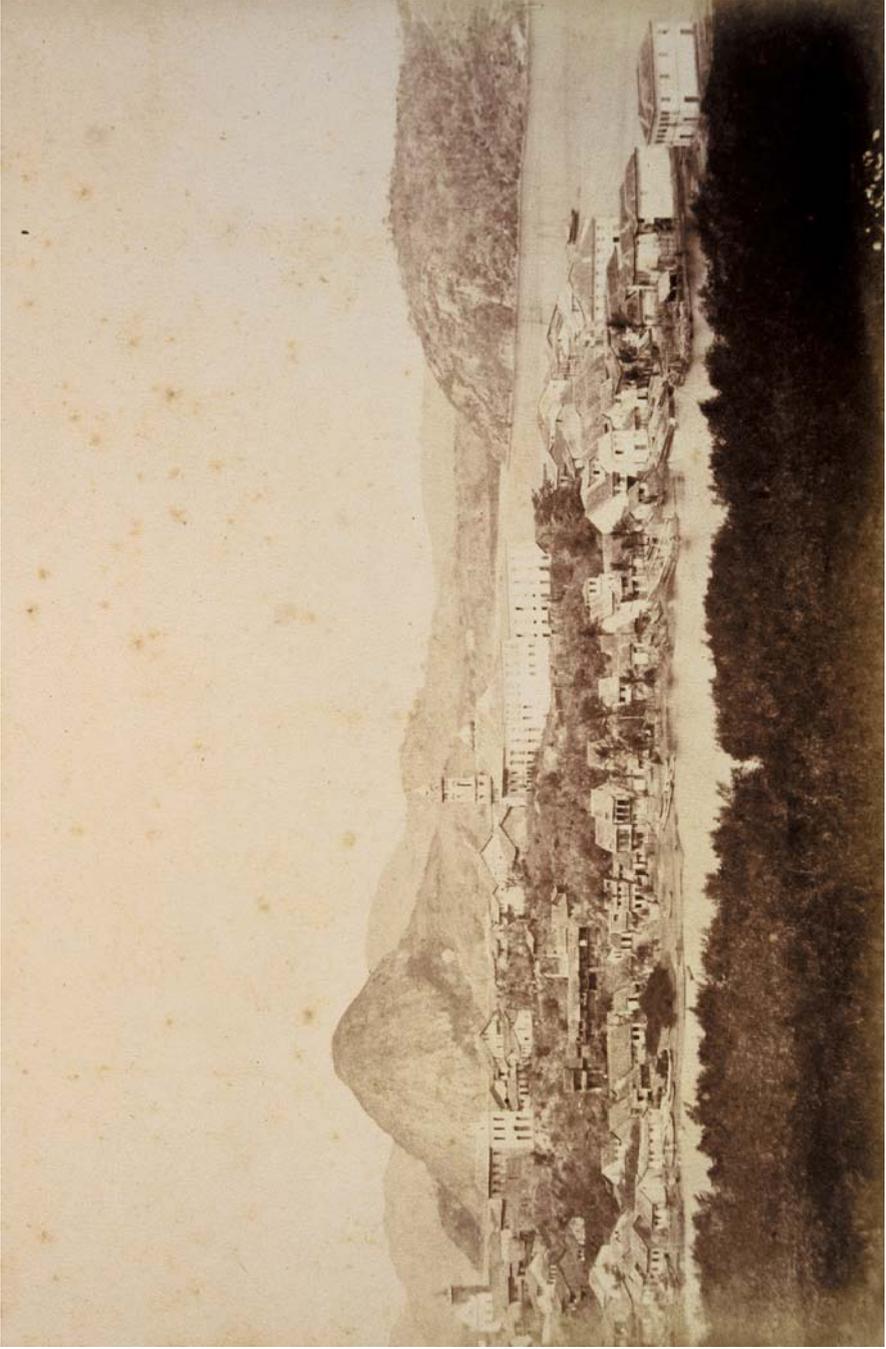


Foto 5 - Residência do Presidente da Província em Vitória.



Foto 6 - Hospital da Misericórdia, Vitória.

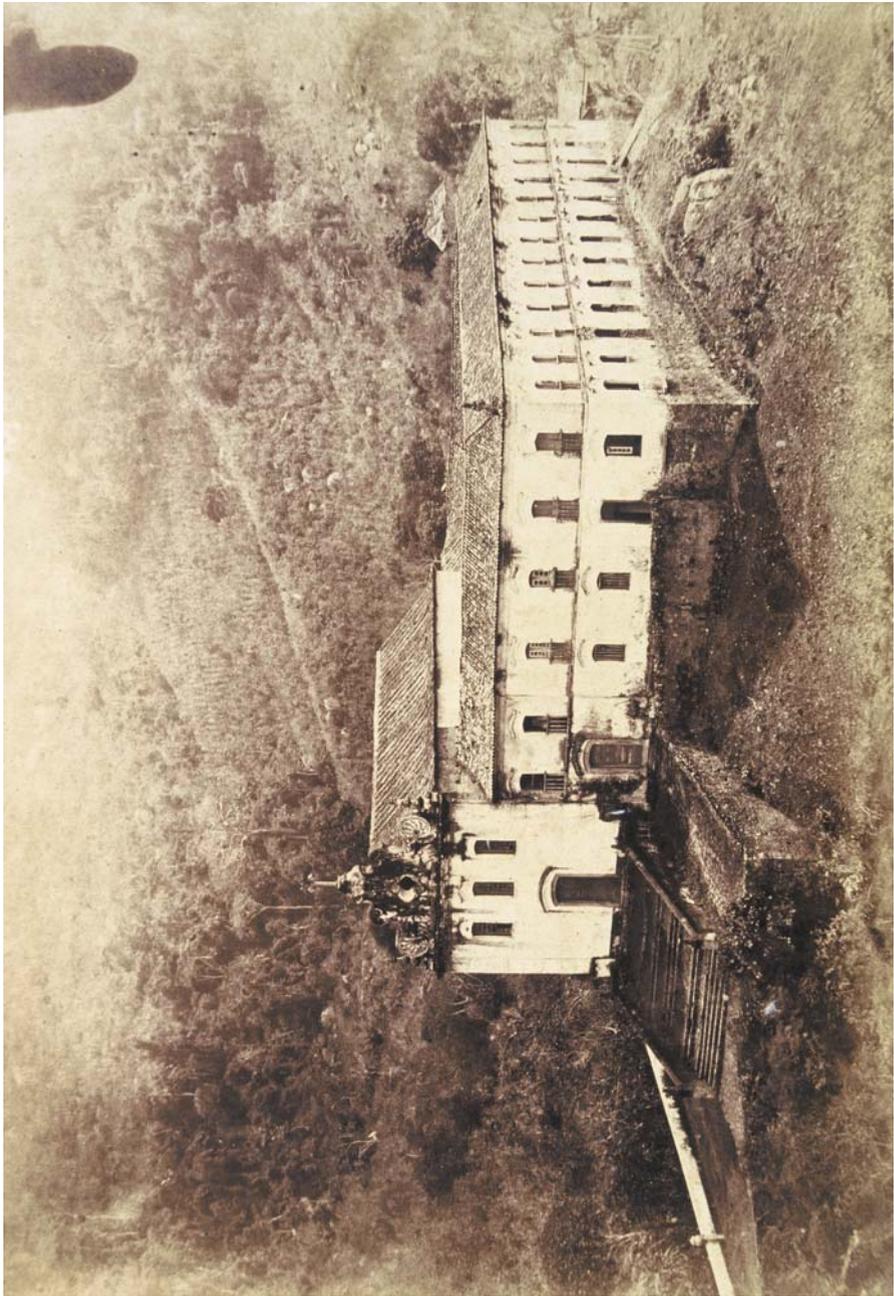


Foto 7 - Convento do Carmo, Vitória.



Foto 8 - Ponte sobre o rio Jucu em Santa Isabel.

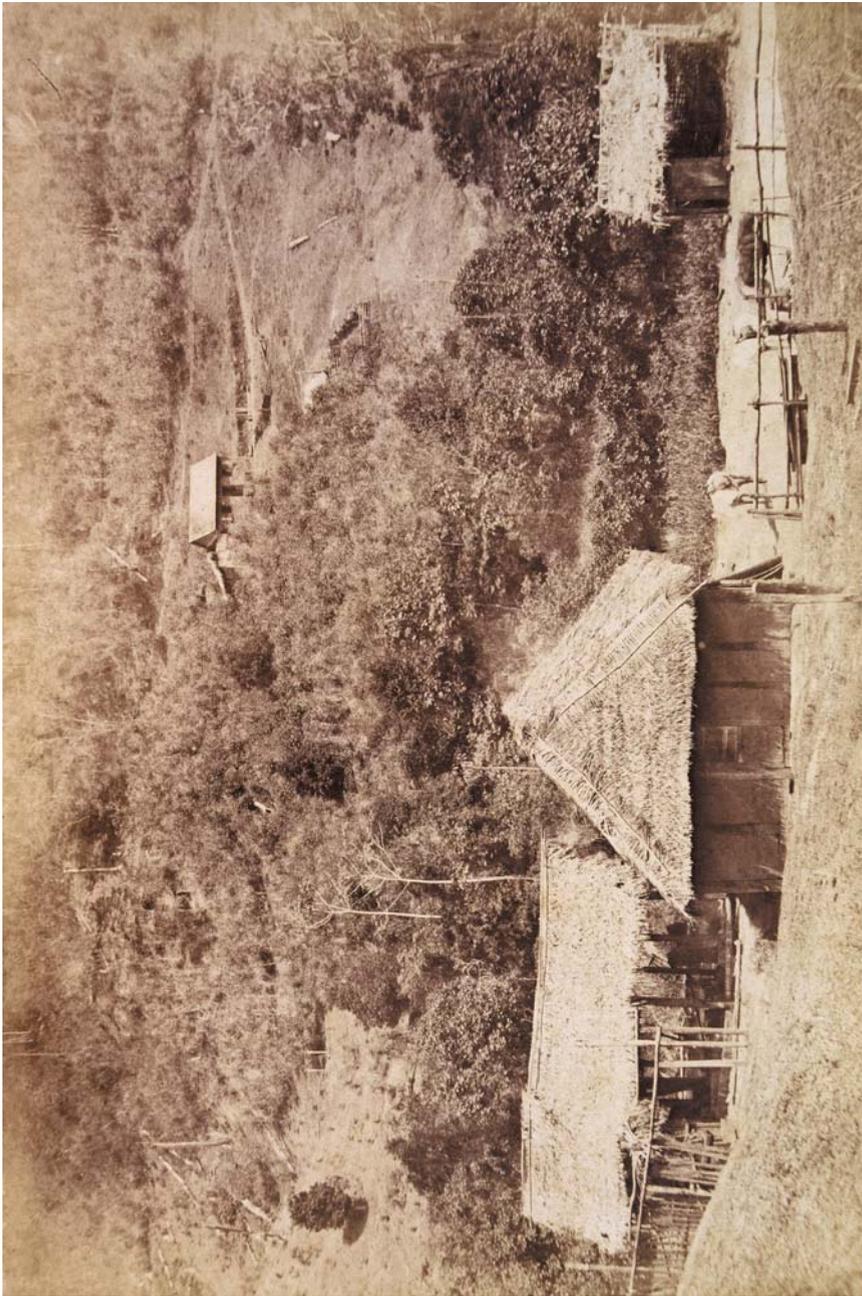


Foto 9 - Lotes e venda dos colonos Carl Wicke e Jacob Gebardt em Santa Isabel. Sua Majestade, o Imperador, dormiu nessa venda.

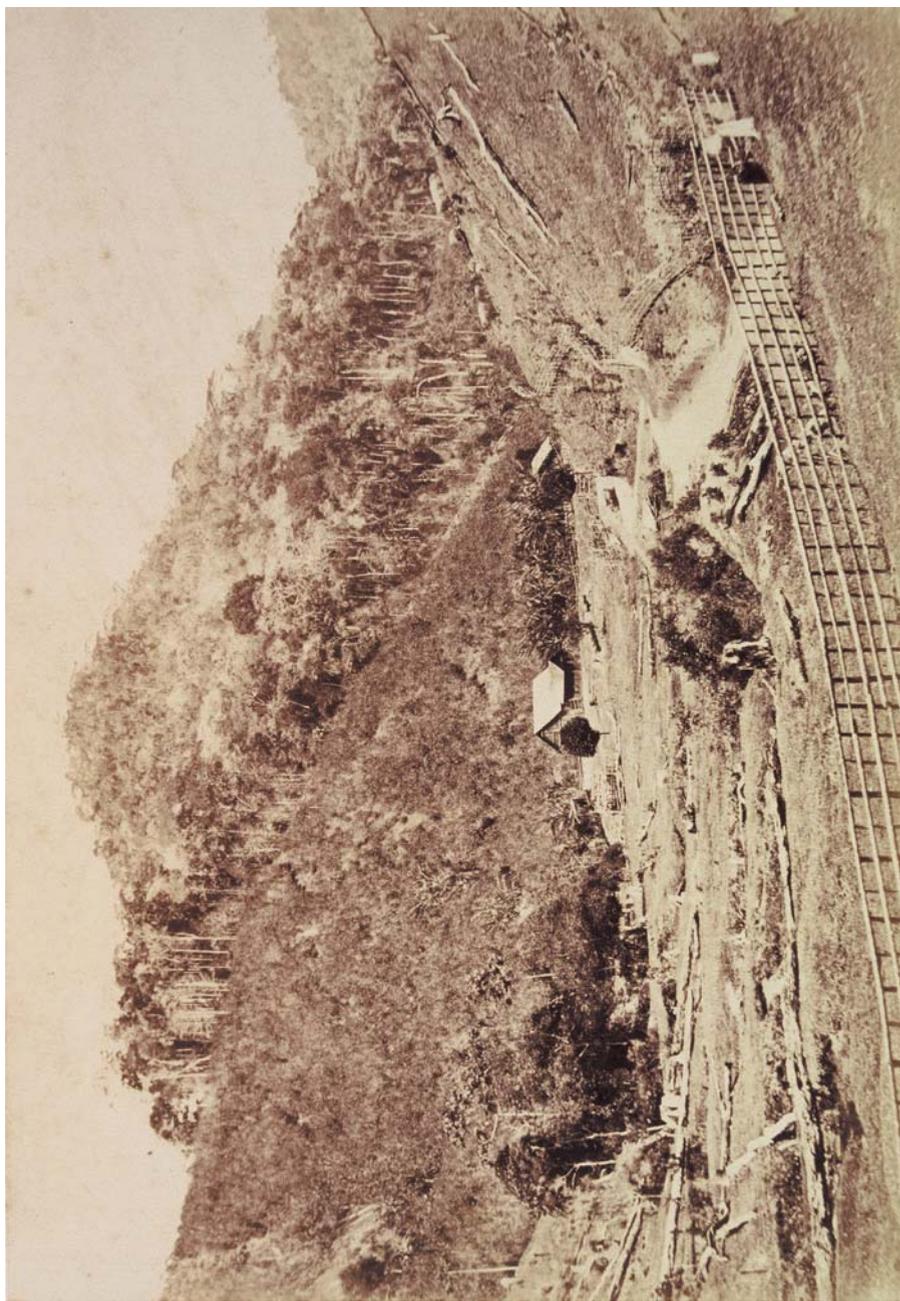


Foto 10 - Lotes e rancho do colono Adam Weyandt na Colônia de Santa Isabel, Espírito Santo.



Foto 11 - Lote e habitação do colono Michel Schneider em Santa Isabel.



Foto 12 - Lote e habitação do colono Christoph Werner na colônia de Santa Isabel, Espírito Santo.

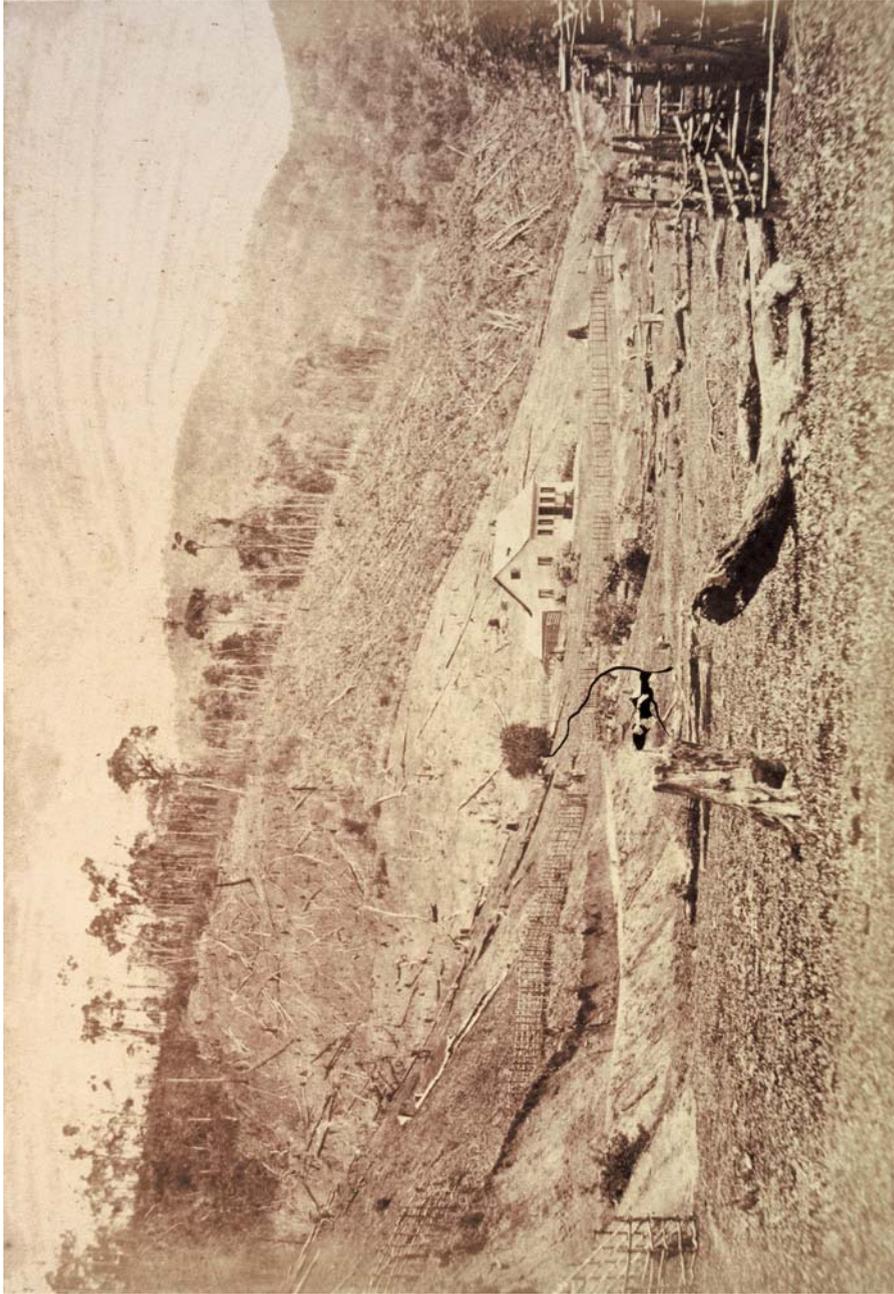


Foto 13 - Casa do diretor da colônia em Santa Isabel.



Foto 14 - Rancho Imperial às margens do rio Funmaça, na colônia de Santa Leopoldina, onde sua Majestade, o Imperador, jantou.

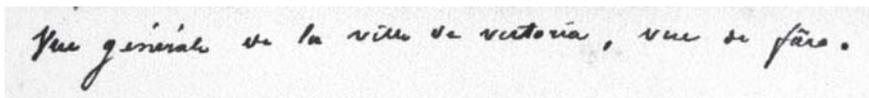


Foto 15 - O Frade, em Rio Novo.



Foto 16 - *Fazenda do Barão de Itapemirim.*

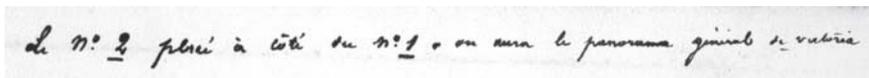
Continuação das legendas manuscritas com as respectivas traduções e comentários:



Vue générale de la ville de Victoria, vue de face.

Foto 2 - *Vista geral da vila de Vitória.*

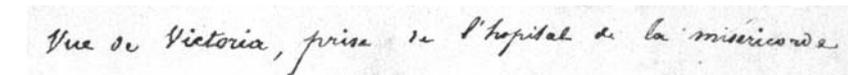
Do hospital da Misericórdia (à esquerda), à igreja Matriz. Ao fundo, à esquerda, o contorno da pedra do Mochuara, Cariacica. Observe-se o Palácio do Governo e a igreja de São Tiago.



de n° 2 plus à côté de n° 1 - on aura le panorama général de Victoria

Foto 3 - *A n° 2, mais à direita da n° 1. Panorama geral de Vitória.*

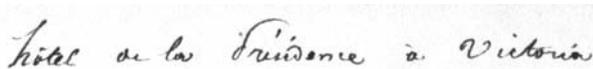
Seguência da foto 2. Da igreja Matriz, à esquerda, a igreja do Rosário, à direita, no alto da colina.



Vue de Victoria, prise de l'hôpital de la Misericorde

Foto 4 - *Vista de Vitória, fotografada do hospital da Misericórdia.*

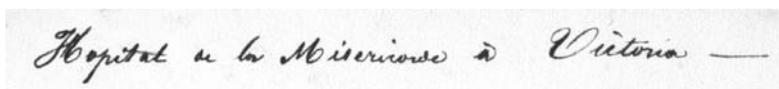
Observe-se na parte baixa da vila o antigo Mangal. O local foi aterrado para dar lugar a atual avenida República e o Parque Moscovo. Observe-se a igreja de São Gonçalo e os fundos do Palácio do Governo.



Hôtel de la Providence à Victoria

Foto 5 - *Residência do Presidente da Província em Vitória.*

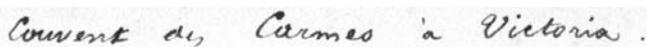
Ao centro, a sede do governo provincial, antigo colégio dos jesuítas, com a igreja de São Tiago. Atual Palácio Anchieta. À direita, a rua do Comércio e o porto dos Padres. Fotografia tirada do mesmo local da foto 4, com ângulo aberto mais à direita para dar continuidade da sequência da foto anterior.



Hôpital de la Misericorde à Victoria

Foto 6 - *Hospital da Misericórdia, Vitória.*

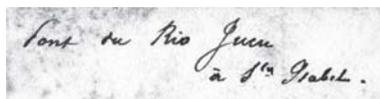
Foto em estado de conservação ruim, porém, percebe-se que foi captada a partir do Palácio do Governo.



Convent de, Carmes à Victoria.

Foto 7 - *Convento do Carmo, Vitória.*

Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, fundado pelos Carmelitas em 1682.

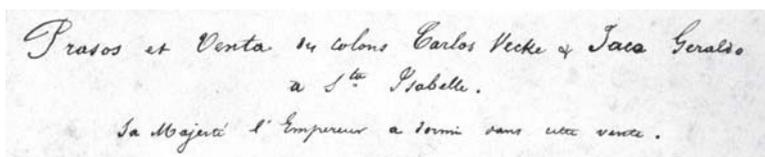


Pont sur Rio Jucu
à S^{ta} Isabel.

Foto 8 - *Ponte sobre o rio Jucu em Santa Isabel.*

Conforme observações do Imperador: “Alto donde principia a Colônia Sta. Isabel. Meio dia menos 10. Ponte do Jucu, boa com dois vaus e pegões de pedra; projetada pelo Pedreira e feita na presidência do Evaristo” (Rocha, 1960, p. 78).

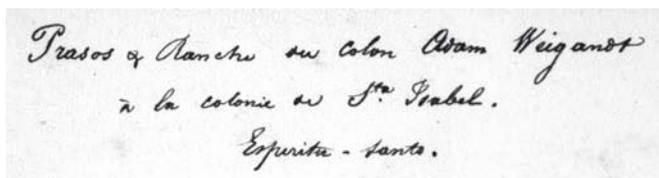
Tschudi faz a seguinte observação: “À uma hora, atravessamos uma ponte, em bom estado, sobre o rio Jucu e paramos próximos a uma venda. Ali fica a fronteira leste da colônia.” (p.61)



Pratos et Venta de colons Carlos Wicke et Jacob Gebardt
à S^{ta} Isabel.
Sa Majesté l'Empereur a dormi dans cette vente.

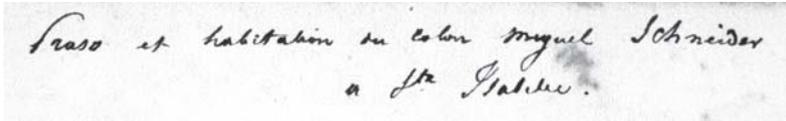
Foto 9 - *Lotes e venda dos colonos Carl Wicke e Jacob Gebardt em Santa Isabel. Sua Majestade, o Imperador, dormiu nessa venda.*

A venda fazia parte do itinerário dos viajantes que seguiam para Santa Isabel. Conforme anotações do imperador: “Sentia-me muito incomodado do sol e do estômago e por isso descansei até 3 e 20 na casa do Carlos que tem loja de negócio, e recebeu-me excelentemente” (Rocha, 1960, p. 78). De acordo com Tschudi: “A venda (um pequeno armazém) pertence a um colono de Hamburgo e dava a impressão de ser lucrativa em comparação à maioria das lojas brasileiras de mesmo porte.” (p. 61)



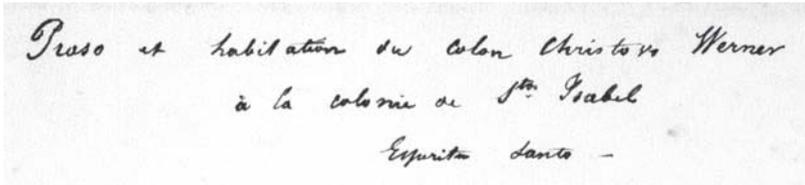
Pratos et Rancho des Colon Adam Weyandt
à la colonie de S^{ta} Isabel.
Espírito - Santo.

Foto 10 - *Lotes e rancho do colono Adam Weyandt na Colônia de Santa Isabel, Espírito Santo.*



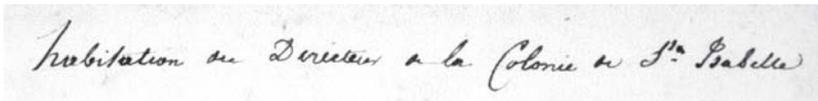
Traso et habitation du colon Miguel Schneider
a St. Isabel.

Foto 11 - Lote e habitação do colono Michel Schneider em Santa Isabel.



Traso et habitation du colon Christoph Werner
à la colonie de St. Isabel
Espirito Santo -

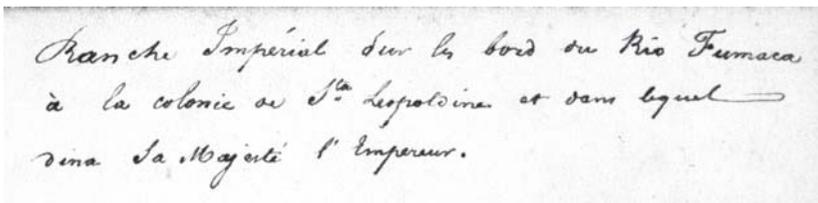
Foto 12 - Lote e habitação do colono Christoph Werner na colônia de Santa Isabel, Espírito Santo.



Habitation du Directeur a la Colonie de St. Isabelle

Foto 13 - Casa do diretor da colônia em Santa Isabel.

Na ocasião de sua visita à colônia, o imperador d. Pedro II teve atendimento médico e hospedou-se nessa casa. Na madrugada seguinte prosseguiu viagem juntamente com sua comitiva. O anfitrião era o então diretor da colônia, sr. Adalbert Jahn. A edificação encontra-se preservada até os dias atuais. Em seu entorno desenvolveu-se a vila e hoje cidade de Domingos Martins.



Rancho Imperial sur le bord du Rio Fumaca
à la colonie de St. Leopoldine et dans lequel
vint Sa Majeste l'Empereur.

Foto 14 - Rancho Imperial às margens do rio Fumaça, na colônia de Santa Leopoldina, onde sua Majestade, o Imperador, jantou.

Único registro da recém-criada Colônia de Santa Leopoldina, então com apenas três anos. Também é a única fotografia em que Frond registrou o elemento humano. Podemos observar no grupo alguns negros entre mestiços e brancos e membros da

comitiva. A imagem resume bem um dos estilos do francês: foi o primeiro a registrar os negros e a vida rural no Brasil.

De acordo com os apontamentos do Imperador: “Quase todas as casas da Colônia Leopoldina são de paus fincados, unidos e todas cobertas de palha” (Rocha, 1960, p. 68). D. Pedro II chegou à casa do engenheiro e ex-diretor da colônia por volta das quatro horas da tarde, onde jantou. “O Pralon preparava-se para receber-me o melhor possível, mas quase tudo faltou, por não se ter prevenido a tempo” (Rocha, 1960, p.72).

O “rancho imperial” de acordo com indicações do Imperador, se localizava entre o lote do colono Wilhelm Wellmer e a igreja católica do Tirol.

Um pequeno detalhe na casa, que não passou despercebido pelo monarca, não deixa qualquer dúvida quanto a identificação da residência do engenheiro, pois está bem visível na fotografia, pendurado defronte a casa: “Haviam poucos dias que tinham morto uma anta, cujo couro muito grande vi esticado no lugar do Pralon” (Rocha, 1960, p.73). Um elemento que serve para comprovar que a vinda de Frond aconteceu logo após a visita do Imperador.

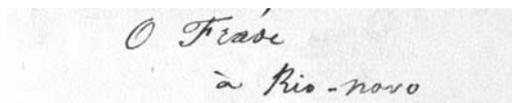


Foto 15 - O Frade, em Rio Novo.

Fazenda beira-rio nas proximidades da Colônia de Rio Novo. O “Frade” pode ser uma referência à pedra do Frade e da Freira naquela região.

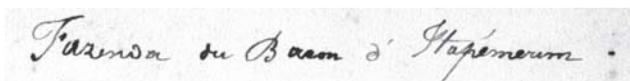


Foto 16 - Fazenda do Barão de Itapemirim.

Fazenda Santo Antonio do Muqui, do barão de Itapemirim – Joaquim Marcelino da Silva Lima. De acordo com Tschudi: “A fazenda Santo Antonio fica entre o rio Muqui e o rio Itapemirim, não muito longe do ponto onde ambos se unem (...) A residência da fazenda, semelhante a um palácio, construída num morro causa uma impressão imponente. Raras vezes vi no Brasil fazendas num estilo tão grandioso e, ao mesmo tempo, com tanto bom gosto. A parte interna, porém, não corresponde à parte externa tão imponente. (...) A capela consagrada ao padroeiro da fazenda está abarrotada de lantejoulas, de acordo com os costumes locais.” (p. 91)

Dados Sociológicos da Imigração Suíça no Espírito Santo

A relação das famílias suíças, a seguir, foi levantada a partir do cruzamento de diversas informações documentais, manuscritas, do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo para o *Projeto Imigrantes Espírito Santo*. Foram indexados registros históricos de origem, viagem, destino, dados pessoais, entre outros, referentes a milhares de imigrantes de diversas nacionalidades que entraram no Espírito Santo entre 1812 e 1900, incluindo-se os suíços. A partir do relatório de Tschudi, novos indivíduos foram inseridos e outras informações foram agregadas aos dados já existentes.

O primeiro grupo de imigrantes suíços que veio para o Espírito Santo era composto por doze núcleos familiares, num total de 90 pessoas. Embarcou no porto de Hamburgo em 24 de outubro de 1856 a bordo da galera *Franziska*. No dia 14 de dezembro o navio aporta na baía do Rio de Janeiro (conforme anotações no verso do passaporte de Georg Obrist reproduzido à p. 167), após 51 dias de viagem. Dali foram recambiados para uma embarcação costeira que fazia a linha de navegação entre a capital do Império e os portos do Espírito Santo, sendo transportados até a barra do rio Itapemirim, ao sul de Vitória, onde desembarcaram no dia 21 do mesmo mês. Nesse período, a Província do Espírito Santo ainda não recebia diretamente embarcações provenientes dos portos estrangeiros que transportavam emigrantes para o Brasil. O destino final era o porto do Rio de Janeiro, capital do Império. As famílias, então, eram obrigadas a fazer uma viagem de retorno, que dentro do contexto geral era pequena mas que poderia durar mais de um dia.

Através do rio Itapemirim, em pequenas canoas e em grupos reduzidos a cada vez, os colonos foram conduzidos rio acima até alcançar o local onde definitivamente, em solo espírito-santense, desembarcaram. E com o auxílio de animais e a pé alcançaram os lotes da Colônia do Rio Novo.

A maioria era protestante, 53 colonos, outros 37 eram católicos. E em igual número, mas não se levando em conta a religião, foram estabelecidos

no ribeirão Pau d'Alho, 37 colonos, e 53 às margens do rio Novo.

A primeira experiência de colonização de Rio Novo deu-se através da introdução de imigrantes chineses, entre julho de 1855 e abril de 1856. Esse grupo era formado por cerca de setenta colonos com idades que variavam entre 16 e 36 anos. Não estavam agrupados em núcleos familiares e não se adaptaram ao empreendimento colonial de Dias da Silva. Até o princípio de 1862, oito haviam se retirado para o Rio de Janeiro, dois morreram e um havia se suicidado.

Além dos chineses, o agrupamento de trabalhadores da fazenda se constituía de colonos de outras nacionalidades com predominância para os portugueses, franceses e alguns alemães. Porém, diferentemente dos chineses, eram compostos por núcleos familiares, perfazendo uma centena de indivíduos no total.

Entretanto, o empreendimento de Dias da Silva, um escravocrata, contava também com a mão-de-obra de pelo menos 102 escravos, dentre os quais 62 trazidos da África e o restante nascidos brasileiros. Realizavam diversas atividades na fazenda, como: carpinteiros, oleiros, serradores, lavradores, e outros ofícios¹.

Com a chegada dos suíços, a Colônia do Rio Novo se constituiria, logo nos seus primeiros anos, em uma “Torre de Babel”, conforme define o sociólogo Renzo Grosselli (*Colonie Imperiali nella Terra del Caffè*, 1987, p. 209), devido à variedade de idiomas, de grupos étnicos em um pequeno núcleo e da forma como foram distribuídos, o que iria se ampliar mais tarde com a chegada de colonos de outras nacionalidades como os da Holanda e da Bélgica. Os belgas, vale ressaltar, um grupo de 124 indivíduos que chegaram em junho de 1858, encontraram no Rio Novo seu verdadeiro calvário. Em menos de dois anos, 44 deles, crianças, adultos e velhos, indistintamente, atacados por doenças palustres e em função das péssimas condições do lugar, faleceram. Muitos daqueles que conseguiram sobreviver “fugiram” da colônia.

Mais da metade dos suíços que foram para o Rio Novo, 48 colonos, era proveniente do Cantão de Aargau (Argóvia). Do Cantão de St. Gallen eram 17; de Berna, 16 e de Fribourg, nove imigrantes.

Nos primeiros dias de março de 1857 chega ao porto de Vitória, a bordo da embarcação Mucury, uma nova leva de imigrantes, desta vez provenientes da fazenda Nova Olinda, em Ubatuba, São Paulo, para onde

emigraram a princípio a fim de trabalhar em regime de parceria, atraídos pelos grandes plantadores de café.

O grupo era composto por 117 suíços e 37 alemães das regiões do Holstein, Silésia, Hanover e Mecklemburgo. Descontentes com a situação nas fazendas de São Paulo, se rebelaram e exigiram ser transferidos para outras regiões onde pudessem cultivar seus próprios lotes. Foram os pioneiros da recém-criada Colônia de Santa Leopoldina. Os lotes foram demarcados em uma região de difícil acesso, em terrenos íngremes, nos afluentes do rio Santa Maria, acima da primeira cachoeira que, em suas margens, posteriormente, viria a se formar, por motivos naturais, o porto e a cidade de Santa Leopoldina, recebendo inicialmente o nome de Porto da Cachoeira. Sete suíços e um alemão foram para Santa Isabel, a outra colônia imperial às margens do rio Jucu, que dez anos antes havia recebido os primeiros imigrantes alemães: 163 colonos do Hünsruck, da Prússia Renana.

Dos suíços dessa segunda leva, 85 eram protestantes, 27 católicos. De outros sete não se tem referência de religião. A exemplo daqueles que foram para o Rio Novo, os protestantes eram maioria.

De acordo com a origem, 30 eram procedentes do Cantão de Zürich (Zurique); 24 do Cantão de Glarus (Glaris); 16 do Cantão de Graubünden (Grisões); 17 de Aargau; 14 de St. Gallen (St. Gall) e outros 14 do Cantão de Schaffhausen (Schaffhouse).²

De 1856 a 1894 o Espírito Santo recebeu 280 imigrantes provenientes da Suíça, sendo que a maioria, 207 colonos, desembarcou entre os anos de 1856 e 57.

A partir de 1857 o desembarque é esporádico e em números reduzidos. Somente após vinte anos um terceiro grupo, composto por 36 colonos, chega à Província. Nesse período a imigração alemã já havia se estancado e os imigrantes italianos já dominavam o desembarque nos portos capixabas. Desse grupo, uma família protestante, composta por seis pessoas, desembarcou em Benevente em direção à Colônia Rio Novo; outros 30, católicos, subiram o Santa Maria e foram os fundadores de 25 de Julho – em Santa Teresa – região de colonização denominada de Núcleo Timbuhy, uma extensão da Colônia de Santa Leopoldina.

No geral, o desembarque dos suíços no Espírito Santo seguiu o mesmo processo verificado com a imigração alemã – se levarmos em consideração os períodos de entrada – e com os austríacos, os belgas, os holandeses, os

luxemburgueses e o primeiro grupo de famílias procedentes da Pomerânia: entre 1856 e 1860. O porto de partida era o de Hamburgo, ao norte da Alemanha, onde também ficavam estabelecidas grande parte das agências de emigração responsáveis pelo recrutamento dos agricultores daquela região européia. Podemos também observar que a maior parte dos suíços são provenientes dos cantões de língua alemã, que os sobrenomes predominantes são de origem germânica e que a religião da maioria era protestante.

Tais fatores contribuíram para uma aproximação junto aos demais grupos étnicos que chegaram depois à Santa Leopoldina e aos que já estavam em Santa Isabel, permitindo-se o entrecruzamento das famílias e convivência em um ambiente comunitário. O que, não se pôde verificar com os suíços do Rio Novo que, além de estarem desprovidos de serviço religioso, entre outros, foram inseridos em um meio cultural mais heterogêneo, distantes de centros habitados e desprovidos de vias de comunicação, fatores que *a priori* dificultaram a socialização e desenvolvimento da colônia que, diante das dificuldades de seu desbravamento, muito dependia do espírito comunitário e da força do trabalho familiar. Se em Rio Novo tivesse sido adotada a mesma estratégia de distribuição de lotes, a exemplo de Santa Leopoldina, que levou em conta o agrupamento étnico (prova disso é a denominação das localidades, desde o princípio da sua ocupação, tais como: Suíssa, Holanda, Luxemburgo, Pomerânia Oriental e Tyrol, topônimos que permanecem até os dias atuais), a colônia obteria mais sucesso e não seria reconhecida como a mais desorganizada do Brasil imperial.

É válido ressaltar que alguns sobrenomes encontrados entre as famílias suíças, como: Fischer, Hoffmann, Kuster, Müller, Schneider, entre outros, que constam na lista a seguir, também são comumente encontrados entre os colonos pomeranos e demais imigrantes alemães. Em suma, de famílias provenientes dos países de língua germânica que vieram para o Espírito Santo.

Dados mais detalhados sobre cada imigrante, a seguir, e de outras nacionalidades podem ser consultados na base de dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. A instituição, através do *Projeto Imigrantes Espírito Santo*, também recolhe cópias de documentos e fotografias fornecidos pelos familiares e pesquisadores que servem para complementar os dados. As imagens são digitalizadas e posteriormente impressas junto à informação de cada imigrante.

Relação dos imigrantes suíços que entraram no Espírito Santo (1856-1900)

	Família	Nomes	Idade	Ano	Parentesco	Destino
1	BÄBLER	Jacob	58	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Eufemia	54		Esposa	
		Rosina	23		Filha	
		Mathias	40		Filho	
2	BÄBLER	Heinrich	34	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Catharina	41		Esposa	
		Heinrich	13		Filho	
		Marie	1		Filha	
3	BAUMGARTNER	Elisabeth	61	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Christovan	18		Filho	
4	BEROND	Jean David	29	1861	Chefe	Itapemirim
		Marie Louise	30		Esposa	
	CURAT	Agnes	70		Sogra	
5	BIRCHLER	Johann Georg	60	1877	Chefe	Santa Leopoldina
		Elisabetta	42		Esposa	
		Ferdinand Nicolau	24		Filho	
		Amalie	14		Filha	
6	BIRCHLER³	Georg	30	1889	Chefe	Santa Leopoldina
		Mathilde Auguste	21		Esposa	
	NIPPES	Georg	3		Filho	
	BIRCHLER	Franz	2		Filho	
7	BUCHER	Heinrich	48	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Barbara	65		Esposa	
		Jacob	19		Filho	
		Heinrich	18		Filho	
		Anne	-		Filha	
		Johann Heinrich	17		Filho	
		Rudolf	14		Filho	
		Margaretha	6		Filha	
8	DECOSTE	François	65	1875	Chefe	Benevente
		Rosetta	43		Esposa	
		Adelia	17		Filha	
		Emily	15		Filho	

9	DÜRR	Elisabeth	46	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Salesius	21		Filho	
		Ida	23		Filha	
		Johanna	20		Filha	
		Sofie	18		Filha	
		Joseph	17		Filho	
		Lorenz	15		Filho	
		Monica	10		Filha	
		Elisabeth	8		Filha	
Marianne	6	Filha				
10	DUBOIS	Frederick	30	1867	Só	Itapemirim
11	EMERICK	Rohen	24	1858	Só	Itapemirim
12	FINK	Jacob	45	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Marie	74		Esposa	
		Anne	15		Filha	
		Jacob	46		Filho	
		Heinrich	40		Filho	
		Ulrick	10		Filho	
		Albertine	40		Nora	
13	FISCHER	Carl	41	1856	Chefe	Itapemirim
		Agatha	33		Esposa	
		Johanna	7		Filha	
		Marie Louise	5		Filha	
		Rud Bertrand	6		Filho	
		Emma	3		Filha	
	BOENI	Bonhi	46	Cunhada		
		Francisco Xavier	16	Sobrinho		
		Frederike	14	Sobrinha		
		Friedrich	13	Sobrinho		
		Rosa	11	Sobrinha		
14	FISCHER	Ernest	27	1877	Só	Santa Leopoldina
15	GADIENTH	Joseph	52	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Jacob	15		Sobrinho	
16	GINSBERG	Friedrich	–	1857	Chefe	Santa Isabel
		Margaretha	–		Esposa	
		Anton	–		Filho	
17	GOBET	Antonio	26	1890	Só	Benevente

18	GRAF⁴	Wilhelm	42	1877	Chefe	Santa Leopoldina
	MARKWALDE	Marie Josepha	40		Esposa	
	GRAF	Pauline	16		Filha	
		Lina	11		Filha	
		Emilie	9		Filha	
		Anne	1	Filha		
19	GROSS	Justin François	36	1877	Chefe	Benevente
	PAGE	Henriette	32		Esposa	
	GROSS	Jean François	9		Filho	
		Fanny Luise	6		Filha	
		Julie Marie	5		Filha	
		Jean Etienne	1		Filho	
20	HALLAUER	Conrad	32	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Verena Zepherina	48		Esposa	
		Verena Zepherina	14		Filha	
		Louise	10		Filha	
21	HÄMMERLI	Josef	55	1857	Chefe	Santa Leopoldina
	ELMER	Eufemia	56		Esposa	
	HÄMMERLI	Jost	18		Filho	
		Jacob	16		Filho	
22	HAUSER	Heinrich Caspar	39	1857	Só	Santa Leopoldina
23	HOFFMANN	Johann	44	1856	Chefe	Itapemirim
		Margaretha	43		Esposa	
		Anne	18		Filha	
		Jacob	17		Filho	
		Johann	16		Filho	
		Marie	14		Filha	
		Bertha	11		Filha	
		Heinrich	9		Filho	
		Verena	7		Filha	
24	HOFFMANN	Jacob	68	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Elisabeth	68		Esposa	
		Friedrich	19		Filho	
		Gottlieb	13		Filho	
25	HÖFLI	Conrad	21	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Rosina	47		Mãe	
		Elisabeth	–		Irma	

26	JAPPERT	Joseph	58	1856	Chefe	Itapemirim
		Helene	57		Esposa	
		Etienne	29		Filho	
		Catterine	26		Filha	
		Joseph	24		Filho	
		Caroline	22		Filha	
		Ignace	31		Filho	
		Maddalene	35		Nora	
	OESGER	Rimigius	58		Cunhado	
27	KAUFMANN	Caspar	62	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Friedrich	22		Filho	
		Marie	16		Filha	
		Verena Zepherina	15		Filha	
28	KERN	Heinrich	43	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Marie	15		Filha	
		Heinrich	14		Filho	
		Albetine	13		Filha	
		Rosa	10		Filha	
		Regula	8		Filha	
Emil	6	Filho				
29	KOBI	Christian	58	1856	Chefe	Itapemirim
		Marie	56		Esposa	
		Benedet	20		Filho	
		Jacob	17		Filho	
		Nicolau	14		Filho	
30	KÖPPLIN	Adam	34	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Elisabeth	34		Esposa	
		Siegfried	12		Filha	
		Friedrich	10		Filho	
		Elisabeth	8		Filha	
		Heinrich	6		Filho	
		Marie	5		Filha	
Victorie Barbara	3	Filha				
31	KUBLI	Oswald	61	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Rudolf	–		Filho	
32	KUSTER	Johann	42	1862	Chefe	Santa Isabel
		Barbara	38		Esposa	
		Ulrich	16		Filho	
		Catharina	14		Filha	
		Barbara	11		Filha	

		Gustav Adolf	10		Filho	
		Elisabetha	9		Filha	
		Anne Magdalene	8		Filha	
		Johann Jacob	6		Filho	
		Susanne	2		Filha	
33	LÄBER	Joseph	51	1856	Chefe	Itapemirim
	MULLER	Johanna	39		Esposa	
	LÄBER	Marie Verena	19		Filha	
		Joseph	17		Filho	
		Johann Baptiste	15		Filho	
		Anton	13		Filho	
		Johanna	9		Filha	
		Elisabetha	6		Filha	
		Caroline	3		Filha	
34	LANDOLT	Caspar	32	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Catharina	30		Esposa	
35	LIERCHARDT	Caspar	32	1887	Só	Santa Cruz
36	LUCHSINGER	Hilaire	65	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Barbara	49		Esposa	
		Mathias	23		Filho	
		Hilaire	25		Filho	
37	MÜLLER	Daniel	60	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Mariane	57		Esposa	
		Severine	20		Filha	
		Marie	14		Filha	
		Elisabeth	12		Filha	
		Jacob	8		Filho	
		Verena	–		Filha	
38	BLASER⁵	Anton	24	1894	Chefe	Santa Leopoldina
	MÜLLER	Caroline	17		Esposa	
		Beneder	22		Cunhado	
		Pauline	54		Sogra	
39	NIPPES	Karl	50	1877	Chefe	Santa Leopoldina
	TILGEN	Karoline	49		Esposa	
	NIPPES	Emilie	27		Filha	
		Gustav	19		Filho	
		Walter Emil	17		Filho	
		Emma	15		Filha	
		Robert Heinrich	12		Filho	

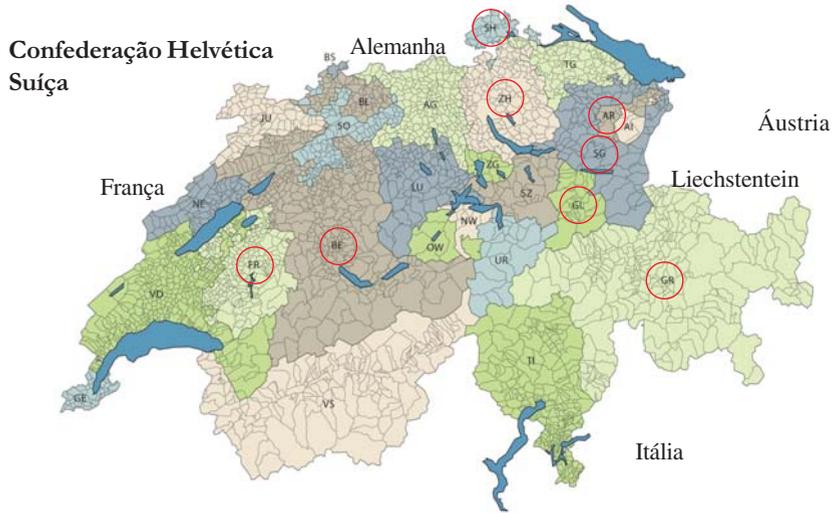
		Mathilde Auguste	8		Filha	
		Ida	5		Filha	
40	OBRIST	Georg	60	1856	Chefe	Itapemirim
		Anne Marie	60		Esposa	
		Johann	30		Filho	
		Crescencia	28		Filha	
		Friedrich	27		Filho	
		Anne Marie	46		Cunhada	
	SENN	Georg	43		Cunhado	
		Bernhard	17		Sobrinho	
41	OSOLDNER	Ermani	33	1889	Chefe	Santa Leopoldina
		Emma	26		Esposa	
		Ernest	6		Filho	
		Carl	4		Filho	
		Ida	2		Filha	
		Olvina	1		Filha	
42	PETER	Giorgio	21	1893	Só	Vitória
43	ROHR	Daniel	52	1856	Chefe	Itapemirim
		Marie	48		Esposa	
		Barbara	22		Filha	
		Anne	21		Filha	
		Marie	20		Filha	
		Johann	19		Filho	
		Susane	18		Filha	
		Conrad	13		Filho	
		Elisabetha	11		Filha	
		Abrahan	8		Filho	
		Daniel	6		Filho	
44	SCHANUT [JANUT]	Johann Baptiste	53	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Thereze	43		Esposa	
		Johann Baptiste	18		Filho	
		Thereze	14		Filha	
		Catharina	13		Filha	
		Margareta	11		Filha	
45	SCHEIDEGGER	Johann	42	1856	Chefe	Itapemirim
		Anna Barbara	36		Esposa	
		Johann	14		Filho	
		Anne Barbara	12		Filha	
		Elisabetha	11		Filha	

		Friedrich	7		Filho	
		Ulrick	6		Filho	
		Christian	3		Filho	
		Barbara	36		Irmã	
46	SCHERRER	Jacob	42	1856	Chefe	Itapemirim
		Elisabetha	47		Esposa	
		Elisabetha	17		Filha	
		Jacob	15		Filho	
		Amalie	14		Filha	
		Barbara	11		Filha	
		Carl	9		Filho	
		Catharina	7		Filha	
		Gottlieb	6		Filho	
47	SCHINZ	Caspar	–	1857	Chefe	Santa Leopoldina
	BÄBLER	Anne	–		Esposa	
48	SCHNEIDER	Johann Jacob	44	1877	Chefe	Santa Leopoldina
	TELLENBACH	Elisabeth	38		Esposa	
	SCHNEIDER	Johann	17		Filho	
		Rosina	15		Filha	
		Gottfried	13		Filho	
		Emil	11		Filho	
		Alfred	9		Filho	
		Samuel	7		Filho	
		Ferdinand	2		Filho	
		Georg	1		Filho	
49	SCHOPF	Marie Agnes	–	1857	Só	Santa Isabel
50	SPEICH	Heinrich	47	1857	Só	Santa Leopoldina
51	STAUFFER	Friedrich	22	1856	Chefe	Itapemirim
	KOBI	Anne Marie	22		Esposa	
52	SUAGHES	Ubert	25	1893	Só	Vitória
53	VOLKART	Sebastian	51	1857	Chefe	Santa Leopoldina
		Albert	13		Filho	
		Johann	11		Filho	
54	VOLKART	Rudolf	–	1857	Só	Santa Isabel
55	WAENSLER	Johan	38	1886	Só	Vitória

56	WERFELI	Samuel Marie Elisabeth	– –	1857	Chefe Esposa	Santa Isabel
57	WETTLER	Johann Friedrich Margaretha Auguste Friedrich Albert Mathilde Gottlieb Julie	58 52 17 15 13 11 10 8	1856	Chefe Esposa Filha Filho Filho Filha Filho Filha	Itapemirim
58	WIESER Maddalene	Pai	– 12	1857	Chefe Filha	Santa Leopoldina
59	ZIEGLER Anton	Anton Ambros Filha	53 11 8 22	1857	Chefe Filho Filho Filha	Santa Leopoldina
60	ZINSLI Georg	Anne Marie Fidelis Louis Heinrich	44 17 14 16 6	1857	Chefe Filho Filho Filho Filho	Santa Leopoldina

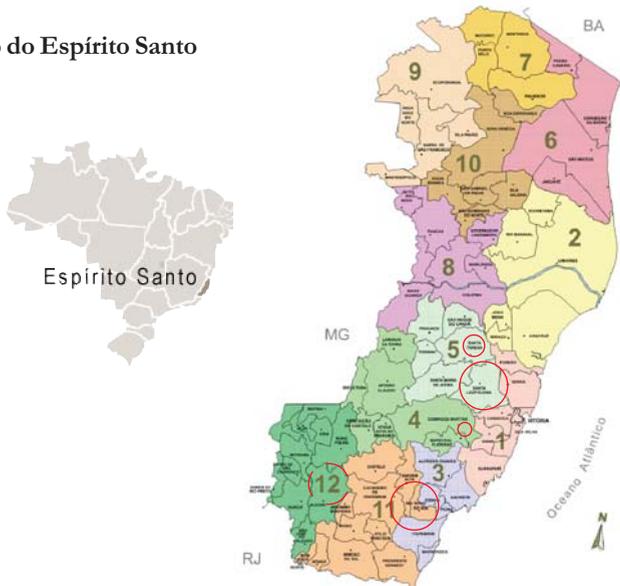
Notas

- 1) APEES - FDA L.180 Estatística da Colônia Rio Novo (1854-1862).
- 2) Em *A Gênese de Nova Friburgo: emigração e colonização suíça no Brasil (1817-1827)*, Martin Nicoulin traça o roteiro dos primeiros imigrantes suíços para o Brasil, descrevendo passo a passo, os motivos históricos, econômicos, políticos, religiosos, etc., daquela emigração.
- 3) Os filhos Georg e Franz, de três e dois anos respectivamente, nasceram na Argentina, para onde os pais emigraram antes de vir para o Espírito Santo.
- 4) A filha Anne Graf, de um ano, nasceu na Argentina em 1876.
- 5) O imigrante Anton Blaser é alemão e consta nesta relação por ter contraído matrimônio com uma imigrante suíça.



Capital: Berna; Área: 41.284 km²; População: 7.261.200; Idiomas: alemão, francês, italiano e romanche.
 Cantões suíços que mais contribuíram com emigrantes para o Espírito Santo: Aargau (Argóvia) (AR), Zürich (Zurique) (ZH), St. Gall (St. Gallen) (SG), Glarus (Glaris) (GL), Bern (Berna) (BE), Fribourg (Friburgo) (FR), Graubünden (Grisões) (GR) e Schaffhausen (Schaffahouse) (SH).

Estado do Espírito Santo
Brasil



Capital: Vitória; Área: 46.077,52 km²; População: 3.097.232 (2000) ; Região: Sudeste (Brasil).
 Destino dos imigrantes suíços no Espírito Santo, indicado pelos círculos. Os municípios da região do Caparaó (microrregião 12), sudoeste do Estado, recebeu centenas de descendentes de suíços provenientes da Colônia de Nova Friburgo (RJ), a partir da segunda metade do século XIX. Fonte: *Mapa das Microrregiões Administrativas de Gestão (IPES)*.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROJETO IMIGRANTES ESPÍRITO SANTO

© Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, certifica e confere a:ao:

Solicitante

© Registro de Entrada de Imigrante de:

HÄMMERLI

Jacob

Pai: *Josef HÄMMERLI* & Mãe: *Eufemia ELMER*

Grau de parentesco em relação ao Chefe da família: *Filho*

Idade em 1857: **16** * Profissão: *Agricultor* * Religião: *Evangélica*

Nascimento: **13/02/1841**; Engi. * Casamento: **Roza KERN**; **26/10/1869**; Colônia Rio Novo (ES). * Óbito: **22/09/1899**; São Caetano, Rio Novo do Sul (ES); Morte Natural.

ORIGEM

País: **Suíça** * Região/Estado: **Cantão de Glarus**
Provincia/Município: **Vale Sernftal** * Comuna/Distrito: **Engi**

VIAGEM

Embarcou no porto de **Hamburgo** em **09/06/1855** no navio **América** e desembarcou no porto de **Vitória**, em **17 de Março de 1857**, do navio **Mucury**.
Escala: **Rio de Janeiro e Ubatuba (SP)**

DESTINO

Porta/Via fluvial pelo qual entrou no Espírito Santo: **Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina através do rio Santa Maria da Vitória**
Colônia/Município: **Santa Leopoldina**
Seção/Distrito/Fazenda ou Empresa: **Suíça**

OBSERVAÇÕES

Procedente da Fazenda Nova Olinda, em Ubatuba (SP). Transferido-se para a Colônia Rio Novo em 22 de fevereiro de 1862.

FONTES DOCUMENTAIS

Lista Anua de Matrícula de colonos 1857-1860 (Santa Leopoldina); L174-A (Matricula de Colonos de Rio Novo 1861-1877) p. 41; CO Sede, Rio Novo do Sul (ES); www.familysearch.com; Relatório "Viagem à Provincia do Espírito Santo" de Johann Jacob Tschudi, 1860; Variações e/ou alterações do sobrenome: HEMERLY; HAEMERLI.

Impressão: quarta-feira, 27 de outubro de 2004 - Número: .11162


Cimar Francescetto
Projeto pesquisa e organização
APEES

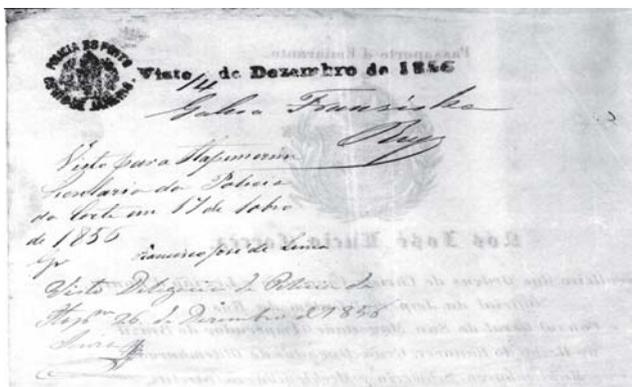
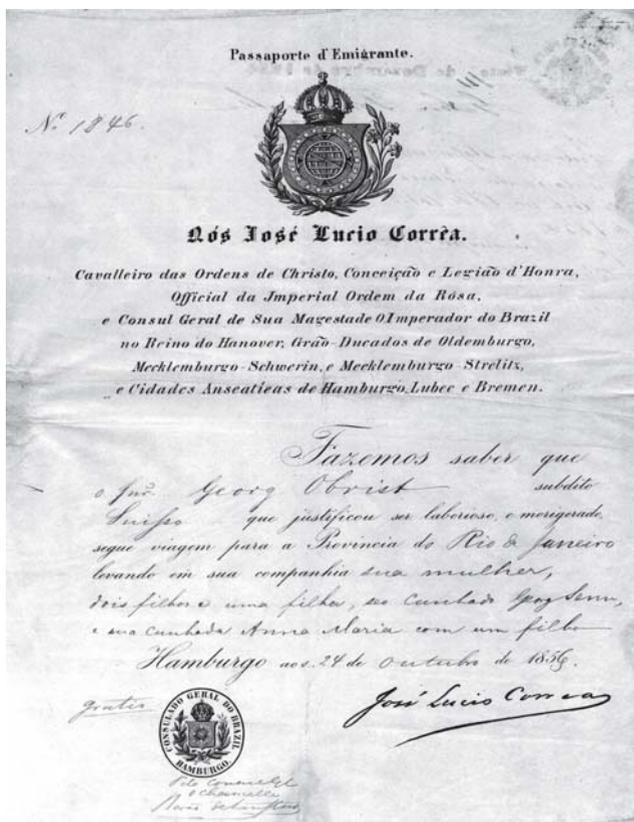



Agostino Lazzaro
Diretor-Geral
APEES

À base de dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo foi desenvolvida a partir do cruzamento de informações obtidas em diversas listas de famílias de imigrantes, tais como: relações de embarque de passageiros nos navios e desembarque nos portos de destino, listas de entrada e saída dos imigrantes; passaportes, nos moldes e estilos das colônias agrárias, listas de nomes de Arquivo Nacional, dentre outros documentos de acesso arquivístico. Os publicações sobre o tema, bem como cópias de documentos e fotografias fornecidas pelas famílias e pesquisadores. O APEES agradece a todos os colaboradores, servidores, organizações de instituições nos descendentes dos imigrantes e pesquisadores que, direta ou indiretamente, contribuíram e contribuem para a realização deste projeto, incluindo no processo o/ps. Forneçam cópias de documentos e fotografias para complementar a base de dados.
Reservados todos os direitos de Autor e Todos os Direitos Reservados (2004) - Agência Imigrantes

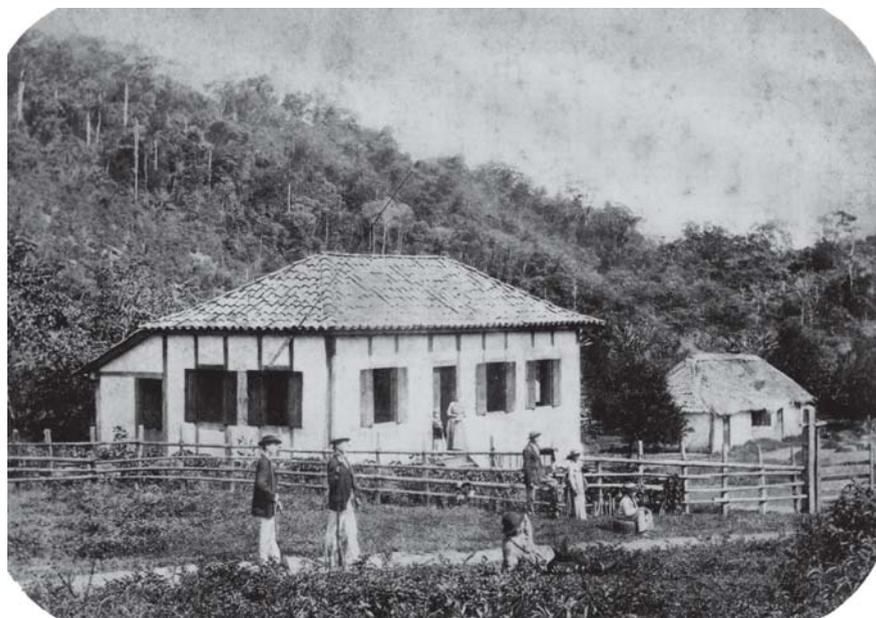
A. P. E. E. S. - Rua Pedro Palácios, 70 - Cidade Alta (Cep: 29.085.800) - Vitória - Espírito Santo - Tel./Fax: (51) 3223-2952, 3331-3587 - www.apes.org.br - e-mail: apes@apes.org.br

Reprodução do *Registro de Entrada de Imigrante* do suíço, Jacob HÄMMERLI, do Projeto Imigrantes Espírito Santo. O documento contém informações da base de dados do APEES referente a milhares de imigrantes de diversas nacionalidades que colonizaram o Estado.



Reprodução do passaporte emitido em Hamburgo pelo Cônsul Geral, José Lucio Correa, em 24 de outubro de 1856 ao imigrante Georg Obrist e família (frente e verso), pertencente ao primeiro grupo de colonos suíços.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.



1 - Imigrante suíça (sem identificação) retratada por Dietze em 1868. A fotografia original pertence ao Museu do Colono de Santa Leopoldina (ES).

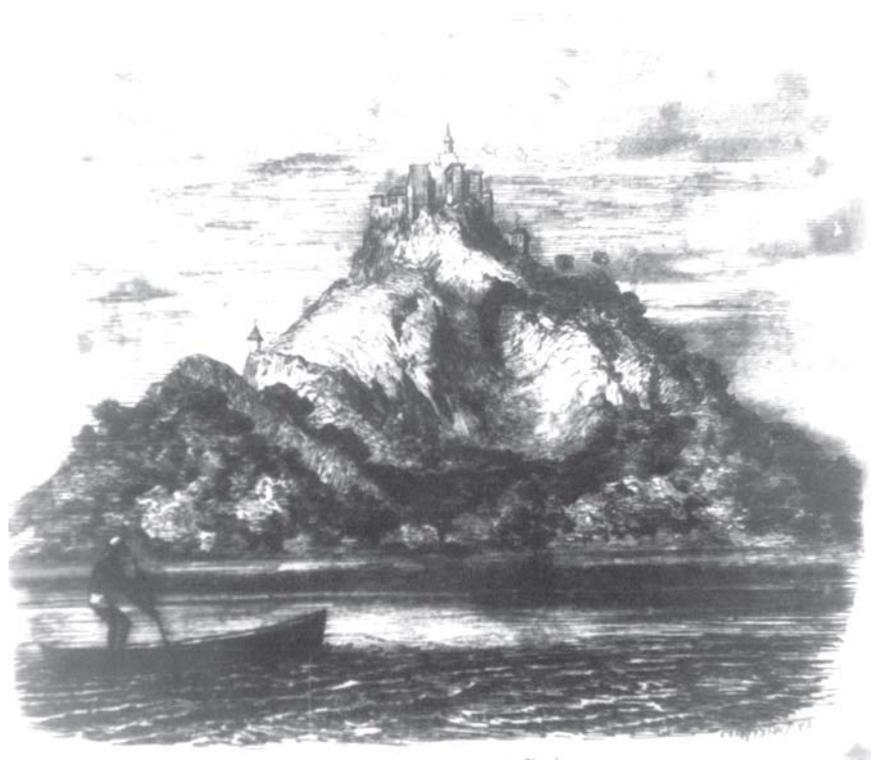
2 - Residência da família Scheidegger no Primeiro Território da Colônia Rio Novo, 1872. A fotografia original pertence à Coleção Thereza Cristina Maria, da Biblioteca Nacional.

Fonte: *Albert Richard Dietze: um artista fotógrafo alemão no Brasil do século XIX*. Almerinda da Silva Lopes; A1, Vitória, 2003.

Dados Biográficos



Johann Jakob von Tschudi



Convento de Nossa Senhora da Penha. Desenho impresso na obra *Reisen durch Südamerika* por ocasião da primeira visita de Tschudi a Vitória.

Levy Rocha e a obra de Tschudi

Na era da globalização, diariamente a imprensa registra os valores dos investimentos estrangeiros no Brasil, que ora cresce, hora desaparece. Mas sempre levando para o exterior o trabalho nacional, em forma de juros e dividendos, que remuneraram o capital investido. Aqui no Espírito Santo há uma pessoa que mapeou o intenso trânsito de estrangeiros que visitaram nossa terra num determinado período, estamos falando de Levy Rocha.

O registro que Levy fez nada tem a ver com dólares, juros, taxa de risco, humor do mercado e outras variantes. O desconhecimento e a ignorância sobre o que fomos e porque assim fomos é um componente importante para podermos olhar, entender e participar da construção de um futuro mais feliz e menos medíocre.

Em 1971, Levy publicou *Viajantes Estrangeiros no Espírito Santo* onde enumera vários estrangeiros que aqui chegaram e produziram livros magníficos, mas que permaneceram esquecidos. Quem tem a felicidade e a sorte de acesso ao livro de Levy, toma um banho de fatos históricos.

O que me levou a falar sobre Levy é o fato de que por meio dos seus escritos comecei a rastrear a vinda dos suíços para o Espírito Santo. Sua obra conduziu-me até Johann Jakob von Tschudi, que aqui esteve em 1860, em busca de informações sobre os seus patrícios instalados em: Santa Isabel (1847), Rio Novo (1856) e Santa Leopoldina (1857).

Sob a luz da chama acessa por Levy hoje temos acesso ao trabalho de Tschudi que descreve o Espírito Santo, em 1860, com colocações sérias e duras, mas que ajuda a entendermos os fatos atuais.

Estamos dando mais um passo na caminhada iniciada por Levy Rocha, a quem agradecemos e a quem o nosso Estado é devedor eterno, por sua contribuição literária.

Reproduzimos a seguir o resumo biográfico de Tschudi elaborado por Levy Rocha em sua obra:

“Descendente de tradicional e ilustre família suíça, Johann Jakob (Jean-Jacques) Tschudi (nascido em Glarus, 1818), após haver cursado as Ciências Naturais e a Medicina, tomou um barco, na França, para dar volta ao mundo numa viagem de estudos. Por circunstância fortuita, deteve-se no Peru por cinco anos, tempo que aproveitou observando a fauna daquele país andino, com o que escreveu os livros: *Investigações sobre a fauna do Peru; Sistema da língua Quichua e Antigüidades peruanas*.

No ano de 1860, foi ele nomeado, pelo governo do seu país, Ministro Plenipotenciário no Brasil, e recebeu a recomendação de estudar os problemas dos imigrantes suíços nas províncias de São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desse trabalho deu ao Conselho Federal, em relatório impresso, tendo um exemplar do mesmo pertencido à Biblioteca Varnhagen, existente na Biblioteca do Itamaraty.

Estendendo-se em considerações mais amplas, Tschudi registrou as impressões de viagem às colônias nos cinco volumes do livro, lançado em Leipzig, 1866-69: *Reisen durch Südamerika* (Viagens na América do Sul). Dessa importante obra, a parte referente às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo já foi traduzida para o português e publicada pela Editora Martins.

Acompanhado do cônsul-geral suíço no Rio de Janeiro, Eugène-Èmile Raffard, o barão de Tschudi desembarcou do pequeno vapor costeiro São Mateus, em Vitória, a 28 de outubro de 1860. Três anos antes estivera, de passagem, no mesmo porto, quando empreendera um “*tournée*” pelos Estados do Prata, Chile, Bolívia e Peru.

Menos de um mês depois, a 17 de novembro de 1860, à tardinha, a comitiva do barão transpunha o rio Itabapoana, deixando assim a Província do Espírito Santo.

Ao regressar à Europa, em 1861, von Tschudi levava farto cabedal de conhecimentos sobre o Brasil, credenciando-se como uma das mais abalizadas fontes para outros autores”. (p.107-115.)

Ronald Mansur
Jornalista



Coleção Canaã

Vol. 1 - O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (fevereiro 1895). Relato do Cavalheiro Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória. Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog (Vitória, 1995).

Vol. 2 - Projeto de um Novo Arrabalde (1896). Relatório de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Edição fac-similar (Vitória, 1996).

Vol. 3 - Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822). Organização de João Eurípedes Franklin Leal. (Vitória, 1998).

Vol. 4 - Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: O Início da Colonização do Espírito Santo. Nara Saletto (Vitória, 1998).

Vol. 5 - Viagem à Província do Espírito Santo – Imigração e Colonização Suíça – 1860. Johann Jacob von Tschudi. (Vitória, 2004).

Próxima publicação:

Vol. 6 - Colônias Imperiais na Terra do Café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Renzo M. Grosselli. Tradução: Márcia Sarcinelli.

Esta obra e os volumes de 1 a 4 (já esgotados), entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do APEES, em formato pdf, dentro do projeto Biblioteca Digital, no seguinte endereço:

www.ape.es.gov.br